

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Dados do Processo

Número do Processo

7808/2020

Assunto

RELAÇÕES EXTERNAS > RELAÇÕES COM MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Data de Criação

16/06/2020 10:32:39

Status

TRAMITANDO :
INFORMAR

Fase

INFORMAR

Objeto

OFC 155/2020/1ª CCR/MPF- ENCAMINHAMENTO DE DOCS DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL - PROINFÂNCIA OBJETIVANDO O ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO PODER PÚBLICO A CONCLUSÃO DAS OBRAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CNFORME DOC EM ANEXO.

Sigiloso

Não

Prazo

Não

Data do Prazo**Mat. Cadastrador**

776666

Cadastrador

ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA

Setor Responsável

Gabinete do Procurador Geral de Justiça

Observação

OFC 155/2020/1ª CCR/MPF- ENCAMINHAMENTO DE DOCS DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL - PROINFÂNCIA OBJETIVANDO O ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO PODER PÚBLICO A CONCLUSÃO DAS OBRAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Tipo de Documento de Origem

OFÍCIO

Número do documento

155/2020

Forma de Recebimento**Localizador**

Dados do Requerente Principal

Matrícula

776666

CPF

27853969368

Nome

ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA

Telefone

(098) 9882-12769

Email

amoscoso@mpma.mp.br

Orgão

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Setor

Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro racione muneris

Estado

MARANHÃO

Município

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
------	---------	-------	---------	-----------

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	(098) 9882-12769	amoscoso@mpma.mp.br	REQUERENTE PRINCIPAL	776666
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			REPRESENTANTE	

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
1	9443567	21/10/2025 08:47:18	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RÔMOLLO DE SÁ MALTA
ORIGEM: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: RÔMOLLO DE SÁ MALTA Observação de Movimentação: COM JUNTADA DA PUBLICAÇÃO OFICIAL. CORDIALMENTE,					
2	9443567	21/10/2025 08:47:18	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	PUBLICACAO DEMP MA	RÔMOLLO DE SÁ MALTA
Anexo : PUBLICACAO DEMP MA					
3	9442829	17/10/2025 13:48:35	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ALLAN CUTRIM GOMES
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca Responsável pela Movimentação: ALLAN CUTRIM GOMES Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHO OS AUTOS PARA PUBLICAÇÃO DO TERMCOOP-GPGJ - 142025 E PLANO DE TRABALHO.					
4	9442829	17/10/2025 13:48:35	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO	ALLAN CUTRIM GOMES
Anexo : E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO					
5	9442857	17/10/2025 13:27:10	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ALLAN CUTRIM GOMES
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: ALLAN CUTRIM GOMES Observação de Movimentação:					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
6	9442857	17/10/2025 13:27:10	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE COOPERAÇÃO 142025	ALLAN CUTRIM GOMES
Anexo : TERMO DE COOPERAÇÃO 142025					
7	9442857	17/10/2025 13:27:10	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	PLANO DE TRABALHO	ALLAN CUTRIM GOMES
Anexo : PLANO DE TRABALHO					
8	9439667	13/10/2025 13:44:16	MOVIMENTAÇÃO	DESARQUIVAR	LETICIA DE SOUSA VIEIRA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: LETICIA DE SOUSA VIEIRA Observação de Movimentação: DE ORDEM, FAÇO JUNTADA DO COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO DO OFC-GAB - 7942025, VIA E-MAIL.					
9	9439667	13/10/2025 13:44:16	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	E-MAIL- ASSINATURA DO TERMCOOP-GPGJ - 142025.PDF	LETICIA DE SOUSA VIEIRA
Anexo : E-MAIL- ASSINATURA DO TERMCOOP-GPGJ - 142025.PDF					
10	9425489	10/09/2025 12:51:32	MOVIMENTAÇÃO	ARQUIVAR	VANDA FERREIRA CHAVES
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: VANDA FERREIRA CHAVES Observação de Movimentação: PROTOCOLO DO MPF (PR-MA- 00028243/2025), REFERENTE AO ENVIO DO OFC-GAB - 7942025, DO TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PLANO DE TRABALHO, PARA ASSINATURA.					
11	9425509	10/09/2025 12:37:13	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
12	9425509	10/09/2025 12:37:13	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-GAB - 7942025	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-GAB - 7942025					
13	9425341	10/09/2025 10:15:25	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ALLAN CUTRIM GOMES
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: ALLAN CUTRIM GOMES Observação de Movimentação:					
14	9423489	03/09/2025 15:10:14	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
15	9423489	03/09/2025 15:10:14	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TERMCOOP-GPGJ - 142025	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Anexo da Movimentação com documento : TERMCOOP-GPGJ - 142025					
16	9423489	03/09/2025 15:10:14	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PLANO DE TRABALHO (3).pdf (Descrição: PLANO DE TRABALHO)	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PLANO DE TRABALHO (3).pdf (Descrição: PLANO DE TRABALHO)					
17	9423486	03/09/2025 15:10:13	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
18	9229719	15/05/2025 12:26:03	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDNARG FERNANDES MARQUES
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: EDNARG FERNANDES MARQUES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
19	9229719	15/05/2025 12:26:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SECINST - 1382025	EDNARG FERNANDES MARQUES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SECINST - 1382025					
20	9229719	15/05/2025 12:26:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Minuta TCT.docx (Descrição: MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA)	EDNARG FERNANDES MARQUES
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Minuta TCT.docx (Descrição: MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA)					
21	9229719	15/05/2025 12:26:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : minuta do Plano de Trabalho.docx (Descrição: MINUTA PLANO DE TRABALHO)	EDNARG FERNANDES MARQUES
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : minuta do Plano de Trabalho.docx (Descrição: MINUTA PLANO DE TRABALHO)					
22	9229717	15/05/2025 12:26:02	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDNARG FERNANDES MARQUES
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: EDNARG FERNANDES MARQUES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
23	9229715	15/05/2025 12:26:01	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDNARG FERNANDES MARQUES
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: EDNARG FERNANDES MARQUES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
24	9218228	13/05/2025 09:50:50	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais Responsável pela Movimentação: GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO Observação de Movimentação: SEGUEM OS AUTOS PARA CONHECIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EDUCAÇÃO E DEMIAS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.					
25	9215793	12/05/2025 13:53:17	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARAIZA MARTINS RIBEIRO
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais Responsável pela Movimentação: MARAIZA MARTINS RIBEIRO Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHE-SE OS AUTOS PARA PROVIDÊNCIAS.					
26	9197728	06/05/2025 21:09:44	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
27	9197728	06/05/2025 21:09:44	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CAOP/EDU - 722025	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CAOP/EDU - 722025					
28	9196457	06/05/2025 14:06:06	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação:					
29	9196457	06/05/2025 14:06:06	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ATA ASSINADA PELO MPE E MPF	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : ATA ASSINADA PELO MPE E MPF					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
30	9144828	14/04/2025 15:54:24	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
31	9144828	14/04/2025 15:54:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	ATA-CAOP/EDU - 12025	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : ATA-CAOP/EDU - 12025					
32	9085258	26/03/2025 10:26:18	MOVIMENTAÇÃO	COLOCAR PROCESSO EM DILIGÊNCIA	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: REUNIÃO AGENDADA PARA O DIA 14/04/2025, ÀS 15H.					
33	9078919	25/03/2025 10:31:13	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, O ENVIO DO OFÍCIO 63/2025 E SEUS ANEXOS AO MPF, NESTA DATA, GERANDO O PROTOCOLO Nº. PR-MA-00010145/2025, CONFORME ANEXO.					
34	9078919	25/03/2025 10:31:13	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	E-MAIL PROTOCOLO ELETRÔNICO MPF - PR-MA-00010145_2025	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : E-MAIL PROTOCOLO ELETRÔNICO MPF - PR-MA-00010145_2025					
35	9076368	24/03/2025 14:15:35	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
36	9076368	24/03/2025 14:15:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CAOP/EDU - 632025	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CAOP/EDU - 632025					
37	9076368	24/03/2025 14:15:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : anexo_3274665_Minuta_TCT (1).docx (Descrição: ANEXO_3274665_MINUTA_TCT)	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : anexo_3274665_Minuta_TCT (1).docx (Descrição: ANEXO_3274665_MINUTA_TCT)					
38	9076368	24/03/2025 14:15:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : anexo_3274666_minuta_do_Plano_de_Trabalho.do.docx (Descrição: ANEXO_3274666_MINUTA_DO_PLANO_DE_TRABALHO.DO)	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : anexo_3274666_minuta_do_Plano_de_Trabalho.do.docx (Descrição: ANEXO_3274666_MINUTA_DO_PLANO_DE_TRABALHO.DO)					
39	9076366	24/03/2025 14:15:34	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
40	9076363	24/03/2025 14:15:33	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
41	8414699	15/08/2024 10:54:56	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ALLAN CUTRIM GOMES
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: ALLAN CUTRIM GOMES Observação de Movimentação: DE ORDEM, CONSIDERANDO A NOVA GESTÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, REFERENTE AO BIÊNIO 2024/2026, A FIM DE DAR PROSSEGUIMENTO AOS FEITOS, DEVOLVO OS AUTOS PARA QUE INFORME SE AINDA HÁ INTERESSE NA PRESENTE DEMANDA.					
42	8225432	14/06/2024 16:06:01	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	THERESA MARIA MUNIZ RIBEIRO DE LA IGLESIA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: THERESA MARIA MUNIZ RIBEIRO DE LA IGLESIA Observação de Movimentação:					
43	8083146	03/05/2024 11:54:17	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH Observação de Movimentação: DE ORDEM DO DIRETOR DA SECINST, DR JOSÉ MÁRCIO MAIA ALVES, ENCAMINHO O PRESENTE AUTO ELETRÔNICO AO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA ASSINATURA DAS MINUTAS DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO APROVADAS.					
44	8083146	03/05/2024 11:54:17	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH
Anexo : MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA					
45	8083146	03/05/2024 11:54:17	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA PLANO DE TRABALHO	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH
Anexo : MINUTA PLANO DE TRABALHO					
46	8081324	03/05/2024 08:23:02	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais Responsável pela Movimentação: JOZIANE CONCEIÇÃO DA SILVA Observação de Movimentação: PARA CONHECIMENTO DO PARECER-DGAJA - 1732024.					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
47	8079273	02/05/2024 13:09:27	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
48	8079273	02/05/2024 13:09:27	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 1732024	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 1732024					
49	8079091	02/05/2024 12:38:30	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação:					
50	8022954	16/04/2024 12:20:39	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH Observação de Movimentação: DE ORDEM DO DIRETOR DA SECINST,ENCAMINHO O PROCESSO À ASSESSORIA JURÍDICA PARA ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO DAS MINUTAS DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO, CONFORME ANEXOS.					
51	8022954	16/04/2024 12:20:39	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH
Anexo : MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO					
52	8022954	16/04/2024 12:20:39	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA PLANO DE TRABALHO	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH
Anexo : MINUTA PLANO DE TRABALHO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
53	7917344	13/03/2024 14:02:42	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	
ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais Responsável pela Movimentação: ELLEN CHRISTINA SOARES SOUSA Observação de Movimentação: SOLICITAÇÃO PARA APRECIÇÃO DE /MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, A SER ASSINADO PELO MPMA E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, COM OBJETIVO DE ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES.					
54	7917277	13/03/2024 13:53:35	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais Responsável pela Movimentação: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU Observação de Movimentação: PARA ANÁLISE.					
55	7912725	12/03/2024 14:21:06	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
56	7912725	12/03/2024 14:21:06	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CAOP/EDU - 402024	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CAOP/EDU - 402024					
57	7909649	12/03/2024 09:51:52	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: CUMPRA-SE O DESPACHO ANTERIOR.					
58	7909647	12/03/2024 09:51:05	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: DESPACHO: JUNTE-SE O OFÍCIO A S.EXA. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. APÓS, CONCLUSOS.					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
59	7904718	11/03/2024 10:10:52	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A VERSÃO MAIS RECENTE DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL JÁ CONSTA NOS AUTOS, SOB O ID Nº 7237494. FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
60	7904715	11/03/2024 10:10:50	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A VERSÃO MAIS RECENTE DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL JÁ CONSTA NOS AUTOS, SOB O ID Nº 7237494. FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
61	7901777	08/03/2024 16:48:29	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação:					
62	7901770	08/03/2024 16:48:06	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: DESPACHO: PROCEDA-SE À JUNTADA DO DOCUMENTO JÁ CONSOLIDADO DA PROPOSTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. APÓS, CONCLUSOS.					
63	7237494	14/08/2023 14:51:09	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CONSOANTE DESPACHO DE ID 7206620, PROCEDO À JUNTADA DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO SOLICITADA (VIDE ID 7092542). FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
64	7237494	14/08/2023 14:51:09	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA DO PROTOCOLO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : MINUTA DO PROTOCOLO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
65	7237490	14/08/2023 14:51:02	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CONSOANTE DESPACHO DE ID 7206620, PROCEDO À JUNTADA DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO SOLICITADA (VIDE ID 7092542). FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
66	7237490	14/08/2023 14:51:02	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA DO PROTOCOLO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : MINUTA DO PROTOCOLO					
67	7237489	14/08/2023 14:50:54	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CONSOANTE DESPACHO DE ID 7206620, PROCEDO À JUNTADA DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO SOLICITADA (VIDE ID 7092542). FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
68	7237489	14/08/2023 14:50:54	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA DO PROTOCOLO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : MINUTA DO PROTOCOLO					
69	7237488	14/08/2023 14:50:44	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CONSOANTE DESPACHO DE ID 7206620, PROCEDO À JUNTADA DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO SOLICITADA (VIDE ID 7092542). FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
70	7237488	14/08/2023 14:50:44	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA DO PROTOCOLO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : MINUTA DO PROTOCOLO					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
71	7237487	14/08/2023 14:50:39	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CONSOANTE DESPACHO DE ID 7206620, PROCEDO À JUNTADA DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO SOLICITADA (VIDE ID 7092542). FAÇO OS AUTOS CONCLUSOS AO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO.					
72	7237487	14/08/2023 14:50:39	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MINUTA DO PROTOCOLO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : MINUTA DO PROTOCOLO					
73	7206620	02/08/2023 12:15:41	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: DESPACHO: JUNTE-SE A PROPOSTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DEBATIDA NA REUNIÃO COM O MPF. APÓS, CONCLUSOS PARA DELIBERAÇÃO. AGUARDE-SE.					
74	7092542	26/06/2023 14:39:20	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
75	7092542	26/06/2023 14:39:20	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	ATA-CAOP/EDU - 82023	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : ATA-CAOP/EDU - 82023					
76	7092542	26/06/2023 14:39:20	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PROTOCOLO DE COOPERACAO PROINFANCIA-alterada.pdf (Descrição: MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO)	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PROTOCOLO DE COOPERACAO PROINFANCIA-alterada.pdf (Descrição: MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO)					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
77	7092540	26/06/2023 14:39:20	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
78	6969272	22/05/2023 13:41:59	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, O ENVIO DA ATA-CAOP/EDU - 42023 DA REUNIÃO OCORRIDA NO DIA 22 DE MAIO SOBRE O PROINFÂNCIA AO MPF.					
79	6969272	22/05/2023 13:41:59	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	E-MAIL QUE ENCAMINHA A ATA DA REUNIÃO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : E-MAIL QUE ENCAMINHA A ATA DA REUNIÃO					
80	6968012	22/05/2023 11:53:24	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
81	6968012	22/05/2023 11:53:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	ATA-CAOP/EDU - 42023	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : ATA-CAOP/EDU - 42023					
82	6968012	22/05/2023 11:53:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PROTOCOLO DE COOPERACAO PROINFANCIA - Documentos Google.pdf (Descrição: MINUTA DO PROTOCOLO)	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PROTOCOLO DE COOPERACAO PROINFANCIA - Documentos Google.pdf (Descrição: MINUTA DO PROTOCOLO)					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
83	6968009	22/05/2023 11:53:19	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
84	6956658	18/05/2023 11:56:20	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O MPF SOLICITOU O ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AO PROINFÂNCIA, SENDO O PLEITO ATENDIDO PELO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO, COM O ENVIO DO E-MAIL ANEXO. CERTIFICO, AINDA, QUE SOLICITAMOS CONFIRMAÇÃO DA REUNIÃO VIRTUAL AGENDADA PARA O DIA 22/05/2023, ÀS 10H.					
85	6956658	18/05/2023 11:56:20	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	E-MAIL RELACIONADO À DEMANDA.	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : E-MAIL RELACIONADO À DEMANDA.					
86	6892374	26/04/2023 15:09:00	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: DILGENCIE-SE NO SENTIDO DE PREPARAR MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MPF, AGENDANDO-SE REUNIÃO INTERNA, NO PRAZO DE URGÊNCIA. AGUARDE-SE					
87	6890292	26/04/2023 11:50:43	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
88	6890292	26/04/2023 11:50:43	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	ATA-CAOP/EDU - 22023	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : ATA-CAOP/EDU - 22023					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
89	6872217	19/04/2023 13:36:22	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O OFÍCIO Nº. OFC-CAOP/EDU - 462023 FOI PROTOCOLIZADO JUNTO AO MPF-MA, SOB O NÚMERO 00012410/2023, CONSOANTE ANEXO.					
90	6872217	19/04/2023 13:36:22	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	COMPROVANTE DE PROTOCOLO DO OFÍCIO 462023 NO MPF-MA	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : COMPROVANTE DE PROTOCOLO DO OFÍCIO 462023 NO MPF-MA					
91	6870210	19/04/2023 09:25:11	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
92	6870210	19/04/2023 09:25:11	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CAOP/EDU - 462023	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CAOP/EDU - 462023					
93	6870207	19/04/2023 09:24:45	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
94	6858351	14/04/2023 11:38:05	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: CUIDA-SE DE PROCESSO NO QUAL É DEBATIDO TEMA DE SUMA IMPORTÂNCIA, QUAL SEJA, O PROJETO PROINFÂNCIA. PARA QUE SE DÊ O DEVIDO ENCAMINHAMENTO, FAZ-SE MISTER REUNIÃO COMO MPF, QUE NÃO PÔDE ESTAR PRESENTE NO ENCONTRO PASSADO. ASSIM, RENOVE-SE CONVITE AO MPF PARA REUNIÃO VIRTUAL. BUSQUE-SE PAUTA. CERTIFIQUE-SE.					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
95	6781614	22/03/2023 12:51:04	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
96	6781614	22/03/2023 12:51:04	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	OFÍCIO MPF	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : OFÍCIO MPF					
97	6781614	22/03/2023 12:51:04	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	E-MAIL DE RESPOSTA DESTE CENTRO DE APOIO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : E-MAIL DE RESPOSTA DESTE CENTRO DE APOIO					
98	6781559	22/03/2023 12:40:41	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: DE ORDEM DO COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO, DR. EDUARDO BORGES, CERTIFIQUE-SE NOS AUTOS A RESPOSTA RECEBIDA DO MPF SOBRE O OFÍCIO OFC-CAOP/EDU 192022.					
99	6259979	05/10/2022 14:01:05	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: OFÍCIO ENCAMINHADO VIA PROTOCOLO ELETRÔNICO MPF, CONSOANTE ANEXO.					
100	6259979	05/10/2022 14:01:05	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
101	6259977	05/10/2022 14:00:55	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: OFÍCIO ENCAMINHADO VIA PROTOCOLO ELETRÔNICO MPF, CONSOANTE ANEXO.					
102	6259977	05/10/2022 14:00:55	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF					
103	6255467	04/10/2022 15:14:40	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
104	6255467	04/10/2022 15:14:40	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CAOP/EDU - 192022	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CAOP/EDU - 192022					
105	6255464	04/10/2022 15:14:31	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
106	6255182	04/10/2022 14:33:43	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: COM OS REGISTROS DE E-MAIL RELACIONADOS AO ENVIO DO OFC-CIRC-CAOP/EDU 132021.					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
107	6255182	04/10/2022 14:33:43	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ENVIO DO OFC-CIRC-CAOP/EDU 132021 E RESPOSTAS RECEBIDAS	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : ENVIO DO OFC-CIRC-CAOP/EDU 132021 E RESPOSTAS RECEBIDAS					
108	6248776	03/10/2022 10:53:29	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: AGENDE-SE REUNIÃO COM O MPF PARA DEBATE DE UM NOVO TERMO DE COORPERAÇÃO TÉCNICA. EXPEÇA-SE CONVITE AO PROCURADOR DA REPÚBLICA CHEFE NO MARANHÃO. BUSQUE-SE PAUTA. AGUARDE-SE.					
109	4836905	01/06/2021 09:25:57	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA Observação de Movimentação: ATA DA REUNIÃO REALIZADA COM O MPF SOBRE O TEMA.					
110	4836905	01/06/2021 09:25:57	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ATA DA REUNIÃO DO CAOP EDUCAÇÃO COM O MPF	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA
Anexo : ATA DA REUNIÃO DO CAOP EDUCAÇÃO COM O MPF					
111	4797783	17/05/2021 12:30:27	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
112	4797783	17/05/2021 12:30:27	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CAOP/EDU - 392021	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CAOP/EDU - 392021					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
113	4796898	17/05/2021 10:25:49	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
114	4796898	17/05/2021 10:25:49	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	OFC-CIRC-CAOP/EDU - 132021	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : OFC-CIRC-CAOP/EDU - 132021					
115	4794953	14/05/2021 16:25:39	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional - Educação --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: EDUARDO BORGES OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
116	4794953	14/05/2021 16:25:39	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CAOP/EDU - 22021	EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CAOP/EDU - 22021					
117	4045875	17/06/2020 12:21:14	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional - Educação Responsável pela Movimentação: ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA Observação de Movimentação:					
118	4045874	17/06/2020 12:20:00	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional- Infancia e Juventude --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: redistribuir.					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
119	4044604	16/06/2020 15:23:55	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Centro de Apoio Operacional- Infancia e Juventude Responsável pela Movimentação: ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA Observação de Movimentação:					
120	1593122	16/06/2020 10:36:36	ANEXO - PROCESSO	MODELO PORTARIA	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
Anexo : MODELO PORTARIA					
121	1593121	16/06/2020 10:36:36	ANEXO - PROCESSO	OBRAS	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
Anexo : OBRAS					
122	4043951	16/06/2020 10:32:42	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA Observação de Movimentação: ABERTURA DE PROCESSO - MOVIMENTAÇÃO INICIAL					
123	1593115	16/06/2020 10:32:42	ANEXO - PROCESSO	OFC 155/2020	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
Anexo : OFC 155/2020					
124	1593114	16/06/2020 10:32:42	ANEXO - PROCESSO	ENC OFC 155/2020	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
Anexo : ENC OFC 155/2020					

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
125	0	16/06/2020 10:32:40	PROCESSO	ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA
ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO					

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
21/10/2025 08:47:18	Coordenadoria de Documentação e Biblioteca	RÔMOLLO DE SÁ MALTA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LUIZ COELHO BATISTA	22/10/2025 08:28:27	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

PUBLICACAO DEMP MA

17/10/2025 13:48:35	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ALLAN CUTRIM GOMES	Coordenadoria de Documentação e Biblioteca	RÔMOLLO DE SÁ MALTA	21/10/2025 08:45:58	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	---	--------------------	--	---------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO

17/10/2025 13:27:10	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ALLAN CUTRIM GOMES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ALLAN CUTRIM GOMES	17/10/2025 13:27:10	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	---	--------------------	---	--------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

TERMO DE COOPERAÇÃO 142025

PLANO DE TRABALHO

13/10/2025 13:44:16	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LETICIA DE SOUSA VIEIRA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LETICIA DE SOUSA VIEIRA	13/10/2025 13:44:16	DESARQUIVAR	TRAMITANDO
------------------------	---	-------------------------	---	-------------------------	------------------------	-------------	------------

Anexos

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

E-MAIL- ASSINATURA DO TERMCOOP-GPGJ - 142025.PDF

10/09/2025 12:51:32	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	VANDA FERREIRA CHAVES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	VANDA FERREIRA CHAVES	10/09/2025 12:51:32	ARQUIVAR	ARQUIVADO
10/09/2025 12:37:13	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	VANDA FERREIRA CHAVES	10/09/2025 12:47:48	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Anexos

Documento Administrativo: OFC-GAB - 7942025

10/09/2025 10:15:25	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ALLAN CUTRIM GOMES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	VANDA FERREIRA CHAVES	10/09/2025 12:09:01	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
03/09/2025 15:10:14	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	MARCELA DA SILVA SOUSA	04/09/2025 09:12:04	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: TERMCOOP-GPGJ - 142025

Anexo de movimentação: PLANO DE TRABALHO

03/09/2025 15:10:13	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
15/05/2025 12:26:03	Secretaria para Assuntos Institucionais	EDNARG FERNANDES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LUIZ COELHO BATISTA	15/05/2025 14:47:49	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SECINST - 1382025

Anexo de movimentação: MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Anexo de movimentação: MINUTA PLANO DE TRABALHO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
15/05/2025 12:26:02	Secretaria para Assuntos Institucionais	EDNARG FERNANDES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
15/05/2025 12:26:01	Secretaria para Assuntos Institucionais	EDNARG FERNANDES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
13/05/2025 09:50:50	Secretaria para Assuntos Institucionais	GIOVANA CANAVIEIRA	Secretaria para Assuntos Institucionais	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORNETH	14/05/2025 15:17:37	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
12/05/2025 13:53:17	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	MARAIZA MARTINS RIBEIRO	Secretaria para Assuntos Institucionais	GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO	13/05/2025 09:49:54	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
06/05/2025 21:09:44	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LUIZ COELHO BATISTA	07/05/2025 10:24:08	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 722025

06/05/2025 14:06:06	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	06/05/2025 14:06:06	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	---	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

ATA ASSINADA PELO MPE E MPF

14/04/2025 15:54:24	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	15/04/2025 08:41:57	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 12025

26/03/2025 10:26:18	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	26/03/2025 10:26:18	COLOCAR PROCESSO EM DILIGÊNCIA	PROCESSO EM DILIGÊNCIA
25/03/2025 10:31:13	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	25/03/2025 10:31:13	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

E-MAIL PROTOCOLO ELETRÔNICO MPF - PR-MA-00010145_2025

24/03/2025 14:15:35	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	24/03/2025 14:34:25	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 632025

Anexo de movimentação: ANEXO_3274665_MINUTA_TCT

Anexo de movimentação: ANEXO_3274666_MINUTA_DO_PLANO_DE_TRABALHO.DO

24/03/2025 14:15:34	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
24/03/2025 14:15:33	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
15/08/2024 10:54:56	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ALLAN CUTRIM GOMES	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	15/08/2024 12:25:08	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
14/06/2024 16:06:01	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	THERESA MARIA MUNIZ RIBEIRO DE LA IGLESIA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ALLAN CUTRIM GOMES	15/08/2024 10:53:40	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
03/05/2024 11:54:17	Secretaria para Assuntos Institucionais	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LUIZ COÊLHO BATISTA	03/05/2024 13:21:30	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

MINUTA PLANO DE TRABALHO

03/05/2024 08:23:02	Secretaria para Assuntos Institucionais	JOZIANE CONCEIÇÃO DA SILVA	Secretaria para Assuntos Institucionais	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH	03/05/2024 11:51:36	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
02/05/2024 13:09:	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Secretaria para Assuntos Institucionais		03/05/2024 08:22:00	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

27

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1732024

02/05/2024 12:38:30	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	02/05/2024 13:03:30	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/04/2024 12:20:39	Secretaria para Assuntos Institucionais	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	17/04/2024 09:09:54	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO

MINUTA PLANO DE TRABALHO

13/03/2024 14:02:42	Secretaria para Assuntos Institucionais	ELLEN CHRISTINA SOARES SOUSA	Secretaria para Assuntos Institucionais	CAMILA SARNEY COSTA LIMA BORGNETH	16/04/2024 12:15:24	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
13/03/2024 13:53:35	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU	Secretaria para Assuntos Institucionais		13/03/2024 14:00:18	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
12/03/2024 14:21:06	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LUIZ COÊLHO BATISTA	13/03/2024 10:15:45	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 402024

12/03/2024 09:51:52	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	12/03/2024 10:22:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
12/03/2024 09:51:05	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	12/03/2024 09:51:05	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
11/03/2024 10:10:52	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	12/03/2024 09:50:01	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
11/03/2024	Centro de Apoio	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO	Centro de Apoio	VALÉRIA CRISTINA	11/03/2024	DISTRIBUIR PROCESSO	DISTRIBUÍDO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
24 10:10:50	Operacional - Educação	PRASERES VIEIRA	Operacional - Educação	PRASERES VIEIRA	10:10:52	ADMINISTRATIVO	
08/03/2024 16:48:29	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	11/03/2024 09:50:09	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
08/03/2024 16:48:06	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	08/03/2024 16:48:06	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
14/08/2023 14:51:09	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	28/08/2023 15:31:43	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Anexos

MINUTA DO PROTOCOLO

14/08/2023 14:51:02	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
------------------------	--	---	--	--	--	------------------------------------	-------------

Anexos

MINUTA DO PROTOCOLO

14/08/2023 14:50:54	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
------------------------	--	---	--	--	--	------------------------------------	-------------

Anexos

MINUTA DO PROTOCOLO

14/08/2023 14:50:44	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	14/08/2023 14:50:54	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
------------------------	--	---	--	------------------------------------	------------------------	------------------------------------	-------------

Anexos

MINUTA DO PROTOCOLO

14/08/2023 14:50:39	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
------------------------	--	---	--	--	--	------------------------------------	-------------

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

MINUTA DO PROTOCOLO

02/08/2023 12:15:41	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	02/08/2023 12:15:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
26/06/2023 14:39:20	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	26/06/2023 16:01:38	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 82023

Anexo de movimentação: MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

26/06/2023 14:39:20	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
22/05/2023 13:41:59	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	22/05/2023 13:41:59	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

E-MAIL QUE ENCAMINHA A ATA DA REUNIÃO

22/05/2023 11:53:24	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	22/05/2023 11:56:21	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 42023

Anexo de movimentação: MINUTA DO PROTOCOLO

22/05/2023 11:53:19	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
18/05/2023 11:56:21	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	18/05/2023 11:56:20	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

20

Anexos

E-MAIL RELACIONADO À DEMANDA.

26/04/2023 15:09:00	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	26/04/2023 15:09:00	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
26/04/2023 11:50:43	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	26/04/2023 15:05:53	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 22023

19/04/2023 13:36:22	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	19/04/2023 13:36:22	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	---	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

COMPROVANTE DE PROTOCOLO DO OFÍCIO 462023 NO MPF-MA

19/04/2023 09:25:11	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	19/04/2023 13:32:17	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 462023

19/04/2023 09:24:45	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
14/04/2023 11:38:05	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	14/04/2023 11:38:05	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
22/03/2023 12:51:04	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	14/04/2023 11:14:02	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

OFÍCIO MPF

E-MAIL DE RESPOSTA DESTE CENTRO DE APOIO

22/03/2023 12:40:41	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	22/03/2023 12:40:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
05/10/2022 14:01:05	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	05/10/2022 14:01:05	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF

05/10/2022 14:00:55	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	05/10/2022 14:00:55	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	---	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF

04/10/2022 15:14:40	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	05/10/2022 13:57:12	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 192022

04/10/2022 15:14:31	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
04/10/2022 14:33:43	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	04/10/2022 14:33:43	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

ENVIO DO OFC-CIRC-CAOP/EDU 132021 E RESPOSTAS RECEBIDAS

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
03/10/2022 10:53:29	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	04/10/2022 14:17:30	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
01/06/2021 09:25:57	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	01/06/2021 09:25:57	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

ATA DA REUNIÃO DO CAOP EDUCAÇÃO COM O MPF

17/05/2021 12:30:27	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	17/05/2021 13:07:01	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 392021

17/05/2021 10:25:49	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	17/05/2021 10:32:20	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: OFC-CIRC-CAOP/EDU - 132021

14/05/2021 16:25:39	Centro de Apoio Operacional - Educação	EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES	17/05/2021 10:02:10	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--	-------------------------	--	------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CAOP/EDU - 22021

17/06/2020 12:21:14	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	Centro de Apoio Operacional - Educação	VALDENY BARROS	18/06/2020 09:10:04	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
17/06/2020 12:20:00	Centro de Apoio Operacional- Infancia e Juventude	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	17/06/2020 12:20:00	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
16/06/2020 15:23:55	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	Centro de Apoio Operacional- Infancia e Juventude	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	17/06/2020 12:20:00	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
16/06/2020 10:32:42	Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro ratione muneris	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	ASSUNÇÃO DE MARIA MOSCOSO MAIA	16/06/2020 10:32:42	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ATA ASSINADA PELO MPE E MPF	ATA-CAOP_EDU12025_ASSINADO (1).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ATA DA REUNIÃO DO CAOP EDUCAÇÃO COM O MPF	ATA-CAOP_EDU182021_ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : COMPROVANTE DE PROTOCOLO DO OFÍCIO 462023 NO MPF-MA	print MPF.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL- ASSINATURA DO TERMCOOP-GPGJ - 142025.PDF	E-mail- Assinatura do TERMCOOP-GPGJ - 142025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL DE RESPOSTA DESTE CENTRO DE APOIO	E-mail em resposta ao Oficio n.º 68_2022 GABPRDC.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL PROTOCOLO ELETRÔNICO MPF - PR-MA-00010145_2025	E-mail Protocolo Eletrônico MPF - PR-MA-00010145_2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL QUE ENCAMINHA A ATA DA REUNIÃO	E-mail ATA-CAOP_EDU - 42023.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL RELACIONADO À DEMANDA.	E-mail Documentos Proinfancia.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO	E-mail de Ministerio Publico do Maranhao - TERMCOOP-GPGJ -142025 e PLANO DE TRABALHO para publicacao.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ENVIO DO OFC-CIRC-CAOP/EDU 132021 E RESPOSTAS RECEBIDAS	E-mail de Ministerio Publico do Maranhao - Oficio Circular OFC-CIRC-CAOP-EDU - 132021 - Promotores da Educacao - Programa Proinfancia.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO	anexo_2878192_PROTOCOLO_DE_COOPERACAO_PROINF (2).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO	anexo_2878192_PROTOCOLO_DE_COOPERACAO_PROINF (2).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO	anexo_2878192_PROTOCOLO_DE_COOPERACAO_PROINF (2).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO	anexo_2878192_PROTOCOLO_DE_COOPERACAO_PROINF (2).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO	anexo_2878192_PROTOCOLO_DE_COOPERACAO_PROINF (2).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA PLANO DE TRABALHO	minuta do Plano de Trabalho.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA PLANO DE TRABALHO	minuta do Plano de Trabalho.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO	Minuta TCT.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	Minuta TCT.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : OFÍCIO MPF	OFICIO 68.2022 GABPRDC.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : PLANO DE TRABALHO	PLANO_DE_TRABALHO_-_TERMCOOP-GPGJ_-_142025[1]_assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF	Protocolo PRMA 00036302-2022.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO MPF	Protocolo PRMA 00036302-2022.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : PUBLICACAO DEMP MA	TERMO DE COOPERACAO - 14 2025 - GPGJ (PUBLICADO).pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE COOPERAÇÃO 142025	TERMCOOP-GPGJ_-_142025[1]_assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ENC OFC 155/2020	OFC 155 ENC MPF.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MODELO PORTARIA	MODELO PORTARIA PROINFANCIA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
OBRAS	OBRAS PROINFANCIA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
OFC 155/2020	OFC 155 MPF.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Gabinete do Procurador Geral de Justiça	10/09/2025 12:12:41	VANDA FERREIRA CHAVES	OFÍCIO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Gabinete do Procurador Geral de Justiça	03/09/2025 14:54:22	ALLAN CUTRIM GOMES	TERMO DE	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Gabinete do Procurador Geral de Justiça	03/09/2025 14:54:22	ALLAN CUTRIM GOMES	TERMO DE	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria para Assuntos Institucionais	14/05/2025 15:18:30	CAMILA SARNEY COSTA LIMA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria para Assuntos Institucionais	14/05/2025 15:18:30	CAMILA SARNEY COSTA LIMA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria para Assuntos Institucionais	14/05/2025 15:18:30	CAMILA SARNEY COSTA LIMA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	06/05/2025 14:13:04	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	14/04/2025 15:51:15	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	ATA	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documentos

Sector Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Centro de Apoio Operacional - Educação	24/03/2025 11:57:29	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	24/03/2025 11:57:29	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	24/03/2025 11:57:29	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	02/05/2024 13:04:06	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	12/03/2024 13:04:39	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	26/06/2023 11:04:09	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	ATA	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	26/06/2023 11:04:09	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	ATA	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	22/05/2023 11:30:39	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	ATA	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	22/05/2023 11:30:39	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	ATA	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	25/04/2023 11:43:48	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	ATA	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	18/04/2023 11:43:35		OFÍCIO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	04/10/2022 14:44:43	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	17/05/2021 12:22:03	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	17/05/2021 10:05:00	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	OFÍCIO CIRCULAR	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Centro de Apoio Operacional - Educação	12/05/2021 10:59:59	VALÉRIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Processos Anexados e Apensados

Data de Vínculo	Status	Tipo de Relação
-----------------	--------	-----------------

Anexos Físicos

Descrição do Anexo	Anexo de
--------------------	----------



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : PUBLICACAO DEMP MA



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

- f) 01 (uma) Foto 3x4 (anexada ao formulário de cadastro, item o);
- g) Comprovante de residência;
- h) Diploma de graduação do Curso de formação referente a área escolhida, ou certidão de conclusão de curso de graduação, emitidos por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- i) Histórico escolar contendo o coeficiente de rendimento da graduação;
- j) Comprovante de matrícula e frequência em curso de pós-graduação *latu sensu* ou *strictu sensu* compatível com a vaga desejada (declaração, certidão ou atestado firmado por IES credenciada) ou declaração de admissão em estágio de pós-doutorado, atestada pela Instituição de ensino (o tempo de permanência no programa com o mesmo curso de pós-graduação precisa ser de pelo menos 06 meses);
- l) Atestado médico que comprove aptidão clínica para o exercício da função; se pessoa com deficiência, além do atestado citado, apresentar também laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;
- k) Declaração de bens;
- m) Declaração de impeditivo de supervisão;
- n) Declaração de disponibilidade de horário;
- o) Declaração de não exercer, cumulativamente, atividades em outro ramo do Ministério Público, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na Defensoria Pública da União ou dos Estados, na advocacia, pública ou privada, na Polícia Civil ou Federal, bem como estágio ou residência nesses entes.
- p) Certidões de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Eleitoral, para fins de comprovação do gozo de boa conduta social e ausência de registro de antecedentes criminais;
- q) Comprovante de conta corrente ou universitária de titularidade do residente no banco responsável pelo processamento da folha de pagamento do Ministério Público – (BANCO DO BRASIL - obrigatoriamente);
- r) Se inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apresentar fotocópia do pedido de licenciamento ou cancelamento do respectivo registro, devidamente protocolizado;
- s) Ficha cadastral e preenchimento de link que será encaminhado para o e-mail, pela Procuradoria Geral de Justiça.

QUADRO I (EDITAL Nº 10056/2025) - SÃO LUÍS

VAGA	DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS	CLASSIF. NA LISTAGEM DA VAGA	CANDIDATO APROVADO	NOTA FINAL
130	GERAL	205	DAVID BAYMA AMORA DOMINICI	6,66

DIREITO - 15ª CHAMADA

Documento assinado eletronicamente por DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador Geral de Justiça, em 17/10/2025, às 13:03, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMCOOP-GPGJ - 142025

Código de validação: 8D1E08581E

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ATRAVÉS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, doravante denominado MPMA, através da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ/MA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.483.912/0001-85, com sede na Avenida Prof. Carlos Cunha nº 3261, Calhau, cidade de São Luís/MA, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, doravante denominado MPF, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.989.715/0015-08, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, cidade de São Luís/MA, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe do MPF na Maranhão, ALEXANDRE SILVA SOARES, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, tendo em vista o que consta no PA nº 7808/2020 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.531/2023, e legislação correlacionada, mediante as cláusulas e condições as seguir estabelecidas:



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. ”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto; CONSIDERANDO que, conforme julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação; CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

O presente instrumento tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Termo de Cooperação, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema; b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;

c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias;

d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade;

e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;

b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;

c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;

d) Apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.

e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.

f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS GESTORES

Considerando o interesse comum das partes mencionadas neste instrumento, necessário designar gestores do presente acordo em cada instituição participante, bem como indicar o setor e a pessoa responsável, a fim de facilitar a articulação das ações, objeto do presente instrumento de cooperação:

a) Ministério Público do Estado do Maranhão

Gestor: Eduardo Borges Oliveira

(Coordenador do Centro de Apoio Operacional Educação)

E-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Contato: (98) 3219-1808/1894

b) Ministério Público Federal

Gestor: Alexandre Silva Soares

E-mail:

Contato: (98) 3213-7100

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não implica transferência de recursos financeiros e orçamentários entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins dispostos na Lei nº 13.709/ 18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei nº 12.965/14 - Marco Civil da Internet, os participantes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais de terceiros que



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

são ou que venham a ser custodiados, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo de Cooperação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

§1º Os partícipes se obrigam a manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas (assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/18 - LGPD), eventualmente compartilhadas na vigência do Acordo de Cooperação, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normas aplicáveis.

§2º É vedado o uso das informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função do presente instrumento para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvados o cumprimento de ordens ou requisições de órgãos de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais, bem como as hipóteses de exclusão da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD".

§3º Os dados pessoais obtidos a partir do acordo/termo de cooperação serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo permitida a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da Lei nº 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD").

§4º Os Partícipes ficam obrigados a comunicar, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ato ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

§5º Os partícipes, nos termos do inciso III, art. 23, Lei nº 13.709/2018, comprometem-se a informar um ao outro o respectivo Encarregado de Dados (DPO), que atuará como canal de comunicação entre o controlar, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA SEXTA- DA LOGÍSTICA

Para a execução deste acordo serão empregados os bens materiais e equipamentos pertencentes a atuação de cada partícipe.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente acordo terá vigência de 3 (três) anos com a conveniência dos seus signatários. Poderá igualmente ser alterado por termo aditivo, também a critério dos signatários, e rescindido a qualquer tempo, por mútuo consenso, pelo inadimplemento dos compromissos assumidos ou por iniciativa unilateral de qualquer das partes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de um ao outro, restando a cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Será realizada pelo Ministério Público do Maranhão, às suas expensas, a publicação resumida, em forma de extrato, do presente Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Maranhão, em observância ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da CRFB/88). O Ministério Público Federal será responsável pela publicação do extrato do instrumento no respectivo Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho (Anexo I) que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações ou notificações inerentes a este termo, realizadas entre os partícipes, far-se-ão por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

11. Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

11.1 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Termo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

11.2 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Termo de Cooperação será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

11.3 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

11.4 Como fruto deste instrumento as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidas mediante entendimento entre as instituições partícipes, por meio de documento expresso, sendo vedada a solução tácita.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro do Termo Judiciário de São Luís, Comarca da Ilha de São Luís, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

E por estarem assim, de pleno acordo, assinam os cooperantes o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

São Luís/MA, data da assinatura.

assinado eletronicamente*



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador-Geral de Justiça do MPMA

ALEXANDRE SILVA SOARES
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 142025, FORMALIZADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL				
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021				
PARTÍCIPE I				
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal			CNPJ: 26.989.715/0015-08	
Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 52, Areinha				
Cidade: São Luís	UF: MA	CEP: 65030-015	DDD/Telefone: (98) 3213-7100	E-mail:
IDENTIFICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE PARTÍCIPE				
Nome do Responsável: Alexandre Silva Soares			Cargo: Procurador Chefe da Procuradoria da República no MA	
PARTÍCIPE II				
Órgão/Entidade: Ministério Público do Maranhão.			CNPJ: 05.483.912/0001-45	
Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau				
Cidade: São Luís	UF: MA	CEP: 65076-820	DDD/Telefone: (98) 3219-1600	e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE PROPONENTE				
Danilo José de Castro Ferreira				



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

Cargo: Procurador-Geral de Justiça	Posse 17/06/2024
---------------------------------------	---------------------

DESCRIÇÃO DO PROJETO	
I – Dados do Projeto	
1. Título do Projeto: Termo de Cooperação Técnica nº XX/2025	2. Período: 3 (três) anos–
2. Descrição do Objeto: Constitui objeto do presente acordo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).	

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
1. Das Obrigações do Ministério Público do Estado do Maranhão: a. Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema; b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA; c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias; d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade; e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

2. Das Obrigações do Ministério Público Federal:

- Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- Apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

META	ETAPA/ FASE	PRAZO	RESPONSÁVEL
01	Assinatura do Termo de Cooperação	Após tramitação do PA em até 03 dias.	MPMA X MPF
02	Publicação do Termo de Cooperação	Em até 05 dias após a assinatura.	MPMA x MPF
03	Indicação dos respectivos gestores	Em até 30 dias após a assinatura.	MPMA X MPF
04	Execução das atividades decorrentes do acordo	Da publicação até 36 meses.	MPMA X MPF

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos necessários serão provenientes do orçamento anual de cada signatário, não havendo qualquer transferência de recursos entre as instituições signatárias.

UNIDADES RESPONSÁVEIS e GESTORES

1 - Ministério Público do Estado do Maranhão



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/10/2025. Publicação: 21/10/2025. Nº 200/2025.

ISSN 2764-8060

Nome	Cargo/função	Lotação
EDUARDO BORGES OLIVEIRA	PROMOTOR DE JUSTIÇA/COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EDUCAÇÃO	CAOP EDUCAÇÃO
Telefone: (98) 3219-1808/1894	e-mail: caopeducacao@mpma.mp.br	
2 - Ministério Público Federal		
Nome	Cargo/função	Lotação
ALEXANDRE SILVA SOARES	PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MA
Telefone: (98)	e-mail_	

APROVAÇÃO (de acordo)	
Aprovado	
Local e data	Cooperante
Aprovado	
Local e data	Cooperada

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente*
Danilo José de Castro Ferreira
Procurador Geral de Justiça do MPMA

Alexandre Silva Soares
Procurador- Chefe da Procuradoria da República no Maranhão



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : PLANO DE TRABALHO



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSE DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ANEXO-3843674, Código de Validação: 9018F4CB7E.**



ANEXO I

PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 142025, FORMALIZADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL				
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021				
PARTÍCIPE I				
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal			CNPJ: 26.989.715/0015-08	
Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 52, Areinha				
Cidade: São Luís	UF: MA	CEP: 65030-015	DDD/Telefone: (98) 3213-7100	E-mail:
IDENTIFICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE PARTÍCIPE				
Nome do Responsável: Alexandre Silva Soares				Cargo: Procurador Chefe da Procuradoria da República no MA
PARTÍCIPE II				
Órgão/Entidade: Ministério Público do Maranhão.			CNPJ: 05.483.912/0001-45	
Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau				
Cidade: São Luís	UF: MA	CEP: 65076-820	DDD/Telefone: (98) 3219-1600	e-mail: gabinetepgj@mpma.m p.br

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSE DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ANEXO-3843674, Código de Validação: 9018F4CB7E.**



IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE PROPONENTE

Danilo José de Castro Ferreira

Cargo:
Procurador-Geral de Justiça

Posse
17/06/2024

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Dados do Projeto

1. Título do Projeto: **Projeto de Cooperação Técnica nº XX/2025**

Duração: 3 (três) anos

Descrição do Objeto:

Constitui objeto do presente acordo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Das Obrigações do Ministério Público do Estado do Maranhão:

- Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSE DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ANEXO-3843674, Código de Validação: 9018F4CB7E.**



COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;

- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias;
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade;
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2. Das Obrigações do Ministério Público Federal:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) Apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSE DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ANEXO-3843674, **Código de Validação:** 9018F4CB7E.



início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.

f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

META	ETAPA/ FASE	PRAZO	RESPONSÁVEL
01	Assinatura do Termo de Cooperação	Após tramitação do PA em até 03 dias.	MPMA X MPF
02	Publicação do Termo de Cooperação	Em até 05 dias após a assinatura.	MPMA x MPF
03	Indicação dos respectivos gestores	Em até 30 dias após a assinatura.	MPMA X MPF
04	Execução das atividades decorrentes do acordo	Da publicação até 36 meses.	MPMA X MPF



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSE DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ANEXO-3843674, Código de Validação: 9018F4CB7E.**



RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos necessários serão provenientes do orçamento anual de cada signatário, não havendo qualquer transferência de recursos entre as instituições signatárias.

UNIDADES RESPONSÁVEIS e GESTORES		
1. Ministério Público do Estado do Maranhão		
Nome	Cargo/função	Lotação
EDUARDO BORGES OLIVEIRA	PROMOTOR DE JUSTIÇA/COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EDUCAÇÃO	CAOP EDUCAÇÃO
Telefone: (98) 3219-1808/1894	e-mail: caopeducao@mpma.mp.br	
2. Ministério Público Federal		
Nome	Cargo/função	Lotação
ALEXANDRE SILVA SOARES	PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MA
Telefone: (98)	e-mail	

APROVAÇÃO (de acordo)
Aprovado



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSE DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ANEXO-3843674, **Código de Validação:** 9018F4CB7E.



Local e data	Cooperante
Aprovado	
Local e data	Cooperada

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente*

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador Geral de Justiça do MPMA

Alexandre Silva Soares
Procurador- Chefe da Procuradoria da República no Maranhão



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE COOPERAÇÃO 142025



TERMCOOP-GPGJ - 142025
Código de validação: 8D1E08581E

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ATRAVÉS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, doravante denominado MPMA, através da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ/MA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.483.912/0001-85, com sede na Avenida Prof. Carlos Cunha nº 3261, Calhau, cidade de São Luís/MA, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, doravante denominado MPF, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.989.715/0015-08, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, cidade de São Luís/MA, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe do MPF na Maranhão, **ALEXANDRE SILVA SOARES**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, tendo em vista o que consta no PA nº 7808/2020 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.531/2023, e legislação correlacionada, mediante as cláusulas e condições as seguir estabelecidas:

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

1/8



CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da



vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Termo de Cooperação, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br



2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema; b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias;
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade;
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) Apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.



f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS GESTORES

Considerando o interesse comum das partes mencionadas neste instrumento, necessário designar gestores do presente acordo em cada instituição participante, bem como indicar o setor e a pessoa responsável, a fim de facilitar a articulação das ações, objeto do presente instrumento de cooperação:

a) Ministério Público do Estado do Maranhão

Gestor: Eduardo Borges Oliveira
(Coordenador do Centro de Apoio Operacional Educação)

E-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Contato: (98) 3219-1808/1894

b) Ministério Público Federal

Gestor: Alexandre Silva Soares

E-mail:

Contato: (98) 3213-7100

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não implica transferência de recursos financeiros e orçamentários entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins dispostos na Lei no 13.709/ 18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei nº 12.965/14 - Marco Civil da Internet, os partícipes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais de terceiros que são ou que venham a ser custodiados, em razão do

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

5/8



desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo de Cooperação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

§1º Os partícipes se obrigam a manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas (assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/18 - LGPD), eventualmente compartilhadas na vigência do Acordo de Cooperação, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normas aplicáveis.

§2º É vedado o uso das informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função do presente instrumento para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvados o cumprimento de ordens ou requisições de órgãos de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais, bem como as hipóteses de exclusão da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD".

§3º Os dados pessoais obtidos a partir do acordo/termo de cooperação serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo permitida a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da Lei nº 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD").

§4º Os Partícipes ficam obrigados a comunicar, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ato ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

§5º Os partícipes, nos termos do inciso III, art. 23, Lei nº 13.709/2018, comprometem-se a informar um ao outro o respectivo Encarregado de Dados (DPO), que atuará como canal

de comunicação entre o controlar, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA SEXTA- DA LOGÍSTICA

Para a execução deste acordo serão empregados os bens materiais e equipamentos pertencentes a atuação de cada partícipe.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente acordo terá vigência de 3 (três) anos com a conveniência dos seus signatários. Poderá igualmente ser alterado por termo aditivo, também a critério dos signatários, e rescindido a qualquer tempo, por mútuo consenso, pelo inadimplemento dos compromissos assumidos ou por iniciativa unilateral de qualquer das partes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de um ao outro, restando a cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.



CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Será realizada pelo Ministério Público do Maranhão, às suas expensas, a publicação resumida, em forma de extrato, do presente Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Maranhão, em observância ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da CRFB/88). O Ministério Público Federal será responsável pela publicação do extrato do instrumento no respectivo Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho (Anexo I) que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações ou notificações inerentes a este termo, realizadas entre os partícipes, far-se-ão por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

11. Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

11.1 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Termo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

11.2 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Termo de Cooperação será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

11.3 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

11.4 Como fruto deste instrumento as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidas mediante entendimento entre as instituições partícipes, por meio de documento expresso, sendo vedada a solução tácita.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro do Termo Judiciário de São Luís, Comarca da Ilha de São Luís, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

E por estarem assim, de pleno acordo, assinam os cooperantes o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

São Luís/MA, data da assinatura.

assinado eletronicamente*
DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

Procurador-Geral de Justiça do MPMA

ALEXANDRE SILVA SOARES

Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão

(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: TERMCOOP-GPGJ-142025, Código de Validação: 8D1E08581E.**



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO



Gabinete Procurador Geral de Justiça <gabinetepgj@mpma.mp.br>

TERMCOOP-GPGJ -142025 e PLANO DE TRABALHO para publicação

1 mensagem

Gabinete Procurador Geral de Justiça <gabinetepgj@mpma.mp.br>

17 de outubro de 2025 às 13:46

Para: Diário Eletrônico <diarioeletronico@mpma.mp.br>, Coordenadoria de Gestão de Pessoas <cgp@mpma.mp.br>

De ordem, encaminho, em anexo, o TERMCOOP-GPGJ - 142025 e PLANO DE TRABALHO para publicação.

Atenciosamente,

ALLAN CUTRIM GOMES

Assessor de Promotor de Justiça

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

(98) 3219 1629

Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau

CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão



f y i @mpmaoficial

4 anexos**TERMCOOP-GPGJ_-_142025[1]_assinado.pdf**

583K

**TERMO DE COOPERAÇÃO (3).doc**

454K

**PLANO DE TRABALHO (3).doc**

473K

**PLANO_DE_TRABALHO_-_TERMCOOP-GPGJ_-_142025[1]_assinado.pdf**

585K



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL- ASSINATURA DO TERMCOOP-
GPGJ - 142025.PDF**



Gabinete Procurador Geral de Justica <gabinetepgj@mpma.mp.br>

Assinatura do TERMCOOP-GPGJ - 142025

Gabinete Procurador Geral de Justica <gabinetepgj@mpma.mp.br>
Para: "Greyce Fonseca e Silva Helal (PR.MA)" <greycehelal@mpf.mp.br>

13 de outubro de 2025 às 13:43

Senhora Greyce Helal,

Em resposta à sua solicitação de informações sobre a assinatura do TERMCOOP-GPGJ - 142025 - Termo de Cooperação Técnica, informamos que o OFC-GAB - 7942025, referente ao processo PR-MA-00028243/2025, foi enviado via protocolo eletrônico do Ministério Público Federal em 10/09/2025.

Para sua conveniência, encaminhamos o referido documento por e-mail.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,
Gabinete Procurador Geral de Justica
[Texto das mensagens anteriores oculto]

3 anexos



OFC-GAB - 7942025.pdf
35K



TERMCOOP-GPGJ - 142025.pdf
656K



PLANO DE TRABALHO - TERMCOOP-GPGJ - 142025.pdf
553K



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-GAB - 7942025



(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em 10 de Setembro de 2025 às 12:36 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: OFC-GAB-7942025, Código de Validação: 2FB074CFDD.**



Gabinete do Procurador Geral de Justiça

OFC-GAB - 7942025
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 2FB074CFDD

São Luís, 10 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CASTELO BRANCO

Procurador Regional Eleitoral do Maranhão

Procuradoria Regional Eleitoral do Maranhão

São Luís – MA

Assunto: Assinatura do Termo de Cooperação Institucional e do Plano de Trabalho, referente ao Termo de Cooperação Técnica Nº 142025

Ref.: *Processo* nº 7808/2020

Senhor Procurador Regional Eleitoral,

Cumprimentando-o cordialmente, com fulcro no art. 1º da Resolução Conjunta PRE/PGJ-MA nº 001/2006 c/c Resolução Conjunta PRE/PGJ-MA nº 01/2019, e visando atender o interesse público, informo que o Termo de Cooperação Técnica Nº 142025 e o Plano de Trabalho foram encaminhados para assinatura de Vossa Excelência, via protocolo eletrônico do MPF.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 10/09/2025 às 12:36 h ()*

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Anexo de movimentação: PLANO DE TRABALHO

ANEXO I

**PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA Nº 142025, FORMALIZADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO MARANHÃO E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021

PARTÍCIPE I

Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

CNPJ:
26.989.715/0015-08

Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 52, Areinha

Cidade:
São Luís

UF:
MA

CEP:
65030-015

DDD/Telefone:
(98) 3213-7100

E-mail:

IDENTIFICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE PARTÍCIPE

Nome do Responsável: Alexandre Silva Soares

Cargo: Procurador
Chefe da
Procuradoria da
República no MA

PARTÍCIPE II

Órgão/Entidade: Ministério Público do Maranhão.

CNPJ:
05.483.912/0001-45

Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau

Cidade: São
Luís

UF: MA

CEP: 65076-820

DDD/Telefone:
(98) 3219-1600

e-mail:
gabinetepgj@mpma.m
p.br

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE PROPONENTE

Danilo José de Castro Ferreira

Cargo:
Procurador-Geral de Justiça

Posse
17/06/2024

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Dados do Projeto

1. Título do Projeto:
Acordo de Cooperação Técnica nº XX/2025

Duração: 3 (três) anos

Descrição do Objeto:

Constitui objeto do presente acordo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Das Obrigações do Ministério Público do Estado do Maranhão:

- a. Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO

COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;

- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias;
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade;
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2. Das Obrigações do Ministério Público Federal:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) Apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará

início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.

f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

META	ETAPA/ FASE	PRAZO	RESPONSÁVEL
01	Assinatura do Termo de Cooperação	Os tramitação do PA em até 03 dias.	MPMA X MPF
02	Assinatura do Termo de Cooperação	Em até 05 dias após a assinatura.	MPMA x MPF
03	Indicação dos respectivos gestores	Em até 30 dias após a assinatura.	MPMA X MPF
04	Execução das atividades decorrentes do acordo	Da publicação até 36 meses.	MPMA X MPF

RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos necessários serão provenientes do orçamento anual de cada signatário, não havendo qualquer transferência de recursos entre as instituições signatárias.

UNIDADES RESPONSÁVEIS e GESTORES		
1. Ministério Público do Estado do Maranhão		
Nome EDUARDO BORGES OLIVEIRA	Cargo/função PROMOTOR DE JUSTIÇA/COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EDUCAÇÃO	Lotação CAOP EDUCAÇÃO
Telefone: (98) 3219-1808/1894	e-mail: caopeducacao@mpma.mp.br	
2. Ministério Público Federal		
Nome ALEXANDRE SILVA SOARES	Cargo/função PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO	Lotação PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MA
Telefone: (98)	e-mail	

APROVAÇÃO (de acordo)
Aprovado

_____ Local e data	_____ Cooperante
Aprovado	
_____ Local e data	_____ Cooperada

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente*

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador Geral de Justiça do MPMA

Alexandre Silva Soares
Procurador- Chefe da Procuradoria da República no Maranhão



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: TERMCOOP-GPGJ - 142025



TERMCOOP-GPGJ - 142025
Código de validação: 8D1E08581E

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ATRAVÉS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, doravante denominado MPMA, através da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ/MA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.483.912/0001-85, com sede na Avenida Prof. Carlos Cunha nº 3261, Calhau, cidade de São Luís/MA, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, doravante denominado MPF, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.989.715/0015-08, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, cidade de São Luís/MA, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe do MPF na Maranhão, **ALEXANDRE SILVA SOARES**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, tendo em vista o que consta no PA nº 7808/2020 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.531/2023, e legislação correlacionada, mediante as cláusulas e condições as seguir estabelecidas:

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);



CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da



vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Termo de Cooperação, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br



2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema; b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias;
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade;
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) Apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.



f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS GESTORES

Considerando o interesse comum das partes mencionadas neste instrumento, necessário designar gestores do presente acordo em cada instituição participante, bem como indicar o setor e a pessoa responsável, a fim de facilitar a articulação das ações, objeto do presente instrumento de cooperação:

a) Ministério Público do Estado do Maranhão

Gestor: Eduardo Borges Oliveira
(Coordenador do Centro de Apoio Operacional Educação)

E-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Contato: (98) 3219-1808/1894

b) Ministério Público Federal

Gestor: Alexandre Silva Soares

E-mail:

Contato: (98) 3213-7100

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não implica transferência de recursos financeiros e orçamentários entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins dispostos na Lei no 13.709/ 18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei nº 12.965/14 - Marco Civil da Internet, os partícipes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais de terceiros que são ou que venham a ser custodiados, em razão do

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

5/8



desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo de Cooperação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

§1º Os partícipes se obrigam a manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas (assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/18 - LGPD), eventualmente compartilhadas na vigência do Acordo de Cooperação, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normas aplicáveis.

§2º É vedado o uso das informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função do presente instrumento para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvados o cumprimento de ordens ou requisições de órgãos de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais, bem como as hipóteses de exclusão da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD".

§3º Os dados pessoais obtidos a partir do acordo/termo de cooperação serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo permitida a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da Lei nº 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD").

§4º Os Partícipes ficam obrigados a comunicar, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ato ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

§5º Os partícipes, nos termos do inciso III, art. 23, Lei nº 13.709/2018, comprometem-se a informar um ao outro o respectivo Encarregado de Dados (DPO), que atuará como canal

de comunicação entre o controlar, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA SEXTA- DA LOGÍSTICA

Para a execução deste acordo serão empregados os bens materiais e equipamentos pertencentes a atuação de cada partícipe.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente acordo terá vigência de 3 (três) anos com a conveniência dos seus signatários. Poderá igualmente ser alterado por termo aditivo, também a critério dos signatários, e rescindido a qualquer tempo, por mútuo consenso, pelo inadimplemento dos compromissos assumidos ou por iniciativa unilateral de qualquer das partes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de um ao outro, restando a cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.



CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Será realizada pelo Ministério Público do Maranhão, às suas expensas, a publicação resumida, em forma de extrato, do presente Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Maranhão, em observância ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da CRFB/88). O Ministério Público Federal será responsável pela publicação do extrato do instrumento no respectivo Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho (Anexo I) que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações ou notificações inerentes a este termo, realizadas entre os partícipes, far-se-ão por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

11. Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

11.1 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Termo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

11.2 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Termo de Cooperação será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

11.3 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

11.4 Como fruto deste instrumento as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidas mediante entendimento entre as instituições partícipes, por meio de documento expresso, sendo vedada a solução tácita.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro do Termo Judiciário de São Luís, Comarca da Ilha de São Luís, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

E por estarem assim, de pleno acordo, assinam os cooperantes o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

São Luís/MA, data da assinatura.

assinado eletronicamente*
DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

Procurador-Geral de Justiça do MPMA

ALEXANDRE SILVA SOARES

Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão

(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Setembro de 2025 às 15:10 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: TERMCOOP-GPGJ-142025, Código de Validação: 8D1E08581E.**



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: DESPACHO-SECINST - 1382025



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDNARG FERNANDES MARQUES** em 15 de Maio de 2025 às 12:25 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DESPACHO-SECINST-1382025, Código de validação: FDD2389E97.



Secretaria para Assuntos Institucionais

DESPACHO-SECINST - 1382025

(relativo ao Processo 78082020)

Código de validação: FDD2389E97

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do OFC – CAOP/EDU - 402024, por meio do qual o Coordenador do Centro de Apoio Operacional Educação, Promotor de Justiça, Eduardo Borges Oliveira, propõe a formalização de parceria entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Maranhão, com o objetivo de acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo, a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Após os autos tramitarem na Assessoria Jurídica da Administração, foram encaminhados ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Importante destacar, que no dia 14 de abril de 2025 foi realizada uma reunião virtual entre o MPMA e o MPF, na qual restou esclarecido o interesse de ambas as partes na formalização do termo de cooperação técnica.

Assim, tendo analisado os autos, esta Secretaria, não vendo óbice à celebração do termo de cooperação entre o MPMA e o MPF, por serem convergentes os interesses dos partícipes, determina que o presente processo seja encaminhado ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para assinatura das minutas de termo de cooperação técnica e plano de trabalho aprovadas.

assinado eletronicamente em 15/05/2025 às 12:25 h ()*

EDNARG FERNANDES MARQUES

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1740 (98) 3219-1736 e-mail: secinst@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDNARG FERNANDES MARQUES** em **15 de Maio de 2025 às 12:25 h** conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** DESPACHO-SECINST-1382025, **Código de Validação:** FDD2389E97.



Secretaria para Assuntos Institucionais

DIRETOR DE SECRETARIA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 722025



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 06 de Maio de 2025 às 21:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: OFC-CAOP/EDU-722025, Código de Validação: 65705C3AED.**



Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CAOP/EDU - 722025
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 65705C3AED

São Luís, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
Dr. DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
MD Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – PGJ/MA
São Luís -MA

Assunto: Submete proposta/minuta de um TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL com o MPF na área de educação infantil

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Cumprimentando-o, com o devido acatamento, sirvo-me do presente para submeter à apreciação de Vossa Excelência a proposta de celebração de um TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, a ser assinado pelo MPMA e pelo Ministério Público Federal, com objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Informo que, consoante reunião virtual realizada entre este Coordenador e o Procurador da República, Dr. Marcelo Santos Correa, em abril de 2025, nos termos da ATA-

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 3219-1808 / 1894 e-mail: caopeducacao@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 06 de Maio de 2025 às 21:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** OFC-CAOP/EDU-722025, **Código de Validação:** 65705C3AED.



Centro de Apoio Operacional - Educação

CAOP/EDU – 12025, constatou-se persistirem os objetivos que ensejaram a presente proposição, razão pela qual submeto a Vossa Excelência o texto para avaliação quanto ao cabimento, adequação e oportunidade da cooperação.

Aproveito o ensejo para reiterar o nosso compromisso com a Administração Superior, colocando este Centro de Apoio à disposição para o esclarecimento de dúvidas, realização de reuniões ou outras ações que se fizerem necessárias, inclusive por meio da Sala Virtual do CAO Educação, disponível para acesso pelo link permanente <https://meet.google.com/cwg-sprb-mnx>, das 09h às 11h, e em tempo integral pelo telefone (86) 98119-2520.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente em 06/05/2025 às 21:09 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : ATA ASSINADA PELO MPE E MPF



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 14 de Abril de 2025 às 15:54 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-CAOP/EDU-12025, Código de Validação: FD371C38A5.**



Centro de Apoio Operacional - Educação

ATA-CAOP/EDU - 12025
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: FD371C38A5

ATA DA REUNIÃO

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de 2025, às 15h00, através da Plataforma Google Meet, realizou-se reunião virtual entre o MPMA, por meio do CAOp Educação, e o MPF, sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), para ratificar o interesse mútuo na formalização do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser celebrado entre as partes com o objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). Participaram da reunião, pelo MPMA, o Coordenador do CAO Educação, Eduardo Borges Oliveira, e a servidora Valéria Vieira, e, pelo MPF, o Procurador da República, Dr. Marcelo Santos Correa. Dr. Eduardo deu início à reunião, agradecendo a participação do Dr. Marcelo e esclareceu que a reunião se propõe a ratificar os termos da Cooperação Técnica proposta anteriormente, para fins de continuidade das ações visando à sua formalização. Dr. Marcelo informou que o Ministério Público Federal tem todo o interesse na formalização da Cooperação e que pode se dar sequência em sua tramitação. Dr. Eduardo apresentou, ainda, os dados do FNDE sobre o Pacto pela Retomada de Obras da Educação e as obras inacabadas, que vem ensejando um amplo trabalho de fomento à atuação ministerial pelo CAO Educação, com o envio, aos órgãos de execução, de informações, documentos, planilhas e disponibilização de conteúdos na página do CAO Educação, na intranet do MPMA, o que também pode ensejar uma atuação conjunta com o MPF. Dr. Marcelo informou que o Ministério Público Federal também tem se movimentado sobre o tema e que uma parceria poderia trazer grandes contribuições ao feito, o que poderá ser feito com

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 3219-1808 / 1894 e-mail: caopeducacao@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **14 de Abril de 2025 às 15:54 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ATA-CAOP/EDU-12025, **Código de Validação:** FD371C38A5.



Centro de Apoio Operacional - Educação

a participação do Procurador-Chefe do MPF no Maranhão, Dr. Alexandre Silva Soares. Nada mais havendo a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, Analista Ministerial, Matrícula 1069525, digitei.

assinado eletronicamente em 14/04/2025 às 15:54 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 12025



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 14 de Abril de 2025 às 15:54 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-CAOP/EDU-12025, Código de Validação: FD371C38A5.**



Centro de Apoio Operacional - Educação

ATA-CAOP/EDU - 12025
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: FD371C38A5

ATA DA REUNIÃO

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de 2025, às 15h00, através da Plataforma Google Meet, realizou-se reunião virtual entre o MPMA, por meio do CAOp Educação, e o MPF, sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), para ratificar o interesse mútuo na formalização do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser celebrado entre as partes com o objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). Participaram da reunião, pelo MPMA, o Coordenador do CAO Educação, Eduardo Borges Oliveira, e a servidora Valéria Vieira, e, pelo MPF, o Procurador da República, Dr. Marcelo Santos Correa. Dr. Eduardo deu início à reunião, agradecendo a participação do Dr. Marcelo e esclareceu que a reunião se propõe a ratificar os termos da Cooperação Técnica proposta anteriormente, para fins de continuidade das ações visando à sua formalização. Dr. Marcelo informou que o Ministério Público Federal tem todo o interesse na formalização da Cooperação e que pode se dar sequência em sua tramitação. Dr. Eduardo apresentou, ainda, os dados do FNDE sobre o Pacto pela Retomada de Obras da Educação e as obras inacabadas, que vem ensejando um amplo trabalho de fomento à atuação ministerial pelo CAO Educação, com o envio, aos órgãos de execução, de informações, documentos, planilhas e disponibilização de conteúdos na página do CAO Educação, na intranet do MPMA, o que também pode ensejar uma atuação conjunta com o MPF. Dr. Marcelo informou que o Ministério Público Federal também tem se movimentado sobre o tema e que uma parceria poderia trazer grandes contribuições ao feito, o que poderá ser feito com

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 3219-1808 / 1894 e-mail: caopeducacao@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 14 de Abril de 2025 às 15:54 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ATA-CAOP/EDU-12025, **Código de Validação:** FD371C38A5.



Centro de Apoio Operacional - Educação

a participação do Procurador-Chefe do MPF no Maranhão, Dr. Alexandre Silva Soares. Nada mais havendo a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, Analista Ministerial, Matrícula 1069525, digitei.

assinado eletronicamente em 14/04/2025 às 15:54 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL PROTOCOLO ELETRÔNICO
MPF - PR-MA-00010145_2025**



Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Protocolo Eletrônico MPF - PR-MA-00010145/2025

1 mensagem

MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>

25 de março de 2025 às 10:27

Para: caopeducacao@mpma.mp.br

Sr(a) VALERIA CRISTINA TRANCOSO PRASERES VIEIRA,

Seu documento foi protocolado, em 25/03/2025 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA - PROCURADORIA GERAL DA
JUSTICA - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Destinatário:

Dr. Marcelo Santos Correa

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MARANHÃO / MA

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão 11º Ofício - Procuradoria Regional
dos Direitos do Cidadão, Ordem Econômica e Consumidor

Número do Expediente:**PR-MA-00010145/2025****Descrição do documento:**

Em tempo, encaminha-se o Ofício OFC-CAOP_EDU632025, que solicita agendamento de reunião sobre a proposta de TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL - PROINFNCIA, com os seus anexos.

Arquivo(s) anexado(s):

- OFC-CAOP_EDU632025_ASSINADO.pdf
- anexo_3691723_anexo_3274666_minuta_do_Plano_.docx
- anexo_3691722_anexo_3274665_Minuta_TCT_(1).d.docx

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico

Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 632025



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 24 de Março de 2025 às 14:15 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: OFC-CAOP/EDU-632025, Código de Validação: B59455BA28.**



Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CAOP/EDU - 632025
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: B59455BA28

São Luís, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. Marcelo Santos Correa

MD Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

11º Ofício - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, Ordem Econômica e Consumidor
São Luís -MA

Assunto: Solicita agendamento de reunião sobre a proposta de TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL - PROINFÂNCIA

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o, e considerando o lapso temporal que se deu em relação à tramitação da proposta de TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, a ser assinado pelo MPMA e pelo Ministério Público Federal, com objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses, o CAO Educação vem convidar Vossa Excelência a participar de uma reunião virtual sobre o tema, sugerindo-se, para tanto, o dia 14 de abril de 2025, às 15h, por meio do link <https://meet.google.com/rpy-xrnm-dih>, para atualização da proposta que segue anexa, caso ainda haja interesse.

Solicita-se confirmação de participação, ou sugestão de nova data, que pode ser encaminhada pelo e-mail caopeducacao@mpma.mp.br, ou pelo telefone (86) 98119-2520.

Ao ensejo, este Centro de Apoio agradece a atenção de Vossa Excelência, ao tempo em que se coloca à disposição para contribuir no que for necessário.

Atenciosamente,

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 3219-1808 / 1894 e-mail: caopeducacao@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **24 de Março de 2025 às 14:15 h** conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** OFC-CAOP/EDU-632025, **Código de Validação:** B59455BA28.



Centro de Apoio Operacional - Educação

assinado eletronicamente em 24/03/2025 às 14:15 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1732024



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 02 de Maio de 2024 às 13:11 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PARECER-DGAJA-1732024, Código de validação: BB6D99FBD1.



Assessoria Jurídica da Administração

PARECER-DGAJA - 1732024
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: BB6D99FBD1

À Secretaria para Assuntos Institucionais.

Senhor Diretor,

O processo administrativo em epígrafe foi inaugurado pelo Gabinete do Procurador Geral de Justiça (ID 4043951), a partir de OFC 155/2020/1ª CCR/MPF, no qual é informado do trabalho conjunto desenvolvido pelo Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de educação Infantil (Proinfância), no qual encaminha nova planilha e modelo de portaria.

1. ID 4044604 - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça encaminhou os autos ao Centro de Apoio Operacional-Infância e Juventude. Anexou modelo de Portaria e planilha de obras financiadas com recursos do Programa no Maranhão (ID 1593121 e 1593122);

2. DESPACHO - CAOP/EDU/22021 determinou: a. “(...) *A expedição de Ofício Circular aos Promotores da Educação, encaminhando os anexos recebidos, para ciência e adoção das medidas que entender pertinentes, respeitada a sua independência funcional, solicitando, ao final, informações sobre possíveis procedimentos instaurados com esse fim;*
b. *Oficiar ao Procurador-Chefe da República no Maranhão, solicitando reunião para desenvolver estratégias locais de articulação do tema*”.

3. ID 74796898 – OFC-CIRC- CAOP/EDU-132021, OFC-CAOP/EDU-392021;

4. ID 4836905 - CAOP-EDUCAÇÃO Anexou Ata da reunião do CAOP Educação com o MPF;

5. ID 6248776- CAOP-Educação- com observação de movimentação: *Agende-se reunião com o MPF para debate de um novo Termo de Cooperação Técnica. Expeça-se convite ao Procurador da República Chefe no Maranhão. Busque-se pauta. Aguarda-se;*

6. ID 6255182- CAOP-EDUCAÇÃO- envio de correspondência eletrônica: OFC-CAOP/EDU



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 02 de Maio de 2024 às 13:11 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PARECER-DGAJA-1732024, **Código de Validação:** BB6D99FBD1.



Assessoria Jurídica da Administração

132021 e respostas recebidas;

7. ID 6255467- CAOP – EDUCAÇÃO- OFC-CAOP/EDU-192022, encaminhado ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal – Maranhão e espelho do protocolo do envio (ID 6259977);

8. ID 6781614- CAOP-EDUCAÇÃO- Juntou o Ofício nº 68/2022GABPRDC, em resposta ao OFC-CAOP/EDU 19/2022;

09. ID 6858351-CAOP-EDUCAÇÃO- (...)FAZ-SE MISTER REUNIÃO COMO MPF, QUE NÃO PÔDE ESTAR PRESENTE NO ENCONTRO PASSADO. ASSIM, RENOVE-SE CONVITE AO MPF PARA REUNIÃO VIRTUAL. BUSQUE-SE PAUTA. CERTIFIQUE-SE. AGUARDE;

10. ID 6870210- CAOP-EDUCAÇÃO- OFC-CAOP/EDU-462023;

11. ID 6872217 - CAOP-EDUCAÇÃO- comprovante correspondência eletrônica de envio do Ofício 462023 ao MPF;

12. ID 6890292 - CAOP-EDUCAÇÃO- Anexo Ata- CAOP/EDU-22023;

13.6968012 - CAOP-EDUCAÇÃO- Anexou Ata-CAOP/EDU-42023; Minuta do Protocolo de Cooperação Proinfância;

14. 7092542 - CAOP/EDU-82023- Anexou Ata-CAOP/EDU-82023; Minuta do Termo de Cooperação;

15. ID 7237494 - CAOP-EDUCAÇÃO- Anexou Minuta do Protocolo de Cooperação Institucional;

16.ID 7912725- CAOP-EDUCAÇÃO encaminhou os autos ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Juntou OFC-CAOP/EDU-402024.

17. ID 7917344- Gabinete do Procurador-Geral de Justiça encaminhou os autos para a Secretaria para Assuntos Institucionais;

18. ID 8022954- SECINST- encaminhou os autos a Assessoria Jurídica da Administração para análise e manifestação das Minutas de Termo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho.

É o breve relatório. Passa-se a análise.



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 02 de Maio de 2024 às 13:11 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PARECER-DGAJA-1732024, Código de Validação: BB6D99FBD1.**



Assessoria Jurídica da Administração

Inicialmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020^[1], incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

Tratam os presentes autos de análise de Termo de Cooperação Técnica a ser firmando entre o Ministério Público do Estado do Maranhão-MPMA, e o Ministério Público Federal, com o objetivo de acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Pois bem. A ênfase na cooperação entre a Administração Pública se deu a partir da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 23, ao tratar da Organização do Estado, introduziu a ideia de *cooperação associativa* ao disciplinar a competência material comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Posteriormente, com a Reforma Administrativa, objeto da Emenda Constitucional nº 19/98, o instituto foi regulado de forma explícita no artigo 241 da Carta Magna, vejamos:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Conforme a doutrina de Rafael Carvalho Rezende Oliveira^[2], enquanto os contratos administrativos são caracterizados pela existência de interesses contrapostos das partes (o Poder Público tem por objetivo promover o interesse público e o particular pretende auferir lucro), os convênios, acordos e instrumentos congêneres são caracterizados pela comunhão de interesses das partes (os partícipes possuem os mesmos interesses).

Com o advento da Lei nº. 14.133/21, os referidos instrumentos foram previstos no artigo 184, *in verbis*:

Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, **aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres** celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.



Assessoria Jurídica da Administração

No âmbito da União, visando regulamentar o disposto no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi publicado o Decreto nº 11.531/2023. O referido ato normativo, em seu artigo 2º, inciso XXIII, e no artigo 24, apresentou a seguinte definição sobre Acordo de Cooperação Técnica:

Decreto Federal nº 11.531/2023

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...]

XIII - **acordo de cooperação técnica** - instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, **sem transferência de recursos** ou doação de bens, no qual o objeto e as condições da cooperação são ajustados de comum acordo entre as partes; e

CAPÍTULO III

DAS PARCERIAS SEM TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Seção única

Das cooperações sem transferências de recursos ou de bens materiais

Art. 24. Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar, a título gratuito, sem transferência de recursos e doação de bens materiais, os seguintes instrumentos de cooperação para execução descentralizada de políticas públicas de interesse recíproco e em mútua colaboração:

I - acordo de cooperação técnica, na hipótese de o objeto e as condições da cooperação serem ajustados de comum acordo entre as partes; ou

II - acordo de adesão, na hipótese de o objeto e as condições da cooperação serem previamente estabelecidos pelo órgão ou pela entidade da administração pública federal responsável por determinada política pública.

Parágrafo único. As despesas relacionadas à execução da parceria não configuram transferência de recursos entre as partes.

Art. 25. Os acordos de cooperação técnica e os acordos de adesão poderão ser celebrados:

I - entre órgãos e entidades da administração pública federal;

II - com órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal;

III - com serviços sociais autônomos; e

IV - com consórcios públicos.

Ao observar a definição supra, nota-se que as principais características desse instrumento são **ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos**, desde que os entes possuam interesses comuns e ambos colaborem com esforços para a efetivação do fim almejado.



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 02 de Maio de 2024 às 13:11 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PARECER-DGAJA-1732024, Código de Validação: BB6D99FBD1.**



Assessoria Jurídica da Administração

A essência do Termo de Cooperação Técnica é puramente o intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e compartilhamento e desenvolvimento de Tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, mediante programas específicos a serem desenvolvidos para contemplar os anseios dos órgãos ou entidades participantes, sem fazer referência a dispêndio de recursos.

Logo, o termo de cooperação técnica deve identificar o objeto a ser executado, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução e a previsão de início e fim da execução do objeto do ajuste. Diante da vedação de celebração de ajustes genéricos, o acordo de cooperação deve, pois, prever de forma clara e precisa todos os elementos necessários à sua execução.

Da análise dos autos, notadamente a partir da minuta do Termo de Cooperação Técnica, observa-se que o acordo ora proposto não implicará no repasse de recursos financeiros entre os parceiros da avença. Vejamos:

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

O presente acordo não implica transferência de recursos financeiros e orçamentários entre as partes.

Nota-se, que a minuta de Termo de Cooperação Técnica, está acompanhada de Plano de Trabalho (ID 8022954), elaborados em conformidade com o Art. 184 da Lei nº. 14.133/2021, aplicável à espécie. O plano de trabalho integra a proposta de celebração do Acordo sendo instrumento necessário para caracterizar, no que couber, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, a previsão de início e fim da execução do objeto, bem como a conclusão das etapas ou fases programadas. Do mesmo modo, um requisito prévio e essencial necessário à formalização posterior do presente Acordo, é a prévia aprovação do Plano de Trabalho pelas partes.

Por fim, cumpre esclarecer, que cabe a esta Assessoria Jurídica da Administração, de acordo com o art. 63, I, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, o controle prévio de **legalidade do instrumento**. Sendo assim, não é atribuição desta Assessoria a análise do aspecto jurídico relacionado aos ajustes de vontade da pretensa parceria, uma vez que está relacionado a atividade finalística do MPMA.

Ante o exposto, considerando os documentos e as informações que instruem os presentes autos,



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 02 de Maio de 2024 às 13:11 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PARECER-DGAJA-1732024, **Código de Validação:** BB6D99FBD1.



Assessoria Jurídica da Administração

esta Assessoria se manifesta pela aprovação da minuta do Termo de Cooperação Técnica, conforme o art. 53, §4º da Lei nº 14.133/2023, ressalvados os aspectos técnicos, discricionários, econômicos e financeiros desde que:

1. Sejam os autos encaminhados à SECINST para as seguintes providências, os quais pela sua natureza textual, dispensam o reenvio a esta Assessoria Jurídica:

a) Preâmbulo - uniformizar, (...) **Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU;**

b) Preâmbulo – (...) e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do **Decreto Federal nº 11.531/2023**, e legislação correlacionada, mediante as cláusulas e condições as seguir estabelecidas:

c) Prazo de vigência, uniformizar, considerando que no Termo de Cooperação consta 3 (três) anos e no Plano de Trabalho 36 (trinta e seis) meses;

d) Cláusula Terceira – incluir os dados do *e-mail*;

Após, que seja aprovado o Plano de Trabalho nos termos do art. 184 da Lei nº. 14.133/2021.

À consideração superior.

assinado eletronicamente em 02/05/2024 às 13:11 h ()*

MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU

TÉCNICO MINISTERIAL

ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

[1] Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

[2] OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos. 6. ed. São Paulo: Método, 2017. P. 323.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 402024



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 12 de Março de 2024 às 14:22 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: OFC-CAOP/EDU-402024, Código de Validação: 2AE8EC2BB4.**



Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CAOP/EDU - 402024
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 2AE8EC2BB4

São Luís, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor

DR. EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

MD Procurador-Geral de Justiça

Ministério Público do Maranhão

Assunto: Submete proposta/minuta de um TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL com o MPF na área de educação infantil

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o com o devido acatamento, sirvo-me do presente para encaminhar o **Processo Digidoc nº 7808/2020**, no qual foi elaborado **proposta/minuta** de um **TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, a ser assinado pelo **MPMA e pelo Ministério Público Federal**, com objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da **educação infantil** nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 12 de Março de 2024 às 14:22 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** OFC-CAOP/EDU-402024, **Código de Validação:** 2AE8EC2BB4.



Centro de Apoio Operacional - Educação

Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (**Proinfância**) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à **Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE)**.

Desta forma, submeto a Vossa Excelência o texto para aprovação quanto ao cabimento, adequação e oportunidade da cooperação.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente em 12/03/2024 às 14:22 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado do
Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. 26.989.715/0015-08, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPEs, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no



desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União,



os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Resolução CNMP nº /2023, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias.
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;



- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional entrará em vigor na data de sua assinatura e tem como prazo de vigência de XX (XXXX) anos, podendo ser renovado sucessivamente e ser rescindido por iniciativa por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Os Ministérios Públicos serão responsáveis pela publicação do extrato do instrumento nos respectivos Diários Oficiais e no Portal da Transparência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional é elaborado em caráter de estrita colaboração de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para os pactuantes.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **26 de Junho de 2023 às 14:39 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ANEXO-2878192, **Código de Validação:** 4B4363B2CC.

6. CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

6.2 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

6.3 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

6.4 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

6.5 Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado do
Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. 26.989.715/0015-08, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPEs, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no



desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União,



os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Resolução CNMP nº /2023, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias.
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;



- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional entrará em vigor na data de sua assinatura e tem como prazo de vigência de XX (XXXX) anos, podendo ser renovado sucessivamente e ser rescindido por iniciativa por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Os Ministérios Públicos serão responsáveis pela publicação do extrato do instrumento nos respectivos Diários Oficiais e no Portal da Transparência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional é elaborado em caráter de estrita colaboração de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para os pactuantes.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **26 de Junho de 2023 às 14:39 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ANEXO-2878192, Código de Validação: 4B4363B2CC.**

6. CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

6.2 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

6.3 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

6.4 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

6.5 Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado do
Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. 26.989.715/0015-08, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPEs, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no



desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União,



os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Resolução CNMP nº /2023, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias.
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;



- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional entrará em vigor na data de sua assinatura e tem como prazo de vigência de XX (XXXX) anos, podendo ser renovado sucessivamente e ser rescindido por iniciativa por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Os Ministérios Públicos serão responsáveis pela publicação do extrato do instrumento nos respectivos Diários Oficiais e no Portal da Transparência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional é elaborado em caráter de estrita colaboração de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para os pactuantes.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **26 de Junho de 2023 às 14:39 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ANEXO-2878192, **Código de Validação:** 4B4363B2CC.

6. CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

6.2 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

6.3 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

6.4 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

6.5 Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado do
Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. 26.989.715/0015-08, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no



desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União,



os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Resolução CNMP nº /2023, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias.
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;



- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional entrará em vigor na data de sua assinatura e tem como prazo de vigência de XX (XXXX) anos, podendo ser renovado sucessivamente e ser rescindido por iniciativa por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Os Ministérios Públicos serão responsáveis pela publicação do extrato do instrumento nos respectivos Diários Oficiais e no Portal da Transparência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional é elaborado em caráter de estrita colaboração de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para os pactuantes.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **26 de Junho de 2023 às 14:39 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ANEXO-2878192, Código de Validação: 4B4363B2CC.**

6. CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

6.2 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

6.3 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

6.4 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

6.5 Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA DO PROTOCOLO



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado do
Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. 26.989.715/0015-08, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPEs, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no



desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: “Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União,



os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Resolução CNMP nº /2023, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias.
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;



- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional entrará em vigor na data de sua assinatura e tem como prazo de vigência de XX (XXXX) anos, podendo ser renovado sucessivamente e ser rescindido por iniciativa por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Os Ministérios Públicos serão responsáveis pela publicação do extrato do instrumento nos respectivos Diários Oficiais e no Portal da Transparência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional é elaborado em caráter de estrita colaboração de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para os pactuantes.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 26 de Junho de 2023 às 14:39 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ANEXO-2878192, **Código de Validação:** 4B4363B2CC.

6. CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

6.2 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

6.3 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

6.4 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

6.5 Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Anexo de movimentação: MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado do
Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. 26.989.715/0015-08, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no

desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: *“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: *“Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: *“Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União,*

os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Resolução CNMP nº /2023, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Organizar e participar de reuniões presenciais ou virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão, bem como, de implementação de estratégias.
- d) Organizar e participar, caso necessário, de audiências públicas com participação do MPF, órgãos de fiscalização, gestores públicos e representantes da comunidade
- e) Instituir de parceria, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;

- c) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOP/Educação, com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM EXECUÇÃO OU PARALISADA, OBRA INACABADA, OBRAS EM PLANEJAMENTO, OBRAS EM REFORMULAÇÃO E OBRA CANCELADA ;
- d) apurar, por meio de seus Ofícios especializados, indícios de atos de improbidade, bem como, de crimes na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE.
- e) Sempre que solicitado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/Educação, dentro de suas possibilidades estruturais e institucionais, fornecerá subsídios para a realização de ações conjuntas, ou dará início a procedimentos de apuração com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas às obras do Proinfância.
- f) Compor como signatário de eventual de parceria do Ministério Público, com os órgãos de controle interno, externo e social com atuação local, como Tribunais de Contas, Conselhos de Educação, Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREAs, Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo - CAUs, dentre outros;
- g) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL do Maranhão.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional entrará em vigor na data de sua assinatura e tem como prazo de vigência de XX (XXXX) anos, podendo ser renovado sucessivamente e ser rescindido por iniciativa por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Os Ministérios Públicos serão responsáveis pela publicação do extrato do instrumento nos respectivos Diários Oficiais e no Portal da Transparência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Protocolo de Cooperação Institucional é elaborado em caráter de estrita colaboração de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para os pactuantes.

6. CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.

6.2 O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

6.3 No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

6.4 O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação organizará as ações regionais envolvendo o tema da cooperação tratada nesta resolução, e poderá organizar reuniões, eventos e oficinas que terão por objeto a troca de experiências, melhora dos mecanismos de cooperação pela inovação, além da identificação das melhores práticas.

6.5 Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados para compartilhamento de informações.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 82023



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 26 de Junho de 2023 às 14:39 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade-utilizando-se>: Número do documento: ATA-CAOP/EDU-82023, Código de Validação: D5D35DB33B.



Centro de Apoio Operacional - Educação

ATA-CAOP/EDU - 82023

(relativo ao Processo 78082020)

Código de validação: D5D35DB33B

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de 2023, às 10h30, através da Plataforma Google Meet, realizou-se reunião virtual entre o MPMA, por meio do CAOp Educação, e o MPF, sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação do tema, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras financiadas pelo Programa. Participaram da reunião, pelo MPMA, o Coordenador do CAO Educação, Eduardo Borges Oliveira, e as servidoras Sônia Nogueira e Valéria Vieira, e, pelo MPF, o Procurador da República, Dr. Marcelo Santos Correa, e o Assessor Jurídico, Aerson Rocha. Dr. Eduardo deu início à reunião, agradecendo a participação de todos e retomou o ponto a ser discutido a partir da reunião anterior. Dr. Marcelo esclareceu que o MPF apreciou a minuta do Termo de Cooperação e fez algumas propostas de alteração, passando a apresentar os pontos sugeridos, cuja minuta segue anexa. Dr. Eduardo Borges informou que vai submeter a minuta ao Procurador-Geral de Justiça, para fins de análise do pleito e posterior assinatura do Termo de Cooperação. Em seguida, esclareceu que o MPMA aderiu ao planejamento estratégico do CNMP e que, em virtude dessa adesão, priorizará suas ações em 39 (trinta e nove) municípios no segundo semestre de 2023 até o final de 2024, elegendo 2 critérios de seleção, quais sejam, o critério regional, que elege os 19 (dezenove) municípios-sede das Unidades Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação, e o critério qualitativo, sendo os 5 (cinco) municípios com melhores e piores IDEBs dos anos iniciais e os 5 (cinco) dos anos finais, cada, totalizando trinta e nove municípios. Dr. Eduardo ainda lembrou sobre a possibilidade de o MPF aderir ao SOMA, o que também poderá ser articulado para a adesão e assinatura do Termo de Cooperação na mesma ocasião. Dr. Marcelo observou que o MPF tem todo o interesse nessa ação e acredita que o Procurador-Chefe da Regional Maranhão endossará a proposta. Ao final, foram definidos os seguintes encaminhamentos: Dr. Eduardo vai submeter a proposta do Termo de Cooperação apresentado pelo MPF ao Procurador-Geral de Justiça, para fins de apreciação e posterior assinatura. Nada mais havendo a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, Analista Ministerial, Matrícula 1069525, digitei.

MARCELO SANTOS CORREA
Procurador da República

assinado eletronicamente em 26/06/2023 às 14:39 h (*)

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL QUE ENCAMINHA A ATA DA
REUNIÃO**



Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

ATA-CAOP/EDU - 42023

Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

22 de maio de 2023 às 13:40

Para: marcelocorrea@mpf.mp.br, daianasoares@mpf.mp.br, aerson@mpf.mp.br

Bom dia!

De ordem do Coordenador do CAO Educação, Dr. Eduardo Borges Oliveira, encaminho a ATA-CAOP/EDU - 42023 da reunião ocorrida no dia 22 de maio sobre o proinfância, para ciência.

Atenciosamente,

Equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAO Educação
Ministério Público do Maranhão
(98) 3219-1808/1894



ATA-CAOP_EDU42023_ASSINADO.pdf

43K



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Anexo de movimentação: MINUTA DO PROTOCOLO

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação Institucional
que entre si celebram o Ministério
Público do Estado do Maranhão e o
Ministério Público Federal, através da
Procuradoria da República no Estado
do Maranhão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís – Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, 52, Areinha, São Luís/MA, CNPJ nº. _____, representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Ministério Público com vistas à melhoria da educação básica no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o trabalho que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPEs, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que: *“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (...);*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, in verbis: *“Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe: *“Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (...) Estratégias: 1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (...) 1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;”*

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve ter preferência nas ações do poder público, devendo o direito à educação ser, ainda, prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO a importância da atuação em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, tanto para fortalecer a parceria entre as instituições em matéria de educação, quanto pela abrangência do trabalho proposto;

RESOLVEM firmar o presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**, doravante denominado PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, na forma prevista na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL** entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus representantes firmatários, tem por objetivo acompanhar a implementação das Políticas Públicas voltadas à oferta da educação infantil nos Municípios Maranhenses e, sobretudo a fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a execução das obras pactuadas até o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares, em atenção à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

2. Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, comprometem-se a trabalhar de forma articulada e segundo a divisão das seguintes obrigações:

2.1 - O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Disponibilizar, na medida das possibilidades, apoio técnico de verificação do estado das obras referentes ao PROINFÂNCIA, em cumprimento de Cartas Precatórias enviadas pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, em especial com emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO

COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;

- c) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão.

2.2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a:

- a) Disponibilizar informações e banco de dados que existam na Instituição sobre o tema;
- b) Enviar Cartas Precatórias ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO com pedido objetivo de verificação do estado das obras, bem como prazo razoável para o seu cumprimento, não inferior a 60 (sessenta) dias, e, de regra, com solicitação de emissão de certidão com os seguintes teores: OBRA CONCLUÍDA, OBRA EM CONSTRUÇÃO COM ATIVIDADE ATUAL, OBRA EM CONSTRUÇÃO PARALISADA e OBRA NÃO INICIADA;
- c) Participar e organizar reuniões virtuais regionais, correspondentes à divisão de atribuições do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado do Maranhão.

3. O cumprimento de cartas precatórias referentes ao presente Protocolo de Cooperação Técnica, sempre que possível, seguirá um cronograma elaborado entre as partes.

4. No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO a execução direta deste Protocolo de Cooperação Institucional será de atribuição do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.

5. Como fruto deste protocolo as partes se comprometem a construir um banco de dados.

TEXTO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO MPEDUC

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica criado o Grupo Interinstitucional de Apoio à Execução do PROINFÂNCIA no Estado Do Maranhão, composto pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (MPE/ MA), pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) e por 2 membros por eles indicados, com organização paritária.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 42023



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 22 de Maio de 2023 às 11:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade-utilizando-se>: Número do documento: ATA-CAOP/EDU-42023, Código de Validação: 0BA45C2F33.



Centro de Apoio Operacional - Educação

ATA-CAOP/EDU - 42023
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 0BA45C2F33

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de 2023, às 10h, através da Plataforma Google Meet, realizou-se reunião virtual entre o MPMA, por meio do CAOp Educação, e o MPF, sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação do tema, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras financiadas pelo Programa. Participaram da reunião, pelo MPMA, o Coordenador do CAOp Educação, Eduardo Borges Oliveira, e a servidora Valéria Vieira, e, pelo MPF, o Procurador da República, Dr. Marcelo Santos Correa, e o Assessor Jurídico, Aerson Rocha. Dr. Eduardo deu início à reunião, agradecendo a participação de todos e apresentando a proposta do Protocolo de Cooperação Institucional elaborada no CAO Educação. Apresentou outros protocolos que já foram firmados entre as duas instituições e disponibilizou o link da nuvem para acesso aos participantes. Em seguida, passou a apresentar, ponto a ponto, a proposta do Protocolo. Observou que a proposta prevê a execução das cartas precatórias do MPF pelo MPMA, mas esclarece que essa ação implicará um aumento das atividades realizadas pelas promotorias e que a expedição dessas cartas deve ser ponderada, para que não sobrecarregue os órgãos de execução do MP Estadual. Informou que a atuação conjunta é necessária para assegurar a prestação do serviço e a correta aplicação dos recursos. Afirmou que o MPMA está trabalhando num projeto para dar efetividade aos planos decenais de educação e que essa ação corresponde à meta 1 do PNE. Dr. Marcelo sugeriu que algumas minutas fossem elaboradas, inclusive para facilitar a atuação na ponta. Dr. Eduardo sugeriu também a construção de um fluxo de trabalho e observou que, nas próximas reuniões, solicitará a participação da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, de forma a consolidar a parceria. Dr. Eduardo lembrou que, em pesquisa realizada na internet, constatou a iniciativa do Governo Federal denominada Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica e localizou uma Portaria Conjunta do MPF que trata do subgrupo de trabalho interinstitucional do Proinfância. Dr. Marcelo esclareceu que há uma ação do MPF sobre a temática, inclusive com base no Relatório de uma Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União sobre as obras. Dr. Aerson esclareceu que algumas Regionais dispõem de peritos e que estes estão realizando as vistorias locais. Dr. Eduardo observou que o relatório do TCU pode ser utilizado como ponto de partida, para fins de direcionamento das primeiras cartas precatórias e que, posteriormente, outras cartas poderão ser expedidas, a depender da ação proposta. Em seguida, Dr. Eduardo apresentou a Plataforma SOMA da Educação, que está sendo desenvolvida pelo MPMA, em parceria com a SEDUC e a Escola de Formação de Governantes, enquanto ferramenta de monitoramento das ações relacionadas à educação. No ponto, demonstrou o manuseio da plataforma, com a utilização das caixas reflexivas e mesas de negociação, voltadas à mediação e ao diálogo com os municípios. Dr. Marcelo informou que entrará em contato com os membros do MPF com atribuição na área de educação para tratar sobre a proposta e que vão amadurecer as questões que possam ser inseridas no Protocolo. Informou que o Dr. Aerson já iniciou um levantamento das obras que



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 22 de Maio de 2023 às 11:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ATA-CAOP/EDU-42023, **Código de Validação:** 0BA45C2F33.



Centro de Apoio Operacional - Educação

estão com alguma pendência, observando que, em virtude das limitações do MPF, talvez seja necessário eleger alguns municípios em que será realizada a atuação inicial. Dr. Eduardo lembrou que é preciso averiguar cautelosamente as informações e atualizá-las para fins de subsidiar as ações, para evitar inconsistências. Esclareceu que a otimização dos trabalhos é fundamental, identificando-se as situações mais críticas e que exigem uma ação mais incisiva. Dr. Eduardo esclareceu que, na próxima reunião, também convidará a Dra. Flávia Gonzalez, do MPC-MA, para ver a possibilidade de parceria na atuação. Dr. Marcelo ficou de apresentar as sugestões de aprimoramento do Termo nos próximos 15 (quinze) dias, sugerindo o agendamento da próxima reunião para o dia 19 de junho de 2023, às 10h. Ao final, foram definidos os seguintes encaminhamentos: Dr. Eduardo vai convidar a SECINST-MPMA e o MPC-MA para a próxima reunião, que já fica previamente agendada para o dia 19 de junho de 2023, às 10h. Dr. Marcelo ficou de apresentar as sugestões de aprimoramento do Protocolo nos próximos 15 (quinze) dias, quando repassará os dados ao CAO Educação, e entrará em contato com os membros do MPF com atribuição na área de educação para tratar sobre a proposta. Nada mais havendo a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, Analista Ministerial, Matrícula 1069525, digitei.

MARCELO SANTOS CORREA
Procurador da República

assinado eletronicamente em 22/05/2023 às 11:53 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL RELACIONADO À DEMANDA.



Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Documentos Proinfância

1 mensagem

Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

18 de maio de 2023 às 11:47

Para: PRMA-Gabinete11Oficio Gabinete do 11º Ofício da PRMA <prma-gabinete11oficio@mpf.mp.br>,
"aerson@mpf.mp.br" <aerson@mpf.mp.br>

Prezado Sr. Aerson, bom dia!

Cumprimentando-o, de ordem do Coordenador do CAO Educação, Dr. Eduardo Borges Oliveira, encaminho os documentos relacionados ao Proinfância de que dispomos neste Centro de Apoio, conforme solicitado.

Informo, ainda, que o Dr. Eduardo está trabalhando na minuta do Termo de Cooperação e solicita confirmação da reunião virtual agendada para o dia 22/05/2023, às 10h. (link da reunião: <https://meet.google.com/qwo-ttoj-gpx>)

Desde já, agradeço a atenção.

Reunião sobre Proinfância

Segunda-feira, 22 de maio · 10:00am até 12:00pm

Fuso horário: America/Fortaleza

Como participar do Google Meet

Link da videochamada: <https://meet.google.com/qwo-ttoj-gpx>

Ou disque: (BR) +55 11 4560-8012 PIN: 548 162 573#

Outros números de telefone: <https://tel.meet/qwo-ttoj-gpx?pin=9356118574573>

Atenciosamente,

Valéria Vieira

Equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAO Educação

Ministério Público do Maranhão

(98) 3219-1808/1894

5 anexos

**OBRAS_PROINFANCIA.pdf**

299K

**PROINFANCIA OFC_155_MPF.pdf**

88K

**anexo_2796405_online.html.pdf**

42K

**proinf ATA-CAOP_EDU182021_ASSINADO.pdf (1).pdf**

28K

**MODELO_PORTARIA_PROINFANCIA.pd.pdf**

120K



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: ATA-CAOP/EDU - 22023



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 26 de Abril de 2023 às 11:50 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-CAOP/EDU-22023, Código de Validação: 4BB9D1DB4C.



Centro de Apoio Operacional - Educação

ATA-CAOP/EDU - 22023
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 4BB9D1DB4C

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de 2023, às 11h, por meio da Plataforma Google Meet, realizou-se reunião virtual entre o MPMA, por meio do CAOp Educação, e o MPF, sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação do tema, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras financiadas pelo Programa. Participaram da reunião, pelo MPMA, o Coordenador do CAOp Educação, Eduardo Borges Oliveira, e as servidoras Sônia Nogueira e Valéria Vieira, e, pelo MPF, o Procurador da República, Dr. Marcelo Santos Correa. Dr. Eduardo deu início à reunião, agradecendo a participação e informou que o MPMA aderiu ao planejamento do CNMP e, por esse motivo, alguns temas estão sendo retomados, para fins de realinhamento do planejamento. Informou que, enquanto Promotor da Comarca de Timon, atuou em conjunto com o MPF no Maranhão, obtendo bons resultados. Esclareceu que a intenção é assegurar a prestação adequada do serviço e gostaria de saber como está sendo a atuação do MPF no caso, de modo a compatibilizar as ações. Dr. Marcelo agradeceu o convite e esclareceu que a PRMA em São Luís alcança 60 municípios e que, em razão da falta de capilaridade do MPF, deixa a atuação prestacional mais a encargo do MPE; Lembrou da atuação por meio do MPEDUC, que demonstra o esforço do MPF para atuar na área prestacional e se coloca à disposição para atuação conjunta, por Termo de Cooperação; Informou que não tem nenhum Procedimento específico para acompanhamento dessa temática em seu Ofício, mas tem todo o interesse de trabalhar esse assunto, propondo o amadurecimento desse Termo de Cooperação e a realização de ações coordenadas para esse fim; Dr. Eduardo observou que seria possível fazer encontros regionais virtuais, com uma reunião metodológica, para fins de desenvolvimento de uma ação conjunta interinstitucional, propondo um vínculo para além do proinfância, que alcançaria a política pública como um todo; Dr. Marcelo esclareceu a importância de delimitar o campo de atuação, lembrando que o Ofício em que atua alcança somente 60 municípios, o que impõe a necessidade de sensibilização de outros Procuradores da República, pois o MPF não tem um órgão regional que alcance todo o Estado, sendo necessário envolver cada um dos procuradores; Dr. Eduardo esclareceu como foi a atuação do MPF e MPMA na Regional de Timon, envolvendo representantes do município e dialogando sobre as informações que foram levantadas e sugeriu esse modelo de atuação como ponto de partida; Dr. Marcelo informou que é preciso saber, inicialmente, se as creches foram construídas efetivamente e, em caso positivo, analisar a qualidade prestacional; Dr. Eduardo sugeriu que, por meio do diálogo social com outras instituições, como a UNCME, UNDIME, dentre outras, seja possível avançar na fiscalização, levantando as obras e os municípios; Dr. Eduardo sugeriu que seja realizada uma nova reunião com o MPF para discutir os detalhes do Termo de Cooperação, sugerindo, para tanto, o dia 22 de maio de 2023, às 10h; Dr. Marcelo disse que realizará consulta interna no MPF para saber detalhes administrativos sobre o procedimento interno para adesão a Termos de Cooperação e já vai tomar as providências preparatórias necessárias para esse propósito; Em seguida, os participantes efetivaram a troca de contatos, para fins de otimizar o diálogo. Ao final, foram definidos os seguintes encaminhamentos: 1) Os participantes vão definir os pontos que deverão pautar o Termo de Cooperação Técnica entre o MPMA e o MPF, a ser apresentada na



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 26 de Abril de 2023 às 11:50 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ATA-CAOP/EDU-22023, **Código de Validação:** 4BB9D1DB4C.



Centro de Apoio Operacional - Educação

próxima reunião virtual, agendada para o dia 22 de maio de 2023, às 10h. Nada mais havendo a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, Analista Ministerial, Matrícula 1069525, digitei.

MARCELO SANTOS CORREA
Procurador da República

assinado eletronicamente em 26/04/2023 às 11:50 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : COMPROVANTE DE PROTOCOLO DO
OFÍCIO 462023 NO MPF-MA**

PR-MA-00012410/2023
protocolado com sucesso

na PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MARANHÃO. A
confirmação do cadastro será enviada para o e-mail
informado.
Deseja protocolar outro documento?

Não

Sim

Maranhão

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MARANHÃO

* Setor:
GABPC

* Descrição do documento:
OFC-CAOP/EDU - 462023 - Convite para reunião virtual referente ao acompanhamento e aplicação dos recursos destinados
ao Programa Nacional de Educação Infantil (Proinfância)

247 caracteres de 4000

* Documento(s):

Total: 0,04MB

Documento principal apenas em PDF. Para os demais, permitidas extensões XLS, XLSX, ODS, ODT, DOC, DOCX, e CSV.
Tamanho máximo de cada anexo: 20MB. Tamanho total dos anexos: 300MB.
É obrigatório incluir pelo menos 1 (um) arquivo.

☐ Documento sigiloso

* Captcha:

Ofício MPF.pdf

Exibir todos

Pesquisar

30°C Parc ensolarado

POR 13:08
PTB2 10/04/2023



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 462023



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 19 de Abril de 2023 às 09:24 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: OFC-CAOP/EDU-462023, Código de Validação: 86A8BEF1A3.**



Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CAOP/EDU - 462023
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 86A8BEF1A3

São Luís, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
DR. THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do Ministério Público Federal - Maranhão

Assunto: *Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância*

Senhor Procurador-Chefe,

Cumprimentando-o, e considerando a necessidade de melhor acompanhar a aplicação dos recursos destinados ao **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)**, do Governo Federal, destinado à construção de creches e pré-escolas e aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, e tendo em vista as ações internas que vêm sendo desenvolvidas pelo MPMA na área, o CAO Educação vem convidar Vossa Excelência a participar de uma **reunião virtual sobre o tema, sugerindo-se, para tanto, o dia 25/04/2023, às 11h, por meio do link <https://meet.google.com/bmn-yrok-ctf>**, para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação.

Solicita-se confirmação de participação, que pode ser



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 19 de Abril de 2023 às 09:24 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** OFC-CAOP/EDU-462023, **Código de Validação:** 86A8BEF1A3.



Centro de Apoio Operacional - Educação

encaminhada pelo e-mail caopeducacao@mpma.mp.br, ou pelo telefone **(86) 98119-2520**.

Ao ensejo, este Centro de Apoio agradece a atenção de Vossa Excelência, ao tempo em que se coloca à disposição para contribuir no que for necessário.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 19/04/2023 às 09:24 h ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL DE RESPOSTA DESTE
CENTRO DE APOIO**



Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Encaminha Ofício n.º 68/2022 GABPRDC - Resposta OFC-CAOP/EDU - 192022

2 mensagens

PRMA-Gabinete11Oficio Gabinete do 11º Ofício da PRMA <PRMA-Gabinete11Oficio@mpf.mp.br>
Para: caopeducacao@mpma.mp.br

14 de outubro de 2022 às 16:49

Referência - PROTOCOLO ELETRÔNICO 19/2022 - PR-MA-00036302/2022

De ordem, encaminho Ofício n.º 68/2022 GABPRDC.

Por favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Gabinete do 11º Ofício
Procuradoria da República no Maranhão/MPF
(98) 3213-7353



OFÍCIO 68.2022 GABPRDC.pdf
42K

Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

17 de outubro de 2022 às 14:11

Para: PRMA-Gabinete11Oficio Gabinete do 11º Ofício da PRMA <PRMA-Gabinete11Oficio@mpf.mp.br>

SOLICITAÇÃO DE INDICAÇÃO DE DATA

Prezados, boa tarde !

Acusamos o recebimento do presente e de ordem do nosso coordenador Dr. Eduardo Borges, solicitamos a indicação de data para reunião a qual o OFC-CAOP/EDU-192022 se refere.

Desde já, agradecemos a atenção e ficamos no aguardo.

Atenciosamente,

Equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAO Educação
Ministério Público do Maranhão
(98) 3219-1808/1894

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ANEXO DE MOVIMENTACAO : OFÍCIO MPF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MARANHÃO
GABINETE PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO DA PR/M

OFÍCIO Nº68/2022/GABINETE PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO DA PR/M

São Luís, 14 de outubro de 2022.

A Sua Senhoria o Senhor

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO

caopeducacao@mpma.mp.br

Assunto: Resposta Ofício OFC-CAOP/EDU - 192022

Senhor Promotor Coordenador,

Cumprimentando-o, refiro-me ao Ofício OFC-CAOP/EDU-192022, relativo à reunião sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

O Ministério Público Federal agradece o convite, destacando a impossibilidade do comparecimento dada as demandas de trabalho e em razão de compromissos previamente assumidos, ao tempo em que solicita que sejam encaminhados ao MPF as conclusões relacionada à referida reunião.

Ressalto, ainda, que os membros do MPF no Estado do Maranhão estão à disposição para cooperar com o que for necessário.

Atenciosamente,

MARCELO SANTOS CORREA
PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

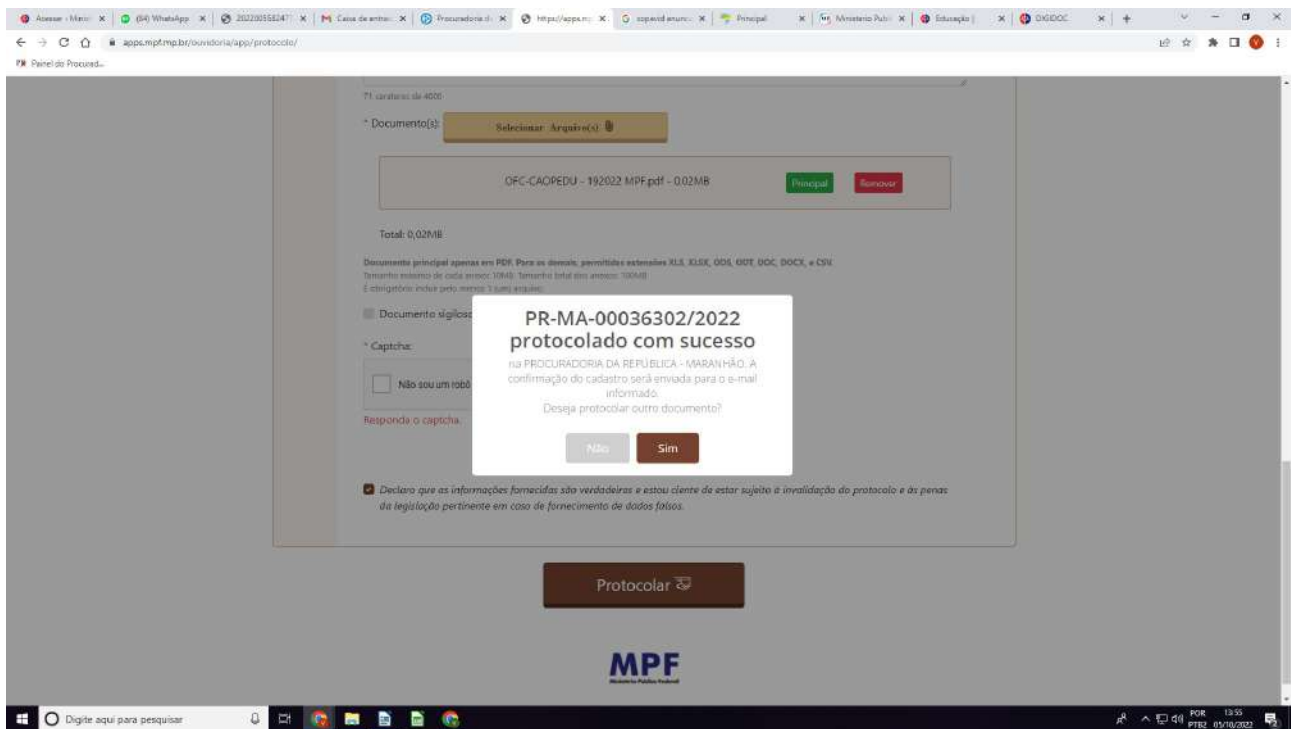
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO
MPF**





Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : PROTOCOLO DO OFÍCIO JUNTO AO
MPF**

71 caracteres de 4000

Documento(s): [Selecionar Arquivo\(s\)](#)

OFC-CAOPEDU - 192022 MPF.pdf - 0,02MB

Total: 0,02MB

Documento principal apenas em PDF. Para os anexos, permitidos extensões XLS, XLSX, ODS, ODT, DOC, DOCX, e CSV. Tamanho máximo de cada anexo: 10MB. Tamanho total dos anexos: 100MB. É obrigatório incluir pelo menos 3 anexos iguais.

☐ Documento sigiloso

Capcha:

☐ Não sou um robô

Responda o capcha.

**PR-MA-00036302/2022
protocolado com sucesso**

na PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MARANHÃO. A
confirmação do cadastro será enviada para o e-mail
informado.

Deseja protocolar outro documento?

[Não](#) [Sim](#)

☒ Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.

[Protocolar](#)

MPF
Ministério Público Federal



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 192022



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CAOP/EDU - 192022
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 5E649E371C

São Luís, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
DR. THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do Ministério Público Federal - Maranhão

Assunto: *Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância*

Cumprimentando-o e considerando a necessidade melhor acompanhar a aplicação dos recursos destinados ao **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)**, do Governo Federal, destinado à construção de creches e pré-escolas e aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, e tendo em vista as ações internas que vem sendo desenvolvidas pelo MPMA na área, o CAO Educação vem convidar Vossa Excelência a participar de uma **reunião virtual sobre o tema, sugerindo-se, para tanto, o dia 18/10/2022, às 11h, por meio do link <https://meet.google.com/svj-fppf-muh>**, para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação.

Solicita-se confirmação de participação, que pode ser encaminhada pelo e-mail caopeducacao@mpma.mp.br, ou pelos telefones (98) 3219-1808 e (98) 99144-4901.

Ao ensejo, este Centro de Apoio agradece a atenção de Vossa Excelência, ao tempo em que se coloca à disposição para contribuir no que for



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Centro de Apoio Operacional - Educação

necessário.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 04/10/2022 às 15:15 hrs ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR(A) DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - EDUCAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em **04 de Outubro de 2022 às 15:15 hrs** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** OFC-CAOP/EDU-192022, **Código de Validação:** 5E649E371C.

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : ENVIO DO OFC-CIRC-CAOP/EDU
132021 E RESPOSTAS RECEBIDAS**



Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Ofício Circular OFC-CIRC-CAOP-EDU - 132021 - Promotores da Educação - Programa Proinfância

9 mensagens

Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

17 de maio de 2021 11:56

Para: Promotores de Justiça do Ministério Público do Maranhão <promotores@mpma.mp.br>, Promotorias de Justiça do Interior <promotorias_interior@mpma.mp.br>, "Promotoria de Justica Esp. na Defesa da Educacao" <pjeducacao@mpma.mp.br>

Excelentíssimo (a) Senhor(a)

Promotor (a) de Justiça com atribuição na Defesa do Direito à Educação

Cumprimentando-o(a), encaminhamos o OFC-CIRC-CAOP/EDU - 132021, que traz a relação de obras financiadas no Maranhão pelo Programa Proinfância, do Governo Federal, para ciência e adoção das medidas que entender pertinentes, respeitada a sua independência funcional, consoante anexos.

Para tanto, encaminhamos, para fins de acompanhamento deste Centro de Apoio, formulário de pesquisa a ser preenchido em caso de instauração de procedimento com esse fim, que poderá ser acessado pelo link <https://forms.gle/D2rvPw7DZRka6QkD6>.

Desde já, este CAOp agradece a atenção, ao tempo em que se coloca à disposição para contribuir no que for necessário.

Atenciosamente,

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOp Educação**Ministério Público do Maranhão****(98) 3219-1808/1894**

3 anexos

 **Obras_Proinfancia_MA.xls**
312K **MODELO PORTARIA MPE.docx**
136K **OFC-CIRC-CAOP_EDU132021_ASSINADO.pdf**
20K

Promotoria de Justica de Humberto de Campos <pjhumbertodecampos@mpma.mp.br>

17 de maio de 2021 12:06

Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Bom dia.

CONFIRMO RECEBIMENTO.

Respeitosamente,
Rui Eduardo Soares Gomes Filho
Técnico Ministerial
Mat. 1072832

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Fabiola Fernandes Faheina Ferreira <fabiolafernandes@mpma.mp.br>

17 de maio de 2021 14:37

Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Senhor Coordenador,

Acuso o recebimento e agradeço o auxílio do CAOP. Já estava com informações, pois vinha fazendo o acompanhamento sobre as duas creches e graças a Deus uma vai ser entregue agora em junho .

Cadastrarei e logo informarei as medidas adotadas pela PJROSARIO.

Atenciosamente,



Fabiola Fernandes Faheina Ferreira
Promotora de Justiça de Rosario
Tel: (98) 991779735 pjrosario@mpma.mp.br
fabiolafernandes@mpma.mp.br
Endereço: Rua Bom Jesus Bairro: Jardim Primavera
Rosário/Maranhão

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Promotoria de Justica de Arame <pjarama@mpma.mp.br>
Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

17 de maio de 2021 15:59

Recebido.

Em seg., 17 de mai. de 2021 às 11:57, Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

CARLOS RAFAEL FERNANDES BULHAO <rafaelbulhao@mpma.mp.br>
Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

17 de maio de 2021 16:15

Prezados, boa tarde.

Ao tempo em que acusamos o recebimento do e-mail e seus anexos, é o presente para lançarmos os seguintes pontos de questionamento:

- Considerando o que dispõe a *linea k do art. 6-A da Res. 27/2015*, do CPMP, segundo a qual os membros com atribuição na defesa da educação devem promover AIA por **fatos SEM REPERCUSSÃO no patrimônio público MATERIAL**;
- Ainda, considerando o fato de o presente e-mail noticiar a ocorrência de malversação de recursos públicos oriundos do PROINFÂNCIA;
- Finalmente, considerando que tais recursos são FEDERAIS, INDAGA-SE:

- a) a atribuição não seria primordial e exclusivamente do MPF?
- b) em sendo negativa a resposta, tal atribuição não seria das Promotorias de Justiça de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, já que a atuação do membro implica em fiscalizar a aplicação efetiva de dinheiro público, fazendo incidir, portanto, o disposto na alínea K acima citada?

Att.

Em seg., 17 de mai. de 2021 às 11:57, Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]



CARLOS RAFAEL FERNANDES BULHÃO
PROMOTOR DE JUSTIÇA – MATRÍCULA 1070466
E-MAIL: RAFAELBULHAO@MPMA.MP.BR
(99) 99115-9660

Promotoria de Justica de Bacabal <pjbacabal@mpma.mp.br>
Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

17 de maio de 2021 16:38

Recebido

Respeitosamente,

Washington William Viana dos Santos

Técnico Ministerial - Administrativo

Setor de Protocolo e Distribuição de Processos

Promotorias de Justiça de Bacabal/MA

Em seg., 17 de mai. de 2021 às 11:57, Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Promotoria de Justica de Olho Dagua das Cunhas <pjolahodaguadascunhas@mpma.mp.br> 18 de maio de 2021 10:04
Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

Acuso o recebimento, tendo este gerado o nº 079.2021.

Respeitosamente,

Kilvia Karlla M. O. Costa
Agente Administrativo
Matrícula n.º 1071171

Em seg., 17 de mai. de 2021 às 11:57, Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Promotoria de Justica de Lago da Pedra <pjlagodapedra@mpma.mp.br>
Para: Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>

18 de maio de 2021 12:17

Recebido hoje.

Arnaldo Schapochnik
Téc. Ministerial - PJ Lago da Pedra
Mat. 1070071

Em seg., 17 de mai. de 2021 às 11:57, Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Caop Educacao <caopeducacao@mpma.mp.br>
Para: pjeducacao@mpma.mp.br

17 de junho de 2021 11:31

Reenvio Ofício Circular, conforme solicitado.
Att.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação - CAOp Educação
Ministério Público do Maranhão
(98) 3219-1808/1894

[Texto das mensagens anteriores oculto]

3 anexos



Obras_Proinfancia_MA.xls

312K



MODELO PORTARIA MPE.docx

136K



OFC-CIRC-CAOP_EDU132021_ASSINADO.pdf

20K



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : ATA DA REUNIÃO DO CAOP
EDUCAÇÃO COM O MPF**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Centro de Apoio Operacional - Educação

ATA-CAOP/EDU - 182021
Código de validação: 32B9D3CEDA

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de 2021, às 14h, por meio da Plataforma Google Meet, realizou-se reunião virtual entre o MPMA, por meio do CAOP Educação, e o MPF, sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação do tema, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras financiadas pelo Programa. Participaram da reunião, pelo MPMA, o Coordenador do CAOP Educação, Eduardo Borges Oliveira, a membro do Caop Educação, Promotora Sandra Fagundes Garcia, a servidora Valéria Vieira, e, pelo MPF, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, José Raimundo Leite Filho e a Procuradora da República em Caxias, Anne Caroline Aguiar Andrade Neitzke. Dr. Eduardo deu início à reunião, agradecendo a participação de todos e informou que o MPMA aderiu ao planejamento do CNMP e, por esse motivo, alguns temas estão sendo retomados, para fins de realinhamento do planejamento. Informou que sabe que o MPF no Maranhão desenvolve uma linha de trabalho sobre creches, inclusive destacando a atuação da Dra. Anne Neitzke na região de Caxias. Informou que tem algumas dúvidas a serem esclarecidas quanto à atuação do MPF, propondo um esforço conjunto entre as duas instituições sobre o tema. Dr. José Leite informou que tem todo interesse nessa atuação conjunta, informando que, se já houver uma minuta de Termo de Cooperação Técnica, esta pode ser enviada ao MPF, para ser analisada para fins de assinatura. Informou que o MPF tem duas linhas de atuação, quais sejam a investigação por desvio, geralmente provocada por denúncias, e a atuação proativa, voltada à parte prestacional e depende muito dessas articulações institucionais para ser realizada, inclusive por meio de campanhas institucionais, para fomentar a atuação dos PRM's. Lembrou que os municípios utilizam tanto recursos federais quanto estaduais/municipais na construção e estruturação das creches e que o importante para a sociedade é a entrega do serviço como um todo, o que impõe a necessidade de uma atuação interinstitucional que alcance tanto a parte prestacional quanto a aplicação dos recursos. Dra. Anne corroborou esse entendimento reforçando a preocupação com o alcance social do Programa. Informou que sua atuação nos municípios abrange o levantamento das obras, realização de visitas técnicas, acompanhamento dos procedimentos, dentre outras ações, mas que é inviável para o procurador do MPF visitar obra por obra, dada a área de abrangência de sua atuação. Lembrou que é preciso ter um olhar sobre a realidade local e não somente quanto à regularidade na utilização dos recursos e que, devido à capilaridade, o MP Estadual tem melhores condições de alcance dessas áreas. Reafirmou que a parceria é fundamental não somente no ponto de vista dos recursos, mas, principalmente, na prestação dos serviços, a viabilidade/utilidade das obras, e a entrega social. Dr. Eduardo informou que ainda não tem uma minuta elaborada do Termo de Cooperação Técnica, mas que vai trabalhar numa proposta para submeter a todos. Reforçou que a creche, como política pública, é essencialmente municipal e se torna um instrumento social fundamental para o desenvolvimento local e a qualidade da educação. Corroborou a proposta de realização de campanha institucional para fomentar as ações e pontuou a importância de esclarecer as formas de apoio e as atribuições específicas de cada Instituição, os indicadores que podem ser levantados e as audiências a serem realizadas com os municípios. Em seguida, a Dra. Sandra Garcia informou que a Promotoria de Acausação firmou um Termo de Ajustamento de Conduta para construção de uma creche-escola numa área de reassentamento e foi informada que, no município em comento, essa seria a primeira creche a ser construída, o que evidencia uma carência de creches no Estado e impõe a atuação dos MPs. Dr. Eduardo lembrou que o tema creche é bem mais amplo que o Proinfância e que os municípios podem dispor de recursos próprios para suprir as necessidades locais. Dra. Anne acrescentou ainda que os modelos de creches contempladas pelo Proinfância são de grande porte e, em alguns municípios, como Balsas, as creches foram construídas sem critério, em áreas com poucas crianças em idade de creche, que também pode configurar a malversação dos recursos. Dr. José Leite reafirmou que uma campanha dessa natureza daria ensejo a um diálogo entre promotores e procuradores federais para articular ações de acompanhamento das obras. Valéria esclareceu que a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal enviou ao Ministério Público Estadual, no final do ano passado, uma planilha com a relação de obras financiadas pelo Programa Proinfância no Maranhão, num total de 741 obras, entre concluídas, inacabadas ou canceladas, disponibilizando, no momento, o arquivo mencionado aos demais participantes. Nesse ponto, a Dra. Sandra afirmou a importância da participação do Caop da Probidade Administrativa para uma atuação conjunta. Dr. Eduardo sugeriu que sejam montados kits por município para otimizar os trabalhos. A Dra. Anne informou da existência de uma portaria do Grupo de Trabalho Interinstitucional do Proinfância (MPes/MPF) e que tem uma representante do MPMA, Dra. Sandra Pontes. Dr. Eduardo esclareceu que a Dra. Sandra Pontes não faz mais parte do CAOP Educação e não sabe se ela ainda faz parte do GT. Reforçou que o MPF tem interesse no assunto em razão do recurso federal envolvido e que o MPE tem interesse por conta da parte prestacional e que o ideal é realizar essa campanha interinstitucional, com base no Termo de Cooperação Técnica a ser elaborado. Dr. Eduardo também informou que o CAOP Educação pode ficar como mediador dos trabalhos no MPMA, reunindo as informações. Esclareceu que o CAOP está desenvolvendo projetos como o SOMA e o Proqualidade, que podem ajudar no acompanhamento das ações, por meio das salas de situação por município. Lembrou que a articulação do MPMA com a FAMEM pode mobilizar os prefeitos para a realização de reuniões sobre o Programa Proinfância. Dr. Eduardo ainda mencionou a possibilidade de uma reunião com o GT do Proinfância. Dra. Sandra ainda sugeriu uma reunião com os Promotores da Educação para esclarecer as intenções da



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Centro de Apoio Operacional - Educação

Campanha. Dr. Eduardo informou que o MPE precisa pensar o Proinfância dentro da esfera prestacional das creches, o acesso, a qualidade do serviço etc. e pontuou que o ideal é que o levantamento das creches seja individualizado por município. Afirmou, ainda que o MP pode se articular com representantes de movimentos de alunos, mulheres, agentes de saúde etc. para ajudar no acompanhamento das obras e do funcionamento das creches. Ao final, foram definidos os seguintes encaminhamentos iniciais: 1) Dr. Eduardo vai elaborar a minuta do Termo de Cooperação Técnica entre o MPMA e o MPF; 2) CAop Educação vai individualizar a relação de creches por município, para facilitar a consulta e o acompanhamento das ações. Nada mais havendo a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, Analista Ministerial, Matrícula 1069525, digitei.

assinado eletronicamente em 25/05/2021 às 16:53 hrs ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA COORDENADOR DO CAOP EDUCAÇÃO

assinado eletronicamente em 26/05/2021 às 07:55 hrs ()*

SANDRA FAGUNDES GARCIA
PROMOTORA DE JUSTIÇA MEMBRO DO CAOP EDUCAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 26 de Maio de 2021 às 07:55 hrs e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-CAOP/EDU-182021, Código de Validação: 32B9D3CEDA.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CAOP/EDU - 392021



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CAOP/EDU - 392021
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: 66935D18C5

São Luís, 17 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ RAIMUNDO LEITE FILHO
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão
Ministério Público Federal

Assunto: Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância

Senhor Procurador-Chefe,

Cumprimentando-o, e considerando o trabalho conjunto desenvolvido pelo Ministério Público Federal - MPF e os Ministérios Públicos dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), e tendo em vista as ações internas que vem sendo desenvolvidas pelo MPMA na área, **o CAOP Educação vem convidar Vossa Excelência a participar de uma Reunião virtual sobre o tema, sugerindo-se, para tanto, o dia 24 de maio de 2021, às 9h, para discutir possíveis ações conjuntas e desenvolver estratégias locais de articulação.**

Desde já, este Centro de Apoio da Educação agradece a atenção, ao tempo em que se coloca à disposição para contribuir no que for necessário.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 17/05/2021 às 12:29 hrs (*)

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA COORDENADOR DO CAOP EDUCAÇÃO

2021: O Ministério Público do Maranhão na defesa dos direitos humanos e da efetividade das políticas públicas

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 3219-1808 / 1894 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

1 / 1



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: OFC-CIRC-CAOP/EDU - 132021



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Centro de Apoio Operacional - Educação

OFC-CIRC-CAOP/EDU - 132021
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: C3A5E2395F

São Luís, 17 de maio de 2021.

Excelentíssimo (a) Senhor(a)

Promotor (a) de Justiça com atribuição na Defesa do Direito à Educação

Assunto: Encaminha relação de obras financiadas no Maranhão pelo Programa Proinfância, do Governo Federal

Senhor(a) Promotor(a) de Justiça,

Cumprimentando-o(a) e considerando o trabalho conjunto desenvolvido pelo Ministério Público Federal - MPF e os Ministérios Públicos dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), encaminho a Vossa Excelência, para ciência e adoção das medidas que entender pertinentes, respeitada a sua independência funcional, a planilha de obras financiadas com recursos do Programa no Maranhão e modelo de Portaria de Instauração de ICP, sugerindo as diligências iniciais necessárias para dar andamento aos trabalhos.

Para tanto, encaminhamos, para fins de acompanhamento deste Centro de Apoio, formulário de pesquisa a ser preenchido em caso de instauração de procedimento com esse fim, que poderá ser acessado pelo link <https://forms.gle/D2rvPw7DZRka6QkD6>.

Desde já, este CAOp agradece a atenção, ao tempo em que se coloca à disposição para contribuir no que for necessário.

Atenciosamente,



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Centro de Apoio Operacional - Educação

assinado eletronicamente em 17/05/2021 às 10:25 hrs ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA COORDENADOR DO CAOP EDUCAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 17 de Maio de 2021 às 10:25 hrs conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** OFC-CIRC-CAOP/EDU-132021, **Código de Validação:** C3A5E2395F.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

Documento Administrativo: DESPACHO-CAOP/EDU - 22021



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Centro de Apoio Operacional - Educação

DESPACHO-CAOP/EDU - 22021
(relativo ao Processo 78082020)
Código de validação: B461A5F9E1

DESPACHO

Cuida-se de Processo Administrativo deflagrado a partir do Ofício nº 155/2020/1ª CCR/MPF, da lavra da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do Poder Público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Para tanto, encaminha, como anexos, planilha de obras financiadas com recursos do Programa no Maranhão e modelo de Portaria de Instauração de ICP, sugerindo as diligências iniciais necessárias para dar andamento aos trabalhos.

Após, os autos foram encaminhados a este Centro de Apoio pelo Gabinete do Procurador-Geral, para as providências devidas.

Desse modo, uma vez realizado levantamento próprio de dados por este Centro de Apoio e do estudo do material encaminhado, determino:

- a. A expedição de Ofício Circular aos Promotores da Educação, encaminhando os anexos recebidos, para ciência e adoção das medidas que entender pertinentes, respeitada a sua independência funcional, solicitando, ao final, informações sobre possíveis procedimentos instaurados com esse fim;
- b. Oficiar ao Procurador-Chefe da República no Maranhão, solicitando reunião para desenvolver estratégias locais de articulação do tema.

Cumpra-se.

São Luís, 12 de maio de 2021.

assinado eletronicamente em 14/05/2021 às 16:25 hrs ()*

EDUARDO BORGES OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA COORDENADOR DO CAOP EDUCAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BORGES OLIVEIRA** em 14 de Maio de 2021 às 16:25 hrs conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DESPACHO-CAOP/EDU-22021, Código de Validação: B461A5F9E1.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

MODELO PORTARIA

Ementa: Município de XXXXXXXXXXXX. Educação Infantil. Programa PROINFÂNCIA. Estratégia de cumprimento da Meta 1, do PNE 2014-2024. Verificação da efetiva finalização das obras pactuadas e funcionamento das unidades escolares respectivas. Nota Técnica nº 01/2019 – Grupo de Trabalho Interinstitucional MPF e MPE's.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE XXXXXXXXX**, pelo Promotor de Justiça em atuação no presente órgão de execução e observados os limites de suas atribuições;

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, CF), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205, da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206, da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO o teor do art. 208, incisos IV e I, e §§1º e 2º, CF, que dispõe no sentido de que:

CF

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - **educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

(...)

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete a União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

CONSIDERANDO que embora tenha conferido à competência administrativa comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a tarefa de “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (art. 23, inciso V, CF, com redação determinada pela EC 85/2015), mas com a finalidade clara de definir com precisão as obrigações cabíveis a cada qual dos entes federados para o alcance desse mister, a Constituição da República dispôs, conforme teor do seu art. 211, §§, nos seguintes termos:

CF

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996)

CONSIDERANDO as disposições cristalinas dos art. 8º, art. 9º e art. 10, da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em especial teor do seu art. 11, inciso V, *in verbis*:

Lei 9394/1996

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

(...)

V - **oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas**, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (grifamos)

CONSIDERANDO que, entendido como o mecanismo capaz de garantir a compatibilização das ações administrativas a cargo dos entes federados e de dirigi-las para o mesmo fim, o Plano Nacional de Educação encontra fundamento constitucional e legal nas disposições do art. 214, caput, CF, e art. 87, § 1º, da Lei 9394/1996;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214, da CF, no ano de 2014 foi promulgada a Lei Federal 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) que estará em vigor entre os anos de 2014-2024, dentre as quais a Meta 1, que dispõe:

ANEXO METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

CONSIDERANDO que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, **havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2017);**

CONSIDERANDO, porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

CONSIDERANDO que até o mês de março de 2019 **apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora** foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

CONSIDERANDO os fundamentos que deram razão à expedição da Nota Técnica nº 01/2019, pelo Grupo de Trabalho

Interinstitucional instituído pela Portaria Conjunta 1ª e 5ª CCRs n. 05, de 18 de abril de 2018, integrado por membros do Ministério Público Federal e do Ministério Público dos Estados;

CONSIDERANDO que, conforme julgamento da **Ação Civil Originária nº 1.827/MT**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, **não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;**

CONSIDERANDO as informações encaminhadas pelo CAO Educação no sentido de que foram pactuadas obras do Programa PROINFÂNCIA no território do **Município de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, em relação às quais resta necessária a verificação da completa execução e efetivo funcionamento das unidades escolares respectivas;

CONSIDERANDO o disposto na **Recomendação nº 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público**, na data de 22 de setembro de 2015, **que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;**

CONSIDERANDO que a instauração de inquérito civil não se destina exclusivamente a possibilitar a propositura de Ação Civil Pública, mas, antes de tudo e fundamentalmente, visa à apuração séria e formal de fatos a serem submetidos a exame pelo Ministério Público, tendo a precípua finalidade de permitir a atuação legítima e a formação de convencimento do agente político ministerial quanto à verificação da hipótese concreta que exija a atuação da Instituição constitucionalmente destinada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

PROMOVE, com amparo nas disposições do art. 129, III, da CF, art. 8º, da Lei 7.347/1985, art. 25, IV, alínea “a”, da Lei 8.625/1993, Resolução CNMP nº 23/2007, com alterações introduzidas pela Resolução CNMP nº 161/2017, e Resolução GPGJ nº 2.227/2018, **a**

instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO destinado a apurar a completa execução das obras pactuadas pelo Município de xxxxxxxxxxxxxx no escopo do Programa PROINFÂNCIA, bem como o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares;

Para tanto, **DETERMINO** à Secretaria desta Promotoria de Justiça que providencie o cumprimento das diligências abaixo determinadas:

- 1) Tombe-se, autue-se e registre-se no MGP;
- 2) **OFICIE-SE AO GAP** solicitando a **realização de diligência no local** de cada uma das obras pactuadas pelo Município no escopo do Programa PROINFÂNCIA em relação às quais consta a indicação, no Sistema SIMEC, do status de “CONCLUÍDA”, “EM EXECUÇÃO”, “PARALISADA”, “INACABADA” ou “EM REFORMULAÇÃO”, conforme tabela encaminhada pelo CAO Educação, **bem como a elaboração de relatório circunstanciado com registro fotográfico** relativo a cada uma delas, a fim de esclarecer o que segue:
 - a) No endereço indicado para a construção da unidade escolar pactuada pelo Município com o FNDE há sinais físicos de sua existência?
 - b) Inexistindo sequer sinais físicos da existência de obras no endereço indicado, há placas ou outros sinais que indiquem a sua natureza e sua futura execução no local indicado?
 - c) Existindo sinais físicos de sua existência, a obra pactuada para o endereço indicado encontra-se aparentemente concluída?
 - d) Em caso positivo, há indicativos do efetivo funcionamento da unidade escolar?
 - e) Em caso de funcionamento efetivo, qual o código INEP indicado pela Direção da unidade escolar?
 - f) Segundo informações prestadas pela Direção da unidade escolar, qual a etapa atendida (creche, pré-escola, etc), e quantas turmas x alunos existem por turnos de funcionamento?
 - g) Em caso de resposta negativa a letra “c”, há sinais de que a obra ainda se encontra em execução (movimentação em canteiro de obras, etc)?

h) Ao contrário, há sinais de que a execução da obra se encontra paralisada?

3) OFICIE-SE À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO requisitando informe, no prazo de xxxxx dias, em relatório individualizado para cada uma das obras de construção de novas unidades de creches e/ou pré-escolas pactuadas pelo Município com o FNDE no escopo do Programa PROINFÂNCIA:

3.1 - com indicação do status de “CONCLUÍDA” no Sistema SIMEC, o que segue:

Nome	Situação no SIMEC	Logradouro	Bairro	Termo/Convênio	Fim de Vigência
Nome	Situação no SIMEC	Logradouro	Bairro	Termo/Convênio	Fim de Vigência
	Concluída				
	Concluída				
	Concluída				

- a) A obra pactuada para o endereço indicado encontra-se efetivamente concluída?
- b) Em caso positivo, a unidade escolar se encontra em efetivo funcionamento?
- c) Em caso de funcionamento efetivo, qual o código INEP da unidade escolar?
- d) Qual a etapa atendida (creche, pré-escola, etc), e quantas turmas x alunos existem por turnos de funcionamento?
- e) Em caso de obra efetivamente concluída e que possua código INEP, mas não esteja em efetivo funcionamento da unidade escolar, quais as razões que determinaram a ausência do início do atendimento educacional no equipamento em questão e quais as medidas em adoção pelo Município para o seu efetivo e imediato funcionamento?

3.2 - com indicação do status de “EM EXECUÇÃO” no Sistema SIMEC, o que segue (com encaminhamento de toda a documentação pertinente em mídia digital):

Nome	Situação no	Logradouro	Bairro	Termo/	Fim de
------	-------------	------------	--------	--------	--------

	SIMEC			Convênio	Vigência
	Em Execução				
	Em Execução				
	Em Execução				

- a) Número do Termo de Convênio celebrado com o FNDE?
- b) Valor pactuado entre o FNDE e o Município para a execução da obra?
- c) Banco, agência e conta bancária na qual foram depositados os valores transferidos diretamente pelo FNDE, bem como valor total das transferências realizadas (com remessa dos extratos mensais)?
- d) Valor do saldo atual da conta bancária indicada na resposta à pergunta da letra “c” acima?
- e) Número do processo de licitação e do termo de contrato relativos à contratação de empresa para a execução da obra (com remessa da documentação completa em mídia digital)?
- f) Nome e CNPJ da empresa contratada para a execução da obra?
- g) Percentual de execução da obra e cronograma dos desembolsos financeiros já realizados pelo Município em favor da empresa contratada?
- h) O cronograma de execução física da obra está de acordo com os prazos definidos para a sua conclusão no contrato firmado?
- i) Se houve atraso na execução da obra, quais foram as razões que o determinaram ou justificam?
- f) Qual o prazo estimado para a completa conclusão da obra?

3.3 - com indicação do status de “**PARALISADA**” ou “**INACABADA**” no Sistema SIMEC, o que segue (com encaminhamento de toda a documentação pertinente em mídia digital):

Município	Nome	Situação no SIMEC	Logradouro	Bairro	Termo/Convênio	Fim de Vigência
		Paralisada				
		Paralisada				
		Inacabada				
		Inacabada				

- a) Número do Termo de Convênio celebrado com o FNDE?
- b) Valor pactuado entre o FNDE e o Município para a execução da obra?

- c) Banco, agência e conta bancária na qual foram depositados os valores transferidos diretamente pelo FNDE, bem como valor total das transferências realizadas (com remessa dos extratos mensais)?
- d) Valor do saldo atual da conta bancária indicada na resposta à pergunta da letra “c” acima?
- e) Número do processo de licitação e do termo de contrato relativos à contratação da execução da obra (com envio de documentação completa em mídia digital)?
- f) Nome e CNPJ da empresa contratada para a execução da obra?
- g) Percentual de execução da obra e cronograma dos desembolsos financeiros já realizados pelo Município em favor da empresa contratada?
- h) Quais foram as razões que determinaram a interrupção da execução das obras classificadas como paralisadas e inacabadas?
- i) Quais as ações adotadas ou em adoção pelo Município para a retomada da execução das obras classificadas como paralisadas e inacabadas?
- j) Qual o prazo estimado para a retomada da execução das obras?
- k) Qual o prazo previsto para a conclusão definitiva das obras?

3.4 com indicação do status de “EM REFORMULAÇÃO” no Sistema SIMEC, o que segue (com encaminhamento de toda a documentação pertinente em mídia digital):

Nome	Situação no SIMEC	Logradouro	Bairro	Termo/Convênio	Fim de Vigência
	Em reformulação				
	Em reformulação				
	Em reformulação				
	Em reformulação				

- a) Número do Termo de Convênio celebrado com o FNDE?
- b) Valor pactuado entre o FNDE e o Município para a execução da obra?
- c) Banco, agência e conta bancária na qual foram depositados os valores transferidos diretamente pelo FNDE, bem como valor total das transferências realizadas (com remessa dos extratos mensais)?
- d) Valor do saldo atual da conta bancária indicada na resposta à pergunta da letra “c” acima?

- e) Número do processo de licitação e do termo de contrato relativos à contratação da execução da obra (com envio de documentação completa em mídia digital)?
- f) Nome e CNPJ da empresa contratada para a execução da obra?
- g) O processo de renegociação do convênio com o FNDE está concluído com assinatura de termo de compromisso reformulado para retorno a Metodologia Tradicional (com remessa do termo de compromisso reformulado)?
- h) A execução das obras já foram retomadas e em que data?
- i) Em caso negativo, quais as ações em adoção pelo Município para a retomada da execução das obras classificadas como em reformulação?
- j) Em caso positivo, qual o percentual de execução da obra e cronograma dos desembolsos financeiros já realizados pelo Município em favor da empresa contratada?
- k) O cronograma de execução física da obra está de acordo com os prazos redefinidos para a sua conclusão no termo de compromisso reformulado?
- l) Qual o prazo estimado para a completa conclusão da obra?

3.5 com indicação do status de “EM PLANEJAMENTO” ou “EM CONTRATAÇÃO” no Sistema SIMEC, o que segue (com encaminhamento de toda a documentação pertinente em mídia digital):

Nome	Situação no SIMEC	Logradouro	Bairro	Termo/Convênio	Fim de Vigência
	Em Planejamento				
	Em Contratação				

- a) Número do Termo de Convênio celebrado com o FNDE?
- b) Valor pactuado entre o FNDE e o Município para a execução da obra?
- c) Banco, agência e conta bancária na qual foram depositados os valores transferidos diretamente pelo FNDE, bem como valor total das transferências realizadas (com remessa dos extratos mensais)?
- d) Valor do saldo atual da conta bancária indicada na resposta à pergunta da letra “c” acima?

- e) Número do processo de licitação relativo à contratação de empresa para a execução das obras (com envio de documentação completa em mídia digital)?
- f) Se houve assinatura de contrato para a execução das obras (com envio de documentação completa em mídia digital)?
- g) Nome e CNPJ da empresa contratada para a execução da obra?
- h) Se as obras já foram iniciadas e em que data?
- i) Em caso negativo, quais as ações em adoção pelo Município para o início da execução das obras?
- j) Em caso positivo, qual o percentual de execução da obra e cronograma dos desembolsos financeiros já realizados pelo Município em favor da empresa contratada?
- k) O cronograma de execução física da obra está de acordo com os prazos definidos para a sua conclusão no contrato assinado?
- l) Qual o prazo previsto para a completa conclusão da obra?

3.6 com indicação do status de “**CANCELADA**” no Sistema SIMEC, o que segue (com encaminhamento de toda a documentação pertinente em mídia digital):

Nome	Situação no SIMEC	Logradouro	Bairro	Termo/Convênio	Fim de Vigência
	Cancelada				
	Cancelada				

- a) Número do Termo de Convênio celebrado com o FNDE?
- b) Valor pactuado entre o FNDE e o Município para a execução da obra?
- c) Quais as razões que determinaram o cancelamento do Termo de Convênio pactuado com o FNDE?
- d) A execução das obras chegou a ser licitada ou contratada?
- e) Em caso positivo, qual o número do processo de licitação e do termo de contrato relativos à contratação da execução da obra (com envio de documentação completa em mídia digital)?
- f) Nome e CNPJ da empresa contratada para a execução da obra?
- g) Banco, agência e conta bancária na qual foram depositados os valores transferidos diretamente pelo FNDE, bem como valor total das transferências realizadas (com remessa dos extratos mensais)?

h) Valor do saldo atual da conta bancária indicada na resposta à pergunta da letra “c” acima?

i) Houve pagamentos realizados a empresa eventualmente contratada?

j) Os valores transferidos pelo FNDE foram integralmente restituídos à União?

3.7 E para que informe, ainda, se o Município participa dos Programas do FNDE indicados abaixo:

a) **Programa “Brasil Carinhoso”**, destinado a contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional dos alunos de zero a 48 (quarenta e oito) meses, matriculados em creches públicas ou conveniadas, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, esclarecendo qual o número e quem são os alunos atendidos em 2019;

b) **Programa “E.I. Manutenção”**, que apoia novos estabelecimentos de Educação Infantil destinando recursos financeiros para custear gastos de manutenção em estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos federais e recém inaugurados, se as matrículas nas turmas desses estabelecimentos ainda não tiverem sido computadas para o rateio dos recursos do Fundeb, esclarecendo quais foram/são as unidades escolares atendidas pelo programa em 2018/2019;

4) (Nos casos em que o relatório do GAP e/ou a resposta da SME indicarem que a obra está concluída e possui código INEP, mas não está em efetivo funcionamento) OFICIAR AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME para que informe, no prazo de xxxx dias, os motivos pelos quais a escola não está em atividade, com remessa de relatório

circunstanciado e cópia de eventual pedido e parecer de autorização de funcionamento, se houver;

5) OFICIE-SE AO MPF para ciência da instauração do presente IC em atendimento a sugestão de atuação articulada formulada na

Nota Técnica nº 01/2019 – Grupo de Trabalho Interinstitucional MPF e MPE's sobre o Programa PROINFÂNCIA;

6) Com as respostas às DILIGÊNCIAS INICIAIS determinadas nos itens 2, 3 e 4 da presente Portaria, voltem conclusos para:

6.1 - Exame quanto à determinação do cumprimento das diligências sugeridas:

a) Na parte final dos itens 3.1.5 e 3.1.6 da Nota Técnica nº 01/2019 – Grupo de Trabalho Interinstitucional MPF e MPE's sobre o Programa PROINFÂNCIA;

b) Nos itens 3.1.3, 3.2.1 e 3.2.1, da Nota Técnica nº 01/2019 – Grupo de Trabalho Interinstitucional MPF e MPE's sobre o Programa PROINFÂNCIA;

c) Com os laudos técnicos solicitados de acordo com a letra “b” acima, nos itens 3.1.4, 3.2.3 e 3.2.2, da Nota Técnica nº 01/2019 – Grupo de Trabalho Interinstitucional MPF e MPE's sobre o Programa PROINFÂNCIA;

6.2 - Diante da possibilidade de eventual constatação das hipóteses indicadas nos itens 3.2.3, 3.3.3, 3.6.1, 3.6.2 da Nota Técnica nº 01/2019 – Grupo de Trabalho Interinstitucional MPF e MPE's sobre o Programa PROINFÂNCIA, análise quanto à expedição de Ofício ao MPF para as providências que entender cabíveis;

7) Cumpram-se, quanto à publicidade e ao processamento dos autos do presente Inquérito Civil, as determinações da Resolução GPGJ nº 2.227, de 12 de junho de 2018, em especial as indicadas nos art. 23, art. 25 e art. 80 daquele ato normativo;

8) Nos termos do art. 17, §1º, da Resolução GPGJ nº 2.227, de 12 de junho de 2018, designo os Técnicos Administrativos em exercício nesta Promotoria de Justiça para secretariar o presente Inquérito Civil;

XXXXX, ____ de _____ de 2019.
Promotor de Justiça



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

OBRAS

ID_PROINFANCIA	NOME_PROINFANCIA	ENDERECO_PR	MUNICIPIO	UF	SITUACAO	% Executado I
1374	(1374) 700012 - Escola Edu	Rua Nossa Senho	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1386	(1386) 830030 - Escola de	Rua Antônio Ribe	Pirapemas	MA	Inacabada	36.99%
1387	(1387) 830273 - Escola de	Praça São Sebast	Presidente Dutra	MA	Concluída	1
1387	830273 - ESCOLA DE EDUC	PRACA SAO SEBA	Presidente Dutra	MA	Concluída	
1640	(1640) 700114 - Escola de	Rua Frei Benjami	Grajaú	MA	Inacabada	41.93%
2107	(2107) 700019 - Escola de	, , Sítio Novo - M	Sítio Novo	MA	Inacabada	71.80%
2137	(2137) 830205 - Escola de	Rua da caixa d'ág	Itapecuru Mirim	MA	Inacabada	52.76%
2185	(2185) 830458 - Escola de	Rua Mártir da Pá	Cururupu	MA	Concluída	1
4281	(4281) 700012 - Escola Edu	Av. Paraíso (antiq	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
6711	806049 - ESPACO EDUCAT	AVENIDA PEDRO	Pedro do Rosário	MA	Concluída	
6711	806049 - ESPACO EDUCAT	AVENIDA PEDRO	Pedro do Rosário	MA	Concluída	
6719	806049 - EE URBANO II - C	AVENIDA JOSE S	São Luís	MA	Concluída	
6719	806049 - EE URBANO II - C	AVENIDA JOSE S	São Luís	MA	Concluída	
6734	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO LUDO	Lago do Junco	MA	Concluída	
6734	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO LUDO	Lago do Junco	MA	Concluída	
6740	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO RAMP	Humberto de Car	MA	Concluída	
6746	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO BOA E	Cajapió	MA	Concluída	
6746	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO BOA E	Cajapió	MA	Concluída	
6747	806049 - ESPACO EDUCAT	RUA SAO JOSE,	Caxias	MA	Concluída	
6747	806049 - ESPACO EDUCAT	RUA SAO JOSE,	Caxias	MA	Concluída	
6758	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO BACAI	Anajatuba	MA	Concluída	
6758	806049 - ESPACO EDUCAT	POVOADO BACAI	Anajatuba	MA	Concluída	
6764	806019 - ESPACO EDUCAT	BACURIZINHO,	Grajaú	MA	Concluída	
6769	806019 - ESPACO EDUCAT	CANA BRAVA, S/	Jenipapo dos Vie	MA	Concluída	
7158	700105 - ESPACO EDUCAT	POVOADO GUAR	Grajaú	MA	Concluída	
7159	700105 - ESPACO EDUCAT	POVOADO SANT	Grajaú	MA	Concluída	
7162	700106 - ESPACO EDUCAT	ALDEIA PAPAGAI	Grajaú	MA	Concluída	
7881	(7881) 800137 - E Educ Inf	, , Presidente Mé	Presidente Médic	MA	Concluída	1
7889	(7889) 800136 -E Educ Inf	Rua da Paz, Cent	Vitorino Freire	MA	Concluída	1
7893	(7893) 800132 -E Educ Inf	Travessa 15 de M	Passagem Franca	MA	Concluída	1
7912	(7912) 800138 - E Educ Inf	Avenida Doming	Pastos Bons	MA	Concluída	1
7913	(7913) 800133 - E Educ Inf	Travessa 15 de M	Paraibano	MA	Concluída	1
8403	(8403) 657165 - Esc. Educ.	, , Amapá do Mai	Amapá do Maranh	MA	Concluída	89.80%
8405	(8405) 657234 - Esc. Educ.	Rua da Paz, Cent	Bom Lugar	MA	Concluída	1
8408	(8408) 657242 - Esc. Educ.	Praça Antônio Pe	Brejo de Areia	MA	Inacabada	45.25%
8409	(8409) 656640 - Esc. Educ.	Avenida Dayze d	Maracaçumé	MA	Concluída	97.88%
8410	(8410) 657705 - Esc. Educ.	Infantil - Tipo C	Bela Vista do Ma	MA	Inacabada	66.94%
8417	(8417) 657712 - Esc. Educ.	Rua Mendes Cost	Turilândia	MA	Inacabada	82.29%
8418	(8418) 658376 - Esc. Educ.	Avenida Marecha	Araguanã	MA	Inacabada	60.28%
8420	(8420) 657006 - Esc. Educ.	Rua Boa Esperan	Nova Olinda do M	MA	Concluída	1
8420	657006 - ESC. EDUC. INFA	RUA BOA ESPER	Nova Olinda do M	MA	Concluída	
8421	(8421) 656967 - Esc. Educ.	Av. Gameleira, S	Olinda Nova do M	MA	Concluída	1
8505	(8505) 657539 - Escola de	, , Riachão - MA	Riachão	MA	Concluída	96.99%
8506	(8506) 658727 - Esc. Educ.	Praça Luís Domir	Guimarães	MA	Concluída	1
8507	(8507) 658738 - Esc. Educ.	Rua Doutor Urba	Vitória do Mearin	MA	Inacabada	49.84%
8508	(8508) 656911 - Esc. Educ.	Rua Nossa Senho	Vargem Grande	MA	Concluída	1
8515	(8515) 657069 - Esc. Educ.	, , Buriti Bravo -	Buriti Bravo	MA	Concluída	1
8516	(8516) 656847 - Esc. Educ.	Infantil - Tipo C	Fortaleza dos No	MA	Concluída	47.06%
8517	(8517) 657724 - Esc. Educ.	Avenida Mundico	Matões	MA	Concluída	1
8517	657724 - ESC. EDUC. INFA	AVENIDA MUNDI	Matões	MA	Concluída	
8518	(8518) 657007 - Esc. Educ.	Avenida Rio Bran	Cantanhede	MA	Concluída	1
8518	657007 - ESC. EDUC. INFA	AVENIDA RIO BR	Cantanhede	MA	Concluída	
8519	(8519) 658646 - Esc. Educ.	AV. IMPERATRIZ	Imperatriz	MA	Concluída	1
8520	(8520) 658747 - Esc. Educ.	Rua Raimundo d	Monção	MA	Inacabada	2.23%
8521	(8521) 658726 - Esc. Educ.	, , São Bento - M	São Bento	MA	Concluída	84.54%
8522	(8522) 656556 - Esc. Educ.	Rua da Fazenda,	Humberto de Car	MA	Concluída	1

Agência	Conta	Ano Processo	Ano Termo/Co	COD_INEP	NOME_ESCOLA	Data da Ordem	Data de Início
3846	000035063X	2007	2008			15/08/2012	14/09/2012
1734	118338	2007	2007			07/10/2008	07/10/2008
1119	209406	2007	2007			08/01/2010	20/01/2010
				21267790	COLEGIO SAGRADA FAMILIA		
568	213497	2008	2008			18/05/2010	18/05/2010
568	212253	2008	2008			21/06/2011	28/06/2011
562	194271	2007	2007			21/08/2008	21/08/2008
1053	114103	2007	2007			18/08/2008	18/08/2008
3846	000035063X	2007	2008				
				21247870	CRECHE MAE DUDU		
				21247242	CENTRO DE ENSINO TEREZINHA DE JESUS SILVA B		
				21016054	UNIDADE ESCOLAR ENOC VIEIRA		
				21261679	EC LINDALVA LIRA		
				21104123	U E SINFRONIO FRANCISCO ALVES		
				21258422	CENTRO DE ENSINO JOSE MALAQUIAS - ANEXO I -		
				21030790	EM MARCELINO FREITAS		
				21003262	EM DENIZARD ALMEIDA E SILVA		
				21241228	CENTRO DE ENSINO PAULO CORDEIRO FILHO - AN		
				21159769	CENTRO DE ENSINO DIAS CARNEIRO		
				21159980	UNIDADE INTEGRADA PROFESSORA RITA DE CASSI		
				21035695	U I MARCOS DUTRA MENDONCA		
				21036209	EM EUZA CORREA DOS SANTOS		
				21227705	UNIDADE INTEGRADA DE EDUCACAO ESCOLAR IND		
				21257400	UNIDADE INTEGRADA DE EDUCACAO ESCOLAR IND		
				21265399	EM ARAO MARIZE LOPES		
				21121206	EM SAO FRANCISCO DE ASSIS - POV SANTA LUZIA		
				21193055	UNIDADE INTEGRADA DE EDUCACAO ESCOLAR IND		
		2007	2007			14/09/2009	14/09/2009
		2007	2007			12/11/2010	12/11/2010
		2007	2007			18/01/2010	19/01/2010
		2007	2007			22/11/2010	13/12/2010
603	165905	2007	2007			11/05/2010	11/05/2010
2314	353094	2009	2009			10/06/2010	10/06/2010
528	393711	2009	2009			16/04/2012	04/06/2012
2782	158194	2009	2009			12/12/2017	12/12/2017
2314	352381	2009	2009			20/06/2014	20/06/2014
613	269387	2009	2009			14/05/2014	14/05/2014
1807	196363	2009	2009			11/04/2011	11/04/2011
2314	354503	2009	2009			02/07/2010	09/07/2010
2314	352942	2009	2009			02/07/2010	07/07/2010
				21210098	CRECHE MUNICIPAL VOVO MARIA DE SA		
2771	263435	2009	2009			20/05/2010	20/05/2010
4408	000008848X	2009	2009			02/03/2011	02/03/2011
1053	131318	2009	2009			29/08/2014	29/08/2014
5677	265225	2009	2009			02/08/2018	03/08/2018
2762	156639	2009	2009			31/05/2010	31/05/2010
2412	122882	2008	2009			22/04/2010	22/05/2010
		2009	2009				
3912	129429	2008	2009			03/05/2010	07/05/2010
				21161330	CENTRO DE ENSINO EUGENIO BARROS		
1734	137243	2009	2009			15/03/2010	15/03/2010
				21056730	EM PROFESSOR JOSE DE MELO E SILVA		
554	528196	2009	2009			03/01/2011	03/01/2011
2449	168327	2009	2009			05/05/2014	05/05/2014
2607	151327	2009	2009			21/06/2010	20/08/2011
2972	335770	2009	2009			04/11/2010	04/11/2010

Esfera	Fonte	Nº Processo	Saldo em Conta	Termo/Nº Conta	Tipologia	Unidade Implantação	Valores a Receber
Municipal	CONVENIO	23400008192200	0	700012	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE SAO CARLOS	275782,61
Municipal	CONVENIO	23400000412200	20,93	830030	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE PIQUETI	250681,6
Municipal	CONVENIO	23400004654200	3358,35	830273	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE PIRACANGA	-250000
Municipal	CONVENIO	23400000932200	0	700114	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE GUARATINGA	492595,04
Municipal	CONVENIO	23400000913200	0	700019	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE SIQUEIRA	700000
Municipal	CONVENIO	23400005268200	0	830205	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE ITAPORANGA	-92496,34
Municipal	CONVENIO	23400005280200	0,02	830458	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE CUIABA	19014,16
Municipal	CONVENIO	23400008192200	0	700012	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE SAO CARLOS	-66886,04
ORGES							
LUDOVICO							
EXO I - BOA ESPERANCA							
IA AZEVEDO							
IGENA CACIQUE RAIMUNDO LOPES GUAJAJARA							
IGENA NOVA MISSAO							
IGENA PAPAGAIO							
Municipal	EMENDAS	23400007434200716		800137	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE PRESIDENTE MEDIC	
Municipal	EMENDAS	23400008055200735		800136	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE VITORINO FREIRE	
Municipal	EMENDAS	23400008053200746		800132	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE PASSAGEM FRANCA	
Municipal	EMENDAS	23400008051200757		800138	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE PASTOS BONOS	
Municipal	CONVENIO	23400008049200	0	800133	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE PARECIS	0
Municipal	CONVENIO	23400010170200	123531,83	657165	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE ANTONIO	13098,31
Municipal	CONVENIO	23400011837200	0	657234	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE BOCA DO	327945,87
Municipal	CONVENIO	23400012645200	21385,43	657242	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE BOM FIM	306596,2
Municipal	CONVENIO	23400004933200	1013,62	656640	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE MARIANA	13085,59
Municipal	CONVENIO	23400007884200	741,44	657705	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE BELVISO	159491,96
Municipal	CONVENIO	23400010316200	191,98	657712	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE TUPACATIARA	308876,14
Municipal	CONVENIO	23400009959200	0,61	658376	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE ARAUCARIO	13329,08
Municipal	CONVENIO	23400011011200	0	657006	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE NOVA	6197,79
Municipal	CONVENIO	23400011081200	0	656967	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE OLIVEIRA	6185,14
Municipal	CONVENIO	23400010027200	0	657539	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE RIO	12839,04
Municipal	CONVENIO	23400011894200	198,01	658727	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE GUARATINGA	5694,89
Municipal	CONVENIO	23400009921200	1271,13	658738	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE VILA	658754,04
Municipal	CONVENIO	23400013301200	0	656911	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE VILA	9693,93
Municipal	CONVENIO	23400006854200	11979	657069	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE BULHOES	334576,32
Municipal	CONVENIO	23400010668200902		656847	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE FORTALEZA DOS N	
Municipal	CONVENIO	23400004867200	0	657724	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE MARIANA	12732,99
Municipal	CONVENIO	23400012698200	1043,53	657007	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE CAJARI	4325,79
Municipal	CONVENIO	23400004984200	0	658646	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE IMBUI	508958,25
Municipal	CONVENIO	23400011818200	355,9	658747	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE MARIANA	313028,13
Municipal	CONVENIO	23400012805200	8,08	658726	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE SAO CARLOS	159886,12
Municipal	CONVENIO	23400010231200	0	656556	Escola de Educação Infantil	PREF MUN DE HILTON	12927,38

Valores Pactua	Última Vistoria
1661782,61	
950681,6	16/04/2012
700000	27/08/2014
1192595,04	18/06/2014
1400000	11/02/2015
948916,94	20/10/2014
960215,08	30/05/2012
1319113,96	
I	20/08/2010
	16/10/2014
	19/03/2020
	09/11/2017
1188075,15	21/02/2014
1318958,42	20/11/2015
1273576,2	23/07/2013
613192,41	18/07/2018
1308558,87	05/03/2018
619386,27	18/09/2017
1199517,97	06/11/2014
1332907,74	22/07/2014
619779,25	23/02/2012
618514,14	03/12/2012
1283904,28	13/12/2013
620402,72	22/04/2015
1304463,45	
1320629,84	10/09/2011
1299325,5	31/07/2014
JGUEIRAS	
1273298,79	08/02/2012
591487,44	10/05/2012
1102702,17	09/08/2013
619857,68	03/11/2014
620917	23/05/2016
1292737,53	14/11/2012

8522	656556 - ESC. EDUC. INFANTIL	RUA DA FAZENDA	Humberto de Carvalho	MA	Concluída	
8522	656556 - ESC. EDUC. INFANTIL	RUA DA FAZENDA	Humberto de Carvalho	MA	Concluída	
8523	(8523) 658645 - Escola de	Travessa dos Lírios	Santa Helena	MA	Concluída	1
8524	(8524) 658728 - Esc. Educ.	Rua Cirqueira Ca	Loreto	MA	Inacabada	90.66%
8525	(8525) 658670 - Esc. Educ.	Rua José Mesquita	São Benedito do	MA	Concluída	96.70%
8530	(8530) 657463 - Esc. Educ.	Rua Benedito Ro	Magalhães de Al	MA	Inacabada	82.50%
8642	(8642) 658724 - Esc. Educ.	Rua do Comércio	Zé Doca	MA	Concluída	1
8642	658724 - ESC. EDUC. INFANTIL	RUA DO COMERCIO	Zé Doca	MA	Concluída	
8642	658724 - ESC. EDUC. INFANTIL	RUA DO COMERCIO	Zé Doca	MA	Concluída	
9528	658717 - ESPACO EDUCATIVO	RUA PRINCIPAL,	Jatobá	MA	Concluída	
9528	658717 - ESPACO EDUCATIVO	RUA PRINCIPAL,	Jatobá	MA	Concluída	
11698	(11698) 701834 - Esc. Educ.	, , Timon - MA	Timon	MA	Concluída	1
11807	(11807) 700082 - Esc. Educ.	, , Tutóia - MA	Tutóia	MA	Concluída	98.34%
11831	(11831) 700098 - Esc. Educ.	, , Araiões - MA	Araiões	MA	Concluída	1
11832	(11832) 702364 - Esc. Educ.	, , Arari - MA	Arari	MA	Concluída	1
11833	(11833) 700059 - Esc. Educ.	Avenida Duque d	Buritcupu	MA	Concluída	1
11834	(11834) 702258 - Esc. Educ.	, , Carutapera - M	Carutapera	MA	Concluída	1
11835	(11835) 701977 - Esc. Educ.	, , Centro do Guil	Centro do Guilhe	MA	Concluída	1
11836	(11836) 700112 - Esc. Educ. Infantil	Tipo B	Governador Nune	MA	Inacabada	63.32%
11837	(11837) 700065 - Esc. Educ.	, , Icatu - MA	CEI Icatu	MA	Concluída	1
11838	(11838) 702245 - Esc. Educ.	Avenida Doutor A	Matões do Norte	MA	Concluída	1
11838	702245 - ESC. EDUC. INFANTIL	AVENIDA DOUTOR A	Matões do Norte	MA	Concluída	
11839	(11839) 700096 - Esc. Educ.	Avenida Campo c	Peri Mirim	MA	Inacabada	78.33%
11840	(11840) 700057 - Esc. Educ. Infantil	Tipo B	Timbiras	MA	Concluída	1
11841	(11841) 701814 - Esc. Educ.	RUA DA PISTA, C	Tufilândia	MA	Inacabada	32.46%
12602	(12602) 702465 - 01 Esc. E	Avenida Agenor \	Brejo	MA	Concluída	1
12602	702465 - 01 ESC. EDUC. INFANTIL	AVENIDA AGENOR \	Brejo	MA	Concluída	
12624	(12624) 702477 - 01 Esc. E	Avenida Coronel	Alto Parnaíba	MA	Inacabada	52.39%
12625	(12625) 702455 - 01 Esc. E	, , Amarante do I	Amarante do Mai	MA	Inacabada	77.09%
12626	(12626) 702472 - 01 Esc. E	Avenida Antônio	Lago dos Rodrigu	MA	Concluída	1
12627	(12627) 702508 - 01 Esc. E	RUA OSWALDO F	Maranhãozinho	MA	Concluída	1
12628	(12628) 702516 - 01 Esc. E	Avenida Francis	Mirador	MA	Concluída	1
12629	(12629) 702541 - 01 Esc. E	Rua do Comércio	Miranda do Norte	MA	Concluída	1
12629	702541 - 01 ESC. EDUC. INFANTIL	RUA DO COMERCIO	Miranda do Norte	MA	Concluída	
12629	702541 - 01 ESC. EDUC. INFANTIL	RUA DO COMERCIO	Miranda do Norte	MA	Concluída	
12630	(12630) 702495 - 01 Esc. Educ. Infantil	Tipo B	Santa Luzia do P	MA	Concluída	1
12631	(12631) 702483 - 01 Esc. E	Rua Egito, vila ca	São Raimundo d	MA	Concluída	1
13081	(13081) 703007 - Escola de	, , Cajapió - MA	CEI Cajapió	MA	Obra Cancelada	0.00%
13119	657765 - ESCOLA INACIO	RUA GRANDE, 18	Alcântara	MA	Concluída	
13288	(13288) 702561 - Esc. Educ.	, , Aldeias Altas -	Aldeias Altas	MA	Concluída	1
13289	(13289) 702635 - Esc. Educ.	, , Bacurituba - M	Bacurituba	MA	Inacabada	37.24%
13290	(13290) 703249 - Esc. Educ.	, , Bom Jesus da	Bom Jesus das S	MA	Inacabada	21.21%
13291	(13291) 703065 - Esc. Educ.	, , Coroatá - MA	CEI Coroatá	MA	Inacabada	44.98%
13292	(13292) 703302 - Esc. Educ.	, , Duque Bacelar	Duque Bacelar	MA	Inacabada	84.72%
13293	(13293) 703205 - Esc. Educ.	, , Imperatriz - M	Imperatriz	MA	Concluída	1
13294	(13294) 703205 - Esc. Educ.	, , Imperatriz - M	Imperatriz	MA	Concluída	1
13295	(13295) 703289 - Esc. Educ.	Rua Pau Brasil, C	Lagoa do Mato	MA	Inacabada	80.87%
13296	(13296) 702586 - Esc. Educ.	, , Lagoa Grande	Lagoa Grande do	MA	Concluída	1
13297	(13297) 703059 - Esc. Educ.	, , Turiaçu - MA	CEI Turiaçu	MA	Inacabada	56.08%
13677	702482/2010 - ESPACO EDUCATIVO	POVOADO AROE	Vargem Grande	MA	Concluída	
17513	(17513) 700144/11 - Escola	Rua VP-19 - Bai	Bacabal	MA	Inacabada	35.65%
17514	(17514) 700091/11 - Esc de	Rua do Sol no ba	Barão de Grajaú	MA	Inacabada	20.01%
17516	(17516) 700228/11 - Escola	Av. dos Basílios,	Belágua	MA	Inacabada	82.85%
17520	(17520) 700224/11 - Escola	Bairro Bacuri, Ce	Buriti	MA	Inacabada	78.78%
17522	(17522) 700023/11 - E Edu	Avenida João da	Formosa da Serr	MA	Inacabada	91.98%
17524	(17524) 700027/11 - E Edu	, , Governador N	Governador New	MA	Inacabada	27.64%
17533	(17533) 700114/11 - Escola	Rua do Campo, C	Jatobá	MA	Inacabada	50.99%

				21031339	JI BRANCA DE NEVE		
				21031312	C E INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO		
1807	196517	2009	2009			20/07/2010	20/07/2010
3624	90174	2009	2009			13/04/2010	13/04/2010
1773	260614	2009	2009			21/05/2010	21/05/2010
2826	147125	2008	2009			04/12/2013	09/12/2013
2314	000035466-X	2009	2009			02/06/2010	02/06/2010
				21085188	CESG PROFª LOURDES GUSMAO		
				21085595	UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL JOSE MIRANDA BR		
				21269246	CENTRO DE ENSINO ALUIZIO AZEVEDO - ANEXO II		
				21269270	CENTRO DE ENSINO ALUISIO AZEVEDO - ANEXO I -		
2726	328871	2009	2010			17/06/2011	17/06/2011
2746	234222	2009	2010			30/07/2010	01/08/2010
1459	174793	2009	2010			13/02/2012	13/02/2012
20	697486	2010	2010			21/02/2011	21/02/2011
3642	213896	2008	2010			02/07/2010	05/07/2010
5794	369462	2009	2010			28/05/2012	04/06/2012
1638	483117	2009	2010			04/08/2011	04/08/2011
1807	000019980X	2009	2010			30/04/2014	30/04/2014
20	689424	2009	2010			28/04/2011	01/07/2011
1734	140724	2009	2010			24/06/2011	25/06/2011
				21201994	EM ERASMO MARCELINO LOPES		
566	312851	2009	2010			09/10/2017	10/10/2017
2725	104922	2009	2010			29/10/2014	29/10/2014
2449	172200	2008	2010			06/01/2011	06/01/2011
590	160113	2009	2010			08/04/2011	25/04/2011
				21274894	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL PROF		
		2009	2010				
554	552933	2009	2010			02/01/2015	02/01/2015
		2009	2010			25/07/2011	25/07/2011
2314	376256	2009	2010			27/12/2010	27/12/2010
2789	128740	2009	2010			20/05/2011	06/06/2011
562	260010	2009	2010			05/05/2011	05/05/2011
				21500363	UEB FRANCISCO CARNEIRO DE SOUSA		
				21272581	CENTRO DE ENSINO JOSE FURTADO BEZERRA - AN		
1638	000052813-7	2009	2010			01/03/2016	01/03/2016
3626	154024	2009	2010			30/06/2011	15/08/2011
2628	136891	2009	2010				
				21215022	JAR DE INF INACIO DE VIVEIROS RAPOSO		
1259	116068	2009	2010			07/07/2011	11/07/2011
2607	155985	2010	2010			14/08/2012	18/08/2012
		2009	2010				
2004	000027481X	2009	2010			17/08/2011	29/08/2011
1045	222259	2008	2010			26/05/2011	26/05/2011
554	561053	2010	2010			20/03/2012	20/03/2012
554	561053	2010	2010			20/03/2012	20/03/2012
2412	000012964-X	2009	2010			04/10/2013	11/10/2013
1087	000026430X	2009	2010			14/02/2011	14/02/2011
1807	208574	2008	2010			20/03/2012	20/03/2012
				21063397	EM TECLINA BURGOS DOS SANTOS		
528	419281	2009	2011			05/10/2011	01/04/2012
1491	110809	2009	2011			20/04/2016	02/05/2016
20	000074493-X	2009	2011			21/07/2014	22/07/2014
1677	119830	2009	2011			10/07/2012	10/07/2012
568	250945	2009	2011			20/01/2012	20/02/2012
2314	383562	2009	2011			24/02/2012	06/04/2012
1312	194891	2008	2011			17/02/2012	17/02/2012

Municipal	CONVENIO	23400010979200	0	658645	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	6209,17
Municipal	CONVENIO	23400010715200	6,61	658728	Escola de Educaç	PREF MUN DE LC	1172,93
Municipal	CONVENIO	23400007675200	585	658670	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	635198,52
Municipal	CONVENIO	23400003685200	5758,96	657463	Escola de Educaç	PREF MUN DE MA	561668,94
Municipal	CONVENIO	23400012780200	6249,2	658724	Escola de Educaç	PREF MUN DE ZE	6198,57
AZ							
- CACHIMBOS							
- TABOCA DA ONCA							
Municipal	CONVENIO	23400004020200	0	701834	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	669880,26
Municipal	CONVENIO	23400010191200	0	700082	Escola de Educaç	PREF MUN DE TU	611069,74
Municipal	CONVENIO	23400015012200	0	700098	Escola de Educaç	PREF MUN DE AF	600663,15
Municipal	CONVENIO	23400005709201	369,51	702364	Escola de Educaç	PREF MUN DE AF	639170,99
Municipal	CONVENIO	23400007044200	63,23	700059	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	630346,37
Municipal	CONVENIO	23400011882200	0	702258	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	306829
Municipal	CONVENIO	23400005019200	0	701977	Escola de Educaç	PREF MUN DE CE	340688,36
Municipal	CONVENIO	23400010233200	575563,34	700112	Escola de Educaç	PREF MUN DE GO	644553,28
Municipal	CONVENIO	23400011040200	23223,98	700065	Escola de Educaç	PREF MUN DE IC	313027,58
Municipal	CONVENIO	23400007661200	0	702245	Escola de Educaç	PREF MUN DE MA	336282,81
Municipal	CONVENIO	23400013320200	1536,13	700096	Escola de Educaç	PREF MUN DE PE	313027,58
Municipal	CONVENIO	23400013169200	6139,96	700057	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	656073,73
Municipal	CONVENIO	23400000794200	0,01	701814	Escola de Educaç	PREF MUN DE TU	660269,79
Municipal	CONVENIO	23400013625200	27,79	702465	Escola de Educaç	PREF MUN DE BF	312892,53
a MARIA DE JESUS CALDAS FURTADO							
Municipal	CONVENIO	23400009899200965		702477	Escola de Educaç	PREF MUN DE ALTO PARNAIBA	
Municipal	CONVENIO	23400015954200	16,13	702455	Escola de Educaç	PREF MUN DE AM	307101,63
Municipal	EMENDAS	23400012802200900		702472	Escola de Educaç	PREF MUN DE LAGO DOS RODRIG	
Municipal	CONVENIO	23400010306200	0	702508	Escola de Educaç	PREF MUN DE MA	659004,7
Municipal	CONVENIO	23400010501200	0	702516	Escola de Educaç	PREF MUN DE MA	341291,11
Municipal	CONVENIO	23400015948200	0	702541	Escola de Educaç	PREF MUN DE MA	13254,01
EXO I - COMERCIO							
Municipal	CONVENIO	23400011863200	0	702495	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	307712,12
Municipal	CONVENIO	23400010523200	0	702483	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	666191,33
Municipal	CONVENIO	23400010694200	19,04	703007	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	306829,01
Municipal	CONVENIO	23400010216200	0	702561	Escola de Educaç	PREF MUN DE AL	648238,34
Municipal	CONVENIO	23400008432201	0	702635	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	308871,82
Municipal	CONVENIO	23400007673200920		703249	Escola de Educaç	PREF MUN DE BOM JESUS DAS SE	
Municipal	CONVENIO	23400013247200	0	703065	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	669327,74
Municipal	CONVENIO	23400001176200	2290,06	703302	Escola de Educaç	PREF MUN DE DI	670810,31
Municipal	CONVENIO	23400005267201	0	703205	Escola de Educaç	PREF MUN DE IM	11994,83
Municipal	CONVENIO	23400005267201	0	703205	Escola de Educaç	PREF MUN DE IM	11994,83
Municipal	CONVENIO	23400015607200	0	703289	Escola de Educaç	PREF MUN DE LA	643015,89
Municipal	CONVENIO	23400010855200	0	702586	Escola de Educaç	PREF MUN DE LA	298701,15
Municipal	CONVENIO	23400001143200	239113,58	703059	Escola de Educaç	PREF MUN DE TU	654769,5
Municipal	CONVENIO	23400015604200	2805,96	700144	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	630420,22
Municipal	CONVENIO	23400013505200	6245,61	700091	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	608521,72
Municipal	CONVENIO	23400013790200	2,46	700228	Escola de Educaç	PREF MUN DE BE	307369,69
Municipal	CONVENIO	23400011007200	0	700224	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	307364,94
Municipal	CONVENIO	23400015032200	204,64	700023	Escola de Educaç	PREF MUN DE FO	598021,38
Municipal	CONVENIO	23400010111200	0	700027	Escola de Educaç	PREF MUN DE GO	590214,48
Municipal	CONVENIO	23400003181200	1798,64	700114	Escola de Educaç	PREF MUN DE JA	543156,54

620917	10/10/2012
1243575,27	31/12/2016
1257818,85	22/08/2018
1112215,72	06/11/2015
619856,58	16/03/2012
1326495,57	02/05/2014
1210914,77	04/06/2014
1201326,31	05/06/2014
1265685,14	24/01/2014
1248210,63	13/12/2012
613658,01	20/03/2014
1323061,59	16/09/2014
1277035,43	
619856,58	06/08/2014
1305952,68	03/10/2017
619856,58	26/02/2019
1312147,45	16/12/2016
1307464,93	28/01/2015
619589,18	05/06/2012
614203,25	05/11/2018
UES	02/09/2014
1304959,8	03/06/2014
1325401,7	08/02/2019
1325401,46	06/08/2013
609330,93	01/08/2016
1319190,76	15/02/2016
613658,01	
1283640,28	17/12/2018
611627,37	20/07/2015
LVAS	
1325401,46	14/06/2013
1328337,25	05/12/2018
1199482,67	24/02/2015
1199482,67	01/04/2015
1273298,79	16/04/2019
591487,44	28/05/2014
1296573,26	29/06/2014
1260840,44	02/06/2014
1217043,44	19/11/2018
614739,39	18/04/2016
614729,89	12/09/2016
1196042,76	02/12/2015
1180428,97	20/07/2015
1086313,09	29/05/2018

17534	(17534) 700029/11 - Escola	Rua Diortino Sar	Nina Rodrigues	MA	Inacabada	67.30%
17535	(17535) 700117/11 - Escola	, , Palmeirândia	Palmeirândia	MA	Concluída	1
17536	(17536) 700201/11 - Escola	Rua Dom Afonso	Pinheiro	MA	Inacabada	24.35%
17974	(17974) 700321/11 - Escola	, , Cachoeira Gra	Cachoeira Grand	MA	Concluída	1
17978	(17978) 700323/11 - Escola	Travessa Chico M	Grajaú	MA	Concluída	1
18047	ESCOLA JOSE DE RIBAMAR	AVENIDA RIO BR	Vila Nova dos Ma	MA	Concluída	
18082	(18082) rua 01	Rua Presidente C	São Pedro da Ág	MA	Inacabada	71.91%
18094	(18094) Av. Aristides Souza	Avenida Aristides	Montes Altos	MA	Inacabada	53.46%
18096	(18096) AVENIDA PRESIDE	Avenida Presiden	Vila Nova dos Ma	MA	Inacabada	60.38%
18098	(18098) Rua São Pedro	Rua São Pedro, p	São Francisco do	MA	Obra Cancelada	0.00%
18179	SAO FRANCISCO DE ASSIS	RUA DOM PEDRO	Nova Olinda do M	MA	Concluída	
18341	TERRENO DO IRACI	AV. CASTELO BR	Vargem Grande	MA	Concluída	
18341	TERRENO DO IRACI	AV. CASTELO BR	Vargem Grande	MA	Concluída	
18435	U I NOSSA S DE FATIMA	RUA DA FELICID	Tutóia	MA	Concluída	
18435	U I NOSSA S DE FATIMA	RUA DA FELICID	Tutóia	MA	Concluída	
18436	PRACA GETULIO VARGAS	RUA DA FELICID	Tutóia	MA	Concluída	
18436	PRACA GETULIO VARGAS	RUA DA FELICID	Tutóia	MA	Concluída	
18444	IMOVEL ESCOLA RENATO A	RUA CARLOS PAI	Codó	MA	Concluída	
18444	IMOVEL ESCOLA RENATO A	RUA CARLOS PAI	Codó	MA	Concluída	
18575	RUA DOM MOTO	RUA DOM MOTO	Buriticupu	MA	Concluída	
18575	RUA DOM MOTO	RUA DOM MOTO	Buriticupu	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18830	UI ANTONIO JOSE NEVES I	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
18839	LOTE URBANO.ROSEANA S	AVENIDA ESPER	São João do Sote	MA	Concluída	
18839	LOTE URBANO.ROSEANA S	AVENIDA ESPER	São João do Sote	MA	Concluída	
18839	LOTE URBANO.ROSEANA S	AVENIDA ESPER	São João do Sote	MA	Concluída	
18880	QUADRA DO AGNELO	RUA PRESIDENT	Governador Eugé	MA	Concluída	
18880	QUADRA DO AGNELO	RUA PRESIDENT	Governador Eugé	MA	Concluída	
18889	U.I. PROFESSORA ANNA M.	RUA DO SOL, S/I	Alto Alegre do Pii	MA	Concluída	
18891	GINASIO POLIESPORTIVO	POVOADO OLHO	Conceição do Laç	MA	Concluída	
18891	GINASIO POLIESPORTIVO	POVOADO OLHO	Conceição do Laç	MA	Concluída	
18939	(18939) proprio	RUA FELIPE GOM	Cândido Mendes	MA	Inacabada	26.82%
19051	(19051) Nova Coroatá	Rua São Francisc	Coroatá	MA	Inacabada	34.71%
19060	(19060) BAIRRO VILA MAR	Rua Santa Rita, p	Imperatriz	MA	Concluída	1
19063	(19063) Sanharol	Rua Mármore S/I	Imperatriz	MA	Concluída	1
19064	(19064) BAIRRO SANTA IN	RUA DOS TUCAN	Imperatriz	MA	Concluída	1
19098	(19098) LOTE URBANO	TRAVESSA CASC	São João do Sote	MA	Concluída	1
19227	(19227) CRECHE NAZARÉ<	RUA PRINCIPAL,	Santa Filomena c	MA	Concluída	1
19382	(19382) CRECHE BAIRRO M	Avenida Marecha	Araguanã	MA	Obra Cancelada	0.00%
19427	(19427) CRECHE PROFESS	RUA GURUPI, VII	Itinga do Maranh	MA	Concluída	1
19427	CRECHE PROFESSORA LUZ	RUA GURUPI, S/I	Itinga do MA	MA	Concluída	
19459	(19459) Escola infantil - Tir	RUA JOSE ANTOI	Timbiras	MA	Inacabada	45.67%
19515	(19515) Jardim	Rua Principal, Po	Tutóia	MA	Concluída	1
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	

2762	164828	2010	2011			10/01/2012	16/01/2012
2607	158763	2009	2011			04/01/2012	04/01/2012
566	000032986X	2010	2011			16/02/2012	16/02/2012
2555	314250	2009	2011			18/06/2012	18/06/2012
568	000025584-X	2010	2011			16/04/2012	16/04/2012
				21094691	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSE		
554	581089	2011	2011			14/11/2011	15/11/2011
554	581062	2011	2011			28/11/2011	28/11/2011
554	581097	2011	2011			26/10/2011	26/10/2011
554	908541	2011	2011			04/11/2011	07/11/2011
				21264872	COMPLEXO EDUCACIONAL SAO FRANCISCO DE ASS		
				21063826	EMEB IRACI SILVA PEREIRA		
				21248796	EMEB SAO JOSE		
				21234272	UNIDADE EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FATI		
				21283842	INSTITUTO SUPERIOR DO MARANHAO ISMA		
				21234272	UNIDADE EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FATI		
				21283842	INSTITUTO SUPERIOR DO MARANHAO ISMA		
				21231451	UI MUNICIPAL RENATO ARCHER		
				21146934	EM NSA SRA DA VITORIA		
				21231630	UI JUSCELINO KUBITSCHKE		
				21081522	UI SARA KUBITSCHKE		
				21034192	UI SANTO HILARIO		
				21034265	UI JOSECILIO ARAUJO SILVA		
				21034320	UI LUZIA ALVES RODRIGUES		
				21034494	UI SAO BENEDITO		
				21034966	UI CLEMENTINO RAMOS		
				21236879	U I ILARIO GOMES		
				21270929	U I SAO SEBASTIAO		
				21034435	COLEGIO PADRE JOSE DE ANCHIETA		
				21034532	UI IRMA AUXILIADORA		
				21034931	COLEGIO DARCY VARGAS		
				21035059	UI SAO JOSE		
				21251460	UI DEMETRIO ARAUJO CERVEIRA		
				21034613	COLEGIO VICENTE FONSECA		
				21210349	UI LUCAS CARDOSO VERAS		
				21247013	APAE SAO JOAO DO SOTER ESC IRMA RAFAELA MO		
				21232903	UIM GOVERNADORA ROSEANA SARNEY		
				21259445	CENTRO DE ENSINO INACIO ROCHA		
				21130060	UI PROFESSORA RAIMUNDA FELIX		
				21129657	UE AGNELO VIEIRA CHAVES		
				21230595	UI PROFESSORA ANNA MARIA PATELLO SALDANHA		
				21055270	EM RAIMUNDO NONATO MENESES		
				21197660	ESCOLA MUNICIPAL PAULO REGLUS NEVES FREIRE		
2314	505870	2011	2011			17/11/2011	21/11/2011
2004	397830	2011	2011			12/09/2011	20/09/2011
554	587265	2011	2012			09/11/2012	09/11/2012
554	569755	2011	2012			20/03/2012	20/03/2012
554	569755	2011	2012			09/11/2012	09/11/2012
124	427446	2011	2011			14/09/2011	14/10/2011
2614	000021292X	2011	2011			11/11/2011	16/11/2011
2314	505862	2011	2011			30/12/2011	30/12/2011
5676	423602	2011	2011			01/03/2012	21/03/2012
				21195277	CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA LUZIA BOTELHO		
2725	109258	2011	2011			28/10/2014	28/10/2014
2746	250627	2011	2011			23/01/2012	25/01/2012
				21034192	UI SANTO HILARIO		
				21034265	UI JOSECILIO ARAUJO SILVA		

[illegible]

[illegible]

19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19515	JARDIM	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	(19608) Porto de Areia	Rua Principal, Po	Tutóia	MA	Concluída	1
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19608	PORTO DE AREIA	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
19654	(19654) BAIRRO SALES	RUA DA BAIXADA	Nova Olinda do M	MA	Inacabada	44.38%
19759	(19759) RUA PERNAMBUCO	Avenida Presiden	Ribamar Fiquene	MA	Inacabada	67.34%
19873	(19873) CRECHE MUNICIPAL	RUA DO CAMPO,	São João do Car	MA	Inacabada	39.17%
19894	(19894) Avenida José Maria	Avenida José Ma	Governador Edis	MA	Inacabada	20.62%
19922	(19922) RUA DOS IPÊS	RUA DOS IPÊS, ,	Campestre do M	MA	Concluída	1
19922	RUA DOS IPES	RUA DOS IPES, ,	Campestre do M	MA	Concluída	
19985	(19985) CRECHE PROINFÂ	ALAMEDA LUIS C	Sucupira do Nort	MA	Inacabada	87.85%
20049	(20049) Imóvel Rua do Por	Rua do Poraque,	Codó	MA	Concluída	1
20085	(20085) Bairro Novo Bacab	Avenida A, Centr	Bacabal	MA	Concluída	1
20105	(20105) NOVA AÇAILÂNDIA	Rua SAO FRANC	Açailândia	MA	Inacabada	1
20129	(20129) UNIDADE DE EDUC	Rua do campo, V	Cidelandia	MA	Inacabada	54.23%
20167	(20167) Creche do bairro C	Rua Sargento Os	Riachão	MA	Concluída	1
20191	(20191) Creche Vila Sarney	Vila Sarney, Mar	São Luís	MA	Execução	8.21%
20207	(20207) CRECHE BAIRRO C	Rua 15 de Dezen	João Lisboa	MA	Execução	81.97%
20235	(20235) Creche	Rua Caetano da	Luís Domingues	MA	Inacabada	53.90%
22645	QUADRA DO BAIRRO PLAN	RUA SAO MIGUE	Açailândia	MA	Concluída	
22645	QUADRA DO BAIRRO PLAN	RUA SAO MIGUE	Açailândia	MA	Concluída	
22646	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO PLACA	Araioses	MA	Concluída	
22655	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA PANTA	Codó	MA	Concluída	
22656	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA SAO RAIMU	Coelho Neto	MA	Concluída	
22664	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA FRANCISCO	Mata Roma	MA	Concluída	
22664	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA FRANCISCO	Mata Roma	MA	Concluída	
22664	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA FRANCISCO	Mata Roma	MA	Concluída	
22664	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA FRANCISCO	Mata Roma	MA	Concluída	
22671	QUADRA POLIESPORTIVA I	RUA PENALVA, ,	Zé Doca	MA	Concluída	
22671	QUADRA POLIESPORTIVA I	RUA PENALVA, 7	Zé Doca	MA	Concluída	
22672	QUADRA POLIESPORTIVA I	POVOADO NOVA	Zé Doca	MA	Concluída	
22672	QUADRA POLIESPORTIVA I	POVOADO NOVA	Zé Doca	MA	Concluída	
22673	QUADRA POLIESPORTIVA I	RUA DO SOL, 16	Zé Doca	MA	Concluída	
22673	QUADRA POLIESPORTIVA I	RUA DO SOL, 10	Zé Doca	MA	Concluída	

				21034320	UI LUZIA ALVES RODRIGUES	
				21034494	UI SAO BENEDITO	
				21034966	UI CLEMENTINO RAMOS	
				21236879	U I ILARIO GOMES	
				21270929	U I SAO SEBASTIAO	
				21034435	COLEGIO PADRE JOSE DE ANCHIETA	
				21034532	UI IRMA AUXILIADORA	
				21034931	COLEGIO DARCY VARGAS	
				21035059	UI SAO JOSE	
				21251460	UI DEMETRIO ARAUJO CERVEIRA	
				21034613	COLEGIO VICENTE FONSECA	
				21210349	UI LUCAS CARDOSO VERAS	
2746	253642	2011	2011		23/01/2012	24/01/2012
				21034192	UI SANTO HILARIO	
				21034265	UI JOSECILIO ARAUJO SILVA	
				21034320	UI LUZIA ALVES RODRIGUES	
				21034494	UI SAO BENEDITO	
				21034966	UI CLEMENTINO RAMOS	
				21236879	U I ILARIO GOMES	
				21270929	U I SAO SEBASTIAO	
				21034435	COLEGIO PADRE JOSE DE ANCHIETA	
				21034532	UI IRMA AUXILIADORA	
				21034931	COLEGIO DARCY VARGAS	
				21035059	UI SAO JOSE	
				21251460	UI DEMETRIO ARAUJO CERVEIRA	
				21034613	COLEGIO VICENTE FONSECA	
				21210349	UI LUCAS CARDOSO VERAS	
2314	385956	2011	2011		25/11/2011	01/12/2011
3280	248711	2011	2011		16/11/2011	01/12/2011
1651	187739	2011	2011			
3280	000025343X	2011	2011		11/11/2011	14/11/2011
3625	224499	2011	2011		24/10/2011	25/10/2011
				21283311	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL JOAC	
2789	133981	2011	2011		17/11/2011	21/11/2011
248	304336	2011	2011		29/09/2011	04/10/2011
528	422851	2011	2011		12/12/2011	12/12/2011
1311	416304	2011	2011		28/11/2011	02/01/2012
1311	423599	2011	2011		27/10/2011	01/11/2011
4408	98663	2011	2011		24/04/2014	24/04/2014
3846	71382	2011	2013		23/03/2019	23/03/2019
2787	000021809X	2011	2011		26/01/2016	26/01/2016
5794	385948	2011	2011		20/10/2011	20/10/2011
				21284067	CRECHE HELIO MACEDO DE FREITAS	
				21500061	EM JOSE EGIDIO QUINTAL FILHO	
				21268657	CENTRO EDUCACIONAL RAIMUNDO NONATO SILVA	
				21275394	EM ROSANGELA MARIA MOURA FREITAS	
				21153280	EM LEOZINHO SABIDO ORLANDO ALBUQUERQUE	
				21143030	COL MARCELINO MONTELES	
				21220867	COL MARIA MORENO LIMA	
				21277788	EM JOSE DE MORAES FORTES	
				21143080	JARDIM DE INFANCIA BRANCA DE NEVE	
				21284016	CRECHE MUNICIPAL FLOR JASMIM	
				21087229	EM SAO FRANCISCO DE CANINDE	
				21231508	EM SONHO INFANTIL	
				21278040	CRECHE MUNICIPAL MARIA ALVES COSTA	
				21234043	EM JOAO EVANGELISTA	
				21086605	EM PRINCESA ISABEL	

[illegible]

25136	(25136) ÁREA RESIDENCIAL PADRE RISSO<	Pinheiro	MA	Execução	63.62%	
25137	(25137) ÁREA EDVALDO MORAES	Pinheiro	MA	Execução	88.19%	
25138	(25138) ÁREA VILA FILUCA RUA PROJETADA	Pinheiro	MA	Execução	55.51%	
25139	(25139) ÁREA PARAISO RUA DA ESCOLA,	Pinheiro	MA	Execução	85.94%	
25141	(25141) PAC 2 - CRECHE/P RUA DO RECANT	Presidente Sarne	MA	Concluída	96.15%	
25142	(25142) PAC 2 - CRECHE/P RUA DO CAMPO,	São Benedito do	MA	Inacabada	43.52%	
25143	(25143) PAC 2 - CRECHE/P avenida brasil, C	São Benedito do	MA	Inacabada	50.72%	
25144	(25144) PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCOLA 003<	Coelho Neto	MA	Inacabada	68.88%	
25145	(25145) PAC 2 - CRECHE/P rua dos flamboy	Coelho Neto	MA	Inacabada	57.25%	
25146	(25146) PAC 2 - CRECHE/P travessa são bra	Coelho Neto	MA	Inacabada	56.00%	
25147	(25147) PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCOLA 005<	Coelho Neto	MA	Inacabada	51.40%	
25148	(25148) PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCOLA 001<	Coelho Neto	MA	Inacabada	46.21%	
25149	(25149) PAC 2 - CRECHE/P AVENIDA 01, Pal	Coroatá	MA	Obra Cancelada	0.00%	
25150	(25150) PAC 2 - CRECHE/P Rua Francisco Al	São Francisco do	MA	Execução	66.44%	
25151	(25151) PAC 2 - CRECHE/P Rua Itaúna, Cent	São Domingos d	MA	Concluída		1
25151	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC RUA ITAUNA, S/I	São Domingos d	MA	Concluída		
25152	(25152) PAC 2 - CRECHE/P Rua da Boa Vista	São Domingos d	MA	Concluída		1
25152	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC RUA DA BOA VIS	São Domingos d	MA	Concluída		
25153	(25153) PAC 2 - CRECHE/P , Turiúba, São Jo	São José de Riba	MA	Concluída		1
25154	(25154) PAC 2 - CRECHE/P Av.01, Alto do Tu	São José de Riba	MA	Concluída		1
25155	(25155) PAC 2 - CRECHE/P RUA DESEMBAR	São José de Riba	MA	Concluída		1
25156	(25156) PAC 2 - CRECHE/P Avenida Paraíso,	São José de Riba	MA	Concluída		1
25156	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC AVENIDA PARAÍ	São José de Riba	MA	Concluída		
25157	(25157) PAC 2 - CRECHE/P Rua signo de cap	São José de Riba	MA	Concluída		1
25158	(25158) PAC 2 - CRECHE/P Rua São Pedro, E	Altamira do Mara	MA	Obra Cancelada	0.00%	
25159	(25159) PAC 2 - CRECHE/P Rua Sao Sebastião	Amarante do Mai	MA	Inacabada	58.45%	
25160	(25160) PAC 2 - CRECHE/P Rua São Francisc	Amarante do Mai	MA	Inacabada	51.95%	
25161	(25161) PAC 2 - CRECHE/P COMUNIDADE M	Buriti	MA	Inacabada	55.00%	
25162	(25162) PAC 2 - CRECHE/P SÃO FRANCISCO	Buriti	MA	Inacabada	50.00%	
25163	(25163) PAC 2 - CRECHE/P Travessa do Para	Fortuna	MA	Inacabada	81.56%	
25164	(25164) Creche e Pré Escol RUA do Campo, F	Humberto de Car	MA	Obra Cancelada	0.00%	
25165	(25165) PAC 2 - CRECHE/P AVENIDA JURAC	São Luís Gonzag	MA	Concluída		1
25165	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC AVENIDA JURAC	São Luís Gonzag	MA	Concluída		
25166	(25166) PAC 2 - CRECHE/P Avenida Presiden	Sítio Novo	MA	Obra Cancelada	0.00%	
25167	(25167) PAC 2 - CRECHE/P AC Miranda do N	Miranda do Norte	MA	Concluída		1
25168	(25168) PAC 2 - CRECHE/P Rua Angelica, Se	Penalva	MA	Inacabada	33.15%	
25169	(25169) PAC 2 - CRECHE/P Rua Roseana Sar	Penalva	MA	Inacabada	41.95%	
25170	(25170) PAC 2 - CRECHE/P RUA DO CAMPO,	Timbiras	MA	Inacabada	40.57%	
25171	(25171) CRECHE DO ROSA Travessa da Telm	Vargem Grande	MA	Concluída		1
25172	(25172) PAC 2 - CRECHE/P RUA BARCELONA	Rosário	MA	Execução	76.67%	
25173	(25173) PAC 2 - CRECHE/P RUA DEPUTADO	Santa Helena	MA	Obra Cancelada	0.00%	
25174	(25174) PAC 2 - CRECHE/P AVENIDA PANTA	Codó	MA	Concluída		1
25174	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC AVENIDA PANTA	Codó	MA	Concluída		
25175	(25175) PAC 2 - CRECHE/P RUA DO MATAD	Codó	MA	Concluída		1
25176	(25176) PAC 2 - CRECHE/P rua Airton Sena,	Codó	MA	Concluída		1
25177	(25177) PAC 2 - CRECHE/P RUA GONÇALVES	São Bento	MA	Obra Cancelada	0.00%	
25178	(25178) CRECHE BAIRRO C Rua do Campo V	Tuntum	MA	Concluída		1
25179	(25179) CRECHE DESEMBA Rua Humberto Al	Tuntum	MA	Concluída		1
25180	(25180) PAC 2 - CRECHE/P RUA SEBASTIÃO	Chapadinha	MA	Execução	78.29%	
25181	(25181) PAC 2 - CRECHE/P RUA MAGALHÃES	Paulino Neves	MA	Inacabada	42.31%	
25182	(25182) CRECHE SAO FRANCISCO	Zé Doca	MA	Concluída		1
25183	(25183) PAC 2 - CRECHE/P Povoado Baixão	Araioses	MA	Inacabada	51.30%	
25184	(25184) PAC 2 - CRECHE/P Povoado Carnaut	Araioses	MA	Inacabada	64.93%	
25185	(25185) PAC 2 - CRECHE/P Rua São Benedit	Alto Alegre do M	MA	Concluída		1
25185	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC RUA SAO BENED	Alto Alegre do M	MA	Concluída		
25186	(25186) PAC 2 - CRECHE/P Rua A-01 c/ Rua	São Vicente Ferr	MA	Inacabada	37.40%	
25190	(25190) CRECHE DO BAIRRO Rua São Miguel,	Açailândia	MA	Concluída		1

566	354597	2012	2012			14/06/2018	14/06/2018
566	354597	2012	2012			14/06/2018	14/06/2018
566	354597	2012	2012			14/06/2018	14/06/2018
566	354597	2012	2012			14/06/2018	14/06/2018
566	354600	2012	2012			28/06/2012	09/07/2012
1773	317799	2012	2012			23/09/2013	25/09/2013
1773	317799	2012	2012			23/09/2013	25/09/2013
1045	288136	2012	2012			06/08/2014	11/08/2014
1045	288136	2012	2012			06/08/2014	06/08/2014
1045	288136	2012	2012			06/08/2014	06/08/2014
1045	288136	2012	2012			06/08/2014	06/08/2014
1045	288136	2012	2012			06/08/2014	06/08/2014
2004	397814	2012	2012				
2618	83259	2012	2012			25/03/2015	30/03/2015
2614	000023270X	2012	2012			17/09/2012	17/09/2012
				21280630	CRECHE ADALGISA LOPES		
2614	000023270X	2012	2012			17/09/2012	17/09/2012
				21280584	CRECHE MUNICIPAL PROF RAIMUNDA LUCENA		
2645	292095	2012	2012			25/01/2013	28/01/2013
2645	292095	2012	2012			25/02/2013	01/03/2013
2645	292095	2012	2012			10/02/2014	10/02/2014
2645	292095	2012	2012			25/01/2013	01/03/2013
				21256152	EC VALE DO SABER		
2645	292095	2012	2012			09/12/2013	09/12/2013
2782	184500	2012	2012				
554	614157	2012	2012			10/08/2012	10/08/2012
554	614157	2012	2012			05/01/2015	05/01/2015
1677	128260	2012	2012			10/07/2012	10/07/2012
1677	128260	2012	2012			10/07/2012	30/07/2012
2614	232696	2012	2012			09/07/2012	10/07/2012
2972	538248	2012	2012				
2647	124249	2012	2012			18/06/2012	18/06/2012
				21284130	CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA MARIA FERNAND		
568	268372	2012	2012			13/07/2012	16/07/2012
562	311383	2012	2012			14/05/2012	14/05/2012
20	784249	2012	2012			12/07/2012	12/07/2012
20	784249	2012	2012			12/07/2012	12/07/2012
2725	112984	2012	2012			29/10/2014	29/10/2014
2762	179787	2012	2012			28/09/2012	28/09/2012
2555	000033300X	2012	2012			23/02/2018	05/03/2018
1807	000033300X	2012	2012				
248	000033233X	2012	2012			13/07/2012	13/07/2012
				21275394	EM ROSANGELA MARIA MOURA FREITAS		
248	000033233X	2012	2012			16/07/2012	16/07/2012
248	000033233X	2012	2012			13/07/2012	18/07/2012
2607	168939	2012	2014				
2743	186325	2012	2012			10/07/2012	10/07/2012
2743	186325	2012	2012			10/07/2012	10/07/2012
1773	317764	2012	2012			14/06/2018	24/06/2018
2746	260223	2012	2012			20/06/2012	20/06/2012
2314	000040683X	2012	2012			06/07/2017	15/07/2017
1459	000018988X	2012	2012			01/12/2012	01/12/2012
1459	000018988X	2012	2012			01/12/2012	01/12/2012
2651	220868	2012	2012			28/06/2012	28/06/2012
				21277362	CRECHE MUNICIPAL NATIANY VIEIRA AROSO		
2628	153141	2012	2012			31/05/2013	31/05/2013
1311	444235	2012	2012			27/06/2012	27/06/2012

Municipal	PAC2	23400000175201	37215,09	PAC2 2704/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PI	683003,99
Municipal	PAC2	23400000175201	37215,09	PAC2 2704/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PI	305172,71
Municipal	PAC2	23400000175201	37215,09	PAC2 2704/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PI	508620,05
Municipal	PAC2	23400000175201	37215,09	PAC2 2704/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PI	363299,99
Municipal	PAC2	23400000176201	53,97	PAC2 2705/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PF	0
Municipal	PAC2	23400000179201	96676,31	PAC2 2706/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	715356,72
Municipal	PAC2	23400000179201	96676,31	PAC2 2706/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	724315,74
Municipal	PAC2	23400000164201	13327,79	PAC2 2707/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	360380,27
Municipal	PAC2	23400000164201	13327,79	PAC2 2707/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	0,01
Municipal	PAC2	23400000164201	13327,79	PAC2 2707/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	720760,54
Municipal	PAC2	23400000164201	13327,79	PAC2 2707/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	720760,55
Municipal	PAC2	23400000164201	13327,79	PAC2 2707/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	724388,1
Municipal	PAC2	23400000165201	0	PAC2 2708/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	994658,74
Municipal	PAC2	23400000182201	581346,57	PAC2 2675/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	580821,77
Municipal	PAC2	23400000181201	0	PAC2 2676/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0,01
Municipal	PAC2	23400000181201	0	PAC2 2676/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0,01
Municipal	PAC2	23400000183201	529259,19	PAC2 2677/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0,01
Municipal	PAC2	23400000183201	529259,19	PAC2 2677/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0
Municipal	PAC2	23400000183201	529259,19	PAC2 2677/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	203192,14
Municipal	PAC2	23400000183201	529259,19	PAC2 2677/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0
Municipal	PAC2	23400000183201	529259,19	PAC2 2677/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	67316,34
Municipal	PAC2	23400000155201	70,16	PAC2 2713/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AL	505640,42
Municipal	PAC2	23400000157201	0	PAC2 2714/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AM	328394,88
Municipal	PAC2	23400000157201	0	PAC2 2714/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AM	656793,57
Municipal	PAC2	23400000159201	0	PAC2 2715/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	304241,94
Municipal	PAC2	23400000159201	0	PAC2 2715/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	339432,18
Municipal	PAC2	23400000168201	8870,03	PAC2 2716/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE FO	1163250,24
Municipal	PAC2	23400000170201	0	PAC2 2717/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE HU	540041,28
Municipal	PAC2	23400000184201	0	PAC2 2718/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0
IES FREITAS							
Municipal	PAC2	23400000186201	4899,6	PAC2 2719/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SI	1162480,51
Municipal	PAC2	23400000172201	0	PAC2 2732/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE MI	0
Municipal	PAC2	23400000174201	1,7	PAC2 2726/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PE	331621,55
Municipal	PAC2	23400000174201	1,7	PAC2 2726/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PE	626191,43
Municipal	PAC2	23400000187201	189,06	PAC2 2728/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	726610,76
Municipal	PAC2	23400000189201	0	PAC2 2729/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE VA	0
Municipal	PAC2	23400000177201	43331,03	PAC2 2709/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE RO	416268,47
Municipal	PAC2	23400000178201	0	PAC2 2710/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	679963,93
Municipal	PAC2	23400000163201	188029,03	PAC2 2711/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	0
Municipal	PAC2	23400000163201	188029,03	PAC2 2711/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	0
Municipal	PAC2	23400000180201264		PAC2 10890/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SAO BENTO	
Municipal	PAC2	23400000188201	0	PAC2 2730/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TU	0,01
Municipal	PAC2	23400000188201	0	PAC2 2730/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TU	0
Municipal	PAC2	23400000162201	281381,26	PAC2 2727/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CH	291570,72
Municipal	PAC2	23400000173201	283,31	PAC2 2734/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PA	155302,45
Municipal	PAC2	23400000190201	167,29	PAC2 2731/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE ZE	72480,06
Municipal	PAC2	23400000158201	0	PAC2 2720/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AF	247322,55
Municipal	PAC2	23400000158201	0	PAC2 2720/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AF	130813,44
Municipal	PAC2	23400000156201	0	PAC2 2721/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AL	0
Municipal	PAC2	23400000185201	4938,11	PAC2 2722/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	363300
Municipal	PAC2	23400000154201	7210,94	PAC2 2678/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AC	434836,31

1453199,98	07/03/2020
1453203,4	01/04/2020
1453200,44	07/03/2020
1453199,96	07/03/2020
1351454,53	05/06/2014
1430713,45	22/07/2015
1448631,48	22/07/2015
1441521,08	17/12/2018
1441521,08	17/12/2018
1441521,08	17/12/2018
1441521,08	17/12/2018
1448776,2	17/12/2018
1243323,42	
1452054,42	30/03/2020
1453993,08	26/07/2013
1453704,04	26/07/2013
1450192,72	04/12/2014
679084,65	10/04/2015
1451372,43	26/12/2019
679916,24	19/01/2015
1346326,8	23/12/2019
632050,52	
1313579,5	02/07/2019
1313587,13	23/06/2019
676093,2	02/03/2020
678864,35	02/03/2020
1454062,8	20/11/2015
675051,6	
679963,93	01/07/2015
1453100,64	
1331978,08	14/04/2016
1326486,15	16/04/2019
1304565,48	17/04/2019
1453221,52	11/08/2016
673709,12	29/05/2014
1435408,5	01/04/2020
679963,93	
1243338,42	07/05/2019
1243321,92	27/04/2018
1243322,75	08/10/2015
1335339,91	26/11/2013
1335324,26	26/11/2013
1267698,76	10/03/2020
621209,8	26/12/2016
1449601,1	06/07/2018
1454838,53	22/02/2019
1454196,32	18/02/2019
1454255,2	26/11/2013
1453200	13/08/2018
1449454,39	19/03/2018

25190	CRECHE DO BAIRRO PLANALTO	RUA SAO MIGUEL	Açailândia	MA	Concluída	
25190	CRECHE DO BAIRRO PLANALTO	RUA SAO MIGUEL	Açailândia	MA	Concluída	
25191	(25191) CRECHE DO RESIDENCIAL	Avenida Kennedy	Açailândia	MA	Concluída	1
25192	(25192) CRECHE DO BAIRRO	Rua Dorgival Pinheiro	Açailândia	MA	Concluída	1
25193	(25193) CRECHE DA VILA ILDEMAR	Avenida Alexandre	Açailândia	MA	Concluída	0.00%
25193	CRECHE DA VILA ILDEMAR	AVENIDA ALEXANDRE	Açailândia	MA	Concluída	
25194	(25194) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Deputado	Caxias	MA	Concluída	99.25%
25195	(25195) PAC 2 - CRECHE/P	RUA DO PARNAZ	Caxias	MA	Concluída	1
25196	(25196) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Benjamin	Caxias	MA	Concluída	1
25197	(25197) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Parnanrama	Caxias	MA	Concluída	99.25%
25198	(25198) PAC 2 - CRECHE/P	AVENIDA 15 DE	Caxias	MA	Concluída	94.17%
25199	(25199) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Nova, Caldeira	Caxias	MA	Concluída	99.90%
25199	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCOLA	RUA NOVA, , , C	Caxias	MA	Concluída	
25200	(25200) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Eurico Dutra	Cururupu	MA	Inacabada	17.44%
25201	(25201) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Santo Antonio	Cururupu	MA	Inacabada	82.59%
25202	(25202) PAC 2 - CRECHE/P	AV. VEREADOR A	Magalhães de Al	MA	Concluída	97.83%
25203	(25203) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Roseana	Grajaú	MA	Inacabada	64.56%
25204	(25204) PAC 2 - CRECHE/P	Travessa Chico M	Grajaú	MA	Inacabada	69.63%
25205	(25205) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Ailson Queiroz	Grajaú	MA	Inacabada	60.72%
25207	(25207) Creche - Pov. Faísca	RUA SANTA ROSA	Buriticupu	MA	Inacabada	19.82%
25208	(25208) Creche - Rua Santa	Rua Santa Maria, F	Buriticupu	MA	Inacabada	65.23%
25209	(25209) Creche - Rua São I	Rua São Francisco	Buriticupu	MA	Inacabada	15.08%
25210	(25210) Creche Pov. 2º Nu	RUA SERRARIA, F	Buriticupu	MA	Obra Cancelada	1.02%
25211	(25211) Creche - Pov. Burit	Rua da Piscina, F	Buriticupu	MA	Inacabada	10.39%
25212	(25212) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Projetada, C	Esperantinópolis	MA	Inacabada	0.00%
25484	(25484) PROINFANCIA TIPO	Rua Projetada, L	São Bernardo	MA	Concluída	96.61%
25484	PROINFANCIA TIPO B - LO	RUA PROJETADA	São Bernardo	MA	Concluída	
25652	(25652) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Carajás,	Alto Alegre do Pi	MA	Inacabada	38.30%
25653	(25653) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida 01, Bacia	Balsas	MA	Inacabada	58.37%
25654	(25654) PAC 2 - CRECHE/P	PRÉ-ESCOLA 006	Balsas	MA	Inacabada	49.64%
25655	(25655) PAC 2 - CRECHE/P	Rua São Francisco	Balsas	MA	Inacabada	79.40%
25656	(25656) PAC 2 - CRECHE/P	Rua 20, Cohab II	Balsas	MA	Inacabada	58.55%
25657	(25657) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Arame, s	Balsas	MA	Inacabada	57.39%
25658	(25658) PAC 2 - CRECHE/P	AVENIDA JUSCELI	Balsas	MA	Concluída	1
25659	(25659) PAC 2 - CRECHE/P	RUA PROJETADA	Barra do Corda	MA	Em Reformulação	16.26%
25660	(25660) PAC 2 - CRECHE/P	Rua da Caixa D'ág	Brejo	MA	Inacabada	35.52%
25661	(25661) PAC 2 - CRECHE/P	Rua do Pensamento	Brejo	MA	Inacabada	83.74%
25662	(25662) PAC 2 - CRECHE/P	RUA SÃO RAIMUNDO	Buritirana	MA	Execução	79.61%
25663	(25663) PAC 2 - CRECHE/P	AVENIDA 13, CO	Paço do Lumiar	MA	Concluída	1
25664	(25664) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Teresinha	Pedro do Rosário	MA	Concluída	98.15%
25665	(25665) CRECHE FILIPINHA	RUA DOM REINA	Peritoró	MA	Execução	80.49%
25666	(25666) PAC 2 - CRECHE/P	RUA BRASIL, UR	Presidente Dutra	MA	Execução	69.27%
25667	(25667) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Norberto	Santa Quitéria de	MA	Inacabada	37.25%
25668	(25668) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Norberto	Santa Quitéria de	MA	Inacabada	25.67%
25669	(25669) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Getúlio Vargas	São João Batista	MA	Inacabada	41.39%
25670	(25670) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Projetada, C	São João dos Patos	MA	Concluída	1
25671	(25671) PAC 2 - CRECHE/P	RUA PRAÇA DO	Satubinha	MA	Inacabada	35.16%
25672	(25672) PAC 2 - CRECHE/P	Res Padre Delfino	Timon	MA	Concluída	1
25673	(25673) PAC 2 - CRECHE/P	Vila Marimar, Bel	Timon	MA	Concluída	1
25674	(25674) PAC 2 - CRECHE/P	Res Primavera, C	Timon	MA	Concluída	1
25675	(25675) PAC 2 - CRECHE/P	Res Novo Tempo	Timon	MA	Concluída	1
25676	(25676) PAC 2 - CRECHE/P	RES NOVO JOIA, F	Timon	MA	Concluída	1
25697	(25697) PAC 2 - CRECHE/P	Rua São José, CC	Morros	MA	Inacabada	71.23%
25703	(25703) PAC 2 - CRECHE/P	ACC I Itaipava de	Itaipava do Grajaú	MA	Concluída	93.29%
25707	(25707) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Raimundo de	Monção	MA	Inacabada	2.55%
25708	(25708) PAC 2 - CRECHE/P	Rua da Oração, C	Formosa da Serra	MA	Inacabada	70.54%
25709	(25709) PAC 2 - CRECHE/P	VILA CABRAL, Ch	Mirador	MA	Concluída	1

				21284067	CRECHE HELIO MACEDO DE FREITAS		
				21500061	EM JOSE EGIDIO QUINTAL FILHO		
1311	444235	2012	2012			27/06/2012	27/06/2012
1311	444235	2012	2012			27/06/2012	27/06/2012
1311	444235	2012	2012			27/06/2012	27/06/2012
				21250391	CRECHE VOVO NAIR BARROS DE SOUZA		
124	441627	2012	2012			01/08/2012	13/08/2012
124	441627	2012	2012			01/08/2012	13/08/2012
124	441627	2012	2012			01/08/2012	13/08/2012
124	441627	2012	2012			01/08/2012	13/08/2012
124	441627	2012	2012			01/08/2012	13/08/2012
124	441627	2012	2012			01/08/2012	13/08/2012
				21159149	UNIDADE INTEGRADA MUNICIPAL MARLY SARNEY C		
1053	161357	2012	2012			21/02/2013	21/02/2013
1053	161357	2012	2012			21/02/2013	21/02/2013
2826	179418	2012	2012			05/09/2012	10/09/2012
568	268356	2012	2012			29/06/2012	29/06/2012
568	268356	2012	2012			29/06/2012	29/06/2012
568	268356	2012	2012			29/06/2012	29/06/2012
3642	240443	2012	2012				
3642	240443	2012	2012			23/11/2015	23/11/2015
3642	240443	2012	2012			23/11/2015	23/11/2015
3642	240443	2012	2012				
3642	240443	2012	2012				
1313	745871	2012	2012			17/03/2014	17/03/2014
2826	179426	2012	2012			16/07/2012	16/07/2012
				21322821	EM MARIA ELIZABETH ALMEIDA LIMA		
2581	310905	2012	2012			11/07/2012	11/07/2012
895	462063	2012	2012			17/12/2013	10/12/2013
895	462063	2012	2012			17/12/2013	10/12/2013
895	462063	2012	2012			17/12/2013	10/12/2013
895	462063	2012	2012			17/12/2013	10/12/2013
895	462063	2012	2012			17/12/2013	10/12/2013
895	462063	2012	2012			03/09/2012	09/11/2012
782	231282	2012	2013			09/06/2016	09/06/2016
590	168041	2012	2012			17/07/2015	17/07/2015
590	168041	2012	2012			17/07/2015	17/07/2015
3280	268402	2012	2012			01/09/2013	03/09/2013
4863	120235	2012	2012			05/07/2012	05/07/2012
2314	406821	2012	2012			13/08/2012	15/08/2012
2004	291846	2012	2012			09/05/2016	12/05/2016
1119	229814	2012	2012			05/10/2017	05/10/2017
1923	000016805X	2012	2012			28/05/2013	28/05/2013
1923	000016805X	2012	2012			29/05/2013	29/05/2013
2628	153133	2012	2012			17/07/2013	18/07/2013
603	221562	2012	2012			04/09/2012	04/09/2012
2452	000014357X	2012	2012			13/07/2012	13/07/2012
2726	358452	2012	2012			16/08/2012	03/09/2012
2726	358452	2012	2012			16/08/2012	10/09/2012
2726	358452	2012	2012			16/08/2012	03/09/2012
2726	358452	2012	2012			16/08/2012	20/08/2012
2726	358452	2012	2012			16/08/2012	03/09/2012
2555	332992	2012	2012			24/10/2014	24/10/2014
568	268364	2012	2012			29/06/2012	29/06/2012
2449	186112	2012	2012			28/04/2014	29/04/2014
568	268348	2012	2012			28/11/2012	28/11/2012
2789	000014021X	2012	2012			09/07/2012	09/07/2012

Municipal	PAC2	23400000154201	7210,94	PAC2 2678/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AC	507309,02
Municipal	PAC2	23400000154201	7210,94	PAC2 2678/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AC	507309,03
Municipal	PAC2	23400000154201	7210,94	PAC2 2678/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AC	0
Municipal	PAC2	23400000161201	0	PAC2 2733/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	0,07
Municipal	PAC2	23400000161201	0	PAC2 2733/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	70105,42
Municipal	PAC2	23400000161201	0	PAC2 2733/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	0
Municipal	PAC2	23400000161201	0	PAC2 2733/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	0,01
Municipal	PAC2	23400000161201	0	PAC2 2733/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	0
Municipal	PAC2	23400000161201	0	PAC2 2733/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	0,02
COSTA							
Municipal	PAC2	23400000166201	33081,29	15042(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE CU	727495,12
Municipal	PAC2	23400000166201	33081,29	PAC2 2679/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CU	0
Municipal	PAC2	23400000171201	0	PAC2 2723/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE M	0,01
Municipal	PAC2	23400000169201	8049,23	PAC2 2724/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE GF	0
Municipal	PAC2	23400000169201	8049,23	PAC2 2724/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE GF	0,01
Municipal	PAC2	23400000169201	8049,23	PAC2 2724/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE GF	0
Municipal	PAC2	23400000160201293		PAC2 2725/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BURITICUPU	
Municipal	PAC2	23400000160201	19071,7	PAC2 2725/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	718946,57
Municipal	PAC2	23400000160201	19071,7	PAC2 2725/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	718946,04
Municipal	PAC2	23400000160201293		PAC2 2725/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BURITICUPU	
Municipal	PAC2	23400000160201293		PAC2 2725/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BURITICUPU	
Municipal	PAC2	23400000167201	3311,75	15043(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE ES	1064076,59
Municipal	PAC2	23400001295201	40,36	PAC2 2674/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0
Municipal	PAC2	23400001368201	1567,02	PAC2 2697/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE AL	656816,68
Municipal	PAC2	23400001369201	475954,46	15045(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	0
Municipal	PAC2	23400001369201	475954,46	15045(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	218100,01
Municipal	PAC2	23400001369201	475954,46	15045(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	72700,01
Municipal	PAC2	23400001369201	475954,46	15045(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	290800,01
Municipal	PAC2	23400001369201	475954,46	15045(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	72700
Municipal	PAC2	23400001369201	475954,46	PAC2 2699/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BA	436200
Municipal	PAC2	23400001423201	23810,17	PAC2 5499/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1474240,25
Municipal	PAC2	23400001371201	7607,65	PAC2 2694/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BF	392656,14
Municipal	PAC2	23400001371201	7607,65	PAC2 2694/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BF	247227,94
Municipal	PAC2	23400001372201	269463,12	PAC2 2685/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE BU	362235,6
Municipal	PAC2	23400001300201	12513,4	PAC2 2673/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PA	0
Municipal	PAC2	23400001299201	0,47	PAC2 2700/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PE	70548,13
Municipal	PAC2	23400001298201	153,09	PAC2 2681/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PE	361409,54
Municipal	PAC2	23400001297201	0	PAC2 2698/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE PF	726999,24
Municipal	PAC2	23400001296201	15,92	PAC2 2701/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	696495,49
Municipal	PAC2	23400001296201	15,92	PAC2 2701/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	692292,92
Municipal	PAC2	23400001294201	85,18	PAC2 2702/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SÂ	558543,86
Municipal	PAC2	23400001293201	0	PAC2 2695/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0
Municipal	PAC2	23400001292201	983,73	PAC2 2696/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SA	0
Municipal	PAC2	23400001310201	0	PAC2 2703/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	0
Municipal	PAC2	23400001310201	0	PAC2 2703/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	66460,22
Municipal	PAC2	23400001310201	0	PAC2 2703/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	0
Municipal	PAC2	23400001310201	0	PAC2 2703/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	0,01
Municipal	PAC2	23400001310201	0	PAC2 2703/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE TI	0,01
Municipal	PAC2	23400001382201	5576,61	PAC2 2682/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE M	357795,27
Municipal	PAC2	23400001377201	17162,77	PAC2 2669/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE IT	0
Municipal	PAC2	23400001381201	17648,8	PAC2 2670/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE M	1053695,26
Municipal	PAC2	23400001341201	60,8	PAC2 2671/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE FC	344357,15
Municipal	PAC2	23400001380201	0	PAC2 2683/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE M	0

1449454,39	12/12/2019
1449454,39	12/12/2019
1449454,39	25/08/2016
1402046,29	15/07/2015
1402108,36	13/07/2015
1400623,59	30/05/2014
1401651,88	15/07/2015
1400120,29	04/06/2014
1401822,55	30/05/2014
1454990,24	29/12/2016
1454990,24	29/12/2016
1328799,35	15/12/2015
1303738,4	24/10/2016
1330735,71	24/10/2016
1337160,3	24/10/2016
1437893,15	01/05/2019
1437892,07	
1330095,74	18/07/2013
1328422,62	19/12/2018
1313633,33	15/01/2016
1454000,04	09/11/2018
1454000,04	09/11/2018
1454000,04	09/11/2018
1454000,04	17/12/2018
1454000,04	09/11/2018
1454000,04	08/09/2015
1842912,09	06/06/2019
1454282	03/01/2020
1454282	03/01/2020
1448942,38	17/03/2020
1446020,48	15/03/2019
1410962,06	22/11/2018
1445638,15	26/03/2020
1453998,48	05/03/2020
1392990,97	14/11/2016
1384585,84	14/11/2016
1329866,35	29/11/2018
1340391,02	15/07/2014
1319454,04	17/06/2016
1329167,81	03/02/2016
1329173	14/06/2017
1329167,81	11/12/2014
1329167,81	17/04/2014
1329167,81	16/12/2014
1431181,06	22/03/2019
1431816,05	21/12/2014
1317119,08	03/07/2015
1377428,6	26/07/2017
1393521,43	14/12/2016

25716	(25716) PAC 2 - CRECHE/P	Rua do Acampar	Igarapé do Meio	MA	Inacabada	54.33%
25727	(25727) Creche Municipal M	Rua Imídio Marti	Governador New	MA	Inacabada	8.01%
25728	(25728) PAC 2 - CRECHE/P	Rua José Ferreira	Fernando Falcão	MA	Concluída	1
25731	(25731) PAC 2 - CRECHE/P	POV. VILA UNIÃO	Governador Nunc	MA	Inacabada	34.04%
25732	(25732) Terreno localizado	Rua Beija-Flor, V	Lago da Pedra	MA	Concluída	1
25733	(25733) Terreno localizado	Avenida Maura Jr	Lago da Pedra	MA	Concluída	1
25733	TERRENO LOCALIZADO NA	AVENIDA MAURA	Lago da Pedra	MA	Concluída	
25734	(25734) Terreno localizado	Rua do Campo, V	Lago da Pedra	MA	Concluída	1
25734	TERRENO LOCALIZADO NA	RUA DO CAMPO,	Lago da Pedra	MA	Concluída	
25738	(25738) PAC 2 - CRECHE/P	BR 135, Chapadã	Colinas	MA	Inacabada	17.38%
25739	(25739) PAC 2 - CRECHE/P	RUA NOVA, LIBE	Colinas	MA	Inacabada	6.17%
25740	(25740) PAC 2 - CRECHE/P	RUA DO CAMPO,	Colinas	MA	Inacabada	20.85%
25747	(25747) PAC 2 - CRECHE/P	Rua São Sebastião	Centro Novo do I	MA	Concluída	1
25747	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC	RUA SAO SEBAS	Centro Novo do I	MA	Concluída	
25747	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC	RUA SAO SEBAS	Centro Novo do I	MA	Concluída	
25747	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC	RUA SAO SEBAS	Centro Novo do I	MA	Concluída	
25748	(25748) PAC 2 - CRECHE/P	rua alferes anton	Mata Roma	MA	Inacabada	51.89%
25751	(25751) PAC 2 - CRECHE/P	Rua Bela Vista, C	Conceição do Laç	MA	Inacabada	44.24%
25752	(25752) PAC 2 - CRECHE/P	Travessa Simplício	Carutapera	MA	Concluída	1
26047	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA NILO COELHO	Coelho Neto	MA	Concluída	
26049	QUADRA ESCOLAR COBERT	RUA 15 DE NOVE	Tutóia	MA	Concluída	
26065	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA PEDRO	Pedro do Rosário	MA	Concluída	
26065	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA PEDRO	Pedro do Rosário	MA	Concluída	
26069	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA BARAO DO	Matões	MA	Concluída	
26074	QUADRA DA U.I. PROFESS	RUA ANA SALES,	Lago da Pedra	MA	Concluída	
26075	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DO POCO, ,	Miranda do Norte	MA	Concluída	
26078	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DO COMERC	Olinda Nova do M	MA	Concluída	
26079	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA DR PAI	Paulino Neves	MA	Concluída	
26270	PAC 2 - COBERTURA DE Q	RUA DO ANIL, 82	Coelho Neto	MA	Concluída	
26270	PAC 2 - COBERTURA DE Q	RUA DO ANIL, S/	Coelho Neto	MA	Concluída	
26271	PAC 2 - COBERTURA DE Q	RUA DA POESIA,	Coelho Neto	MA	Concluída	
29649	SAO MIGUEL	POVOADO SAO M	Brejo	MA	Concluída	
30844	(30844) PAC 2 - CRECHE/P	Rua do Matadouro	Alto Alegre do M	MA	Concluída	1
30844	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC	RUA DO MATADOU	Alto Alegre do M	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
30958	CONSQUADRA ESCOLAR C	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Concluída	
31161	PAC 2 - COBERTURA DE Q	ESTRADA DE RIE	São José de Riba	MA	Concluída	
31161	PAC 2 - COBERTURA DE Q	ESTRADA DE RIE	São José de Riba	MA	Concluída	
32657	(32657) PAC 2 - CRECHE/P	Avenida Carajás,	Alto Alegre do Pi	MA	Licitação	15.47%
33171	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DO CAMPO,	Buriti Bravo	MA	Concluída	
33172	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA SAO SEBAS	Buriti Bravo	MA	Concluída	
33174	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA TIA ANALIA	Fortaleza dos No	MA	Concluída	
1000541	PAC 2 - COBERTURA DE Q	POVOADO SAO J	Cândido Mendes	MA	Concluída	
1000541	PAC 2 - COBERTURA DE Q	POVOADO SAO J	Cândido Mendes	MA	Concluída	
1000932	POVOADO CATITU - PAC 2	RUA PRINCIPAL,	Fernando Falcão	MA	Concluída	

613	447021	2012	2012			04/11/2014	04/11/2014
2314	406813	2012	2012			04/01/2013	04/02/2013
782	231290	2012	2012			25/06/2012	25/06/2012
1807	223484	2012	2012			10/08/2012	10/08/2012
1087	291242	2012	2012			12/07/2012	13/08/2012
1087	291242	2012	2012			12/07/2012	13/08/2012
				21245819	CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL MARCOS		
1087	291242	2012	2012			12/07/2012	13/08/2012
				21284164	CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA VANUZA FERNAN		
1312	206806	2012	2012			27/07/2012	27/07/2012
1312	206806	2012	2012			27/07/2012	27/07/2012
1312	206806	2012	2012			23/07/2012	23/07/2012
2314	406805	2012	2012			18/06/2013	18/06/2013
				21192146	CENTRO EDUCACIONAL DENIZARD ALMEIDA E SILV		
				21269645	CRECHE CRIANCA CIDADADA		
				21284059	ESCOLA HORA DE APRENDER		
1773	317780	2012	2012			25/11/2013	22/11/2013
528	452998	2012	2012			10/12/2015	10/12/2015
5794	406791	2012	2012			16/07/2012	16/07/2012
				21247250	PRE ESCOLAR TIO DOMINGOS JAQUES DE MELO		
				21210187	UI JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA		
				21247870	CRECHE MAE DUDU		
				21247242	CENTRO DE ENSINO TEREZINHA DE JESUS SILVA B		
				21161313	UI JOAO ALVES DE MORAES		
				21073872	UI PROFESSORA JOSEFA AGOSTINHO PEREIRA		
				21059624	UE ELY BEZERRA RIBEIRO		
				21049971	UE FILOMENO PENHA DE CASTRO		
				21262799	EM PROFESSORA MARIA DA CONCEICAO SOARES		
				21153230	EM JOSE BARRETO DE ARAUJO		
				21153833	EM COMPANHEIRO LEAO JOSE SILVA		
				21232792	UE DR MOACYR BACELAR NUNES		
				21137560	EM SAO MIGUEL		
2651	232882	2012	2013			06/05/2013	06/05/2013
				21283052	CRECHE MUNICIPAL JOSE ROZENDO SILVA		
				21034192	UI SANTO HILARIO		
				21034265	UI JOSECILIO ARAUJO SILVA		
				21034320	UI LUZIA ALVES RODRIGUES		
				21034494	UI SAO BENEDITO		
				21034966	UI CLEMENTINO RAMOS		
				21236879	U I ILARIO GOMES		
				21270929	U I SAO SEBASTIAO		
				21034435	COLEGIO PADRE JOSE DE ANCHIETA		
				21034532	UI IRMA AUXILIADORA		
				21034931	COLEGIO DARCY VARGAS		
				21035059	UI SAO JOSE		
				21251460	UI DEMETRIO ARAUJO CERVEIRA		
				21034613	COLEGIO VICENTE FONSECA		
				21210349	UI LUCAS CARDOSO VERAS		
				21284318	CRECHE ESCOLA RAO DE LUZ		
				21009651	ESCOLA MUNICIPAL GOMES DE SOUSA		
2581	349208	2013	2013				
				21155259	UE JOSE RAPOSO		
				21318204	UI PROF JOAO HENRIQUE BORGES LEOCADIO		
				21186847	ESCOLA MUNICIPAL TIA ANALIA		
				21066035	UI MANOEL CANDIDO CARVALHAL JUNIOR		
				21255270	ESC DE EDUC INFANTIL OSMARINA CORREIA		
				21118612	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO BASICA MARIAN		

Municipal	PAC2	23400001376201	8220,38	PAC2 2688/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE IG	726125,92
Municipal	PAC2	23400001342201	7985,13	PAC2 2689/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE GO	952637,7
Municipal	PAC2	23400001359201	7144,52	PAC2 2690/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE FE	0,01
Municipal	PAC2	23400001259201	14,69	15046(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE GO	339999,7
Municipal	PAC2	23400001378201	153967,01	PAC2 2684/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE LA	66799,69
Municipal	PAC2	23400001378201	153967,01	PAC2 2684/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE LA	0
SILVA RAMOS							
Municipal	PAC2	23400001378201	153967,01	PAC2 2684/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE LA	392,5
MACHADO							
Municipal	PAC2	23400001361201	885985,62	PAC2 2666/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	335094,91
Municipal	PAC2	23400001361201	885985,62	PAC2 2666/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	657338,12
Municipal	PAC2	23400001361201	885985,62	PAC2 2666/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	323634,97
Municipal	PAC2	23400001260201	0	PAC2 2667/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CE	0,01
'A							
Municipal	PAC2	23400001379201	1840,78	PAC2 2691/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE MA	720760,54
Municipal	PAC2	23400001360201	61949,89	PAC2 2692/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CO	726991,12
Municipal	PAC2	23400001374201	0	PAC2 2693/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CA	0
ORGES							
Municipal	PAC2	234000010222201	35958,84	PAC2 3778/2013	Escola de Educaç	PREF MUN DE AL	0
Municipal	PAC2	23400004264201358		15176(Termo ori	Escola de Educaç	PREF MUN DE ALTO ALEGRE DO P	
JO FERREIRA DE SOUSA							

[illegible]

1000945	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO CACH	Jatobá	MA	Concluída	
1000945	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO CACH	Jatobá	MA	Concluída	
1000947	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO PAU S	Lago do Junco	MA	Concluída	
1000947	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO PAU S	Lago do Junco	MA	Concluída	
1000955	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DA SAUDE,	Pastos Bons	MA	Concluída	
1000962	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO COCA	Santo Amaro do	MA	Concluída	
1000966	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DOM PEDRO	São Domingos de	MA	Concluída	
1001177	(1001177) CRECHE CIDAD	AVENIDA LESTE	São Luís	MA	Execução	99.66%
1001179	(1001179) CRECHE PARQU	RUA DOS DUQUE	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001180	(1001180) CRECHE SÃO CR	RUA DO CODOZI	São Luís	MA	Licitação	3.00%
1001181	(1001181) CRECHE BEQUI	RUA DERCY BAT	São Luís	MA	Execução	3.01%
1001182	(1001182) CRECHE SÍTIO S	RUA PROJETADA	São Luís	MA	Execução	3.01%
1001183	(1001183) CRECHE CHÁCA	AVENIDA GOIÁS,	São Luís	MA	Execução	98.93%
1001184	(1001184) CRECHE BEQUI	RUA DELCY (DAF	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001185	(1001185) RESIDENCIAL P	AVENIDA PRINCI	São Luís	MA	Licitação	3.00%
1001479	(1001479) PAC 2 - CRECHE	RUA BANDEIRAN	Paraibano	MA	Inacabada	13.46%
1001512	QUADRA NOSSA SENHORA	RUA DO CAMPO,	Davinópolis	MA	Concluída	
1001515	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA CANDI	Paraibano	MA	Concluída	
1001713	(1001713) CRECHE DO SA	RUA ANTONIO L	Bacabal	MA	Inacabada	18.12%
1001714	(1001714) PAC 2 - CRECHE	AV. PRINCIPAL,	Imperatriz	MA	Execução	72.10%
1001715	(1001715) PAC 2 - CRECHE	RUA QUINZE DE	Lago do Junco	MA	Execução	48.51%
1001716	(1001716) PAC 2 - CRECHE	Rua Ana Boguea,	Lago Verde	MA	Inacabada	0.00%
1001751	(1001751) CRECHE DO BAI	Avenida Juscelin	Açailândia	MA	Inacabada	0.00%
1001752	(1001752) VILA NONATO-F	AVENIDA PAULO	Arame	MA	Inacabada	1.65%
1001753	(1001753) PAC 2 - CRECHE	Avenida Brasil, s/	Codó	MA	Execução	64.28%
1001754	(1001754) PAC 2 - CRECHE	RUA amazonas,	Codó	MA	Execução	46.81%
1001755	(1001755) PAC 2 - CRECHE	Rua Projetada, s/	Codó	MA	Execução	52.08%
1001756	(1001756) LOTE URBANO F	RUA ARISTON FE	Jenipapo dos Vie	MA	Execução	78.80%
1001757	(1001757) CRECHE JOSELA	MA 81, Centro, J	Joselândia	MA	Em Reformulação	0.00%
1001758	(1001758) PAC 2 - CRECHE	RUA 03, CONJUN	Paço do Lumiar	MA	Inacabada	20.62%
1001759	(1001759) PAC 2 - CRECHE	RUA 13 - AGROV	Parnarama	MA	Inacabada	26.26%
1001760	(1001760) PAC 2 - CRECHE	Rua Eloi Silva, s/	Paulo Ramos	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001761	(1001761) PAC 2 - CRECHE	Rua Gelson Gons	Pedro do Rosário	MA	Inacabada	0.00%
1001762	(1001762) PAC 2 - CRECHE	Rua Marcelino de	Presidente Dutra	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001763	(1001763) PAC 2 - CRECHE	Avenida Deputad	Trizidela do Vale	MA	Execução	58.07%
1001765	(1001765) PAC 2 - CRECHE	TRAVESSA 02, C	Urbano Santos	MA	Licitação	11.94%
1001766	(1001766) PAC 2 - CRECHE	rua principal, que	Urbano Santos	MA	Licitação	6.55%
1001767	(1001767) PAC 2 - CRECHE	rua 03, conj dese	Urbano Santos	MA	Licitação	11.22%
1001768	(1001768) CRECHE DO SÃO	RUA DA ESTRELA	Vargem Grande	MA	Concluída	1
1001803	(1001803) PAC 2 - CRECHE	Rua do Aeroporto	Cajari	MA	Em Reformulação	32.62%
1001843	(1001843) PAC 2 - CRECHE	Rua 07 de Setem	Santa Luzia	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001844	(1001844) PAC 2 - CRECHE	Travessa do Colé	Santa Luzia	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001845	(1001845) PAC 2 - CRECHE	Rua do Ramal, R	Santa Luzia	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001846	(1001846) PAC 2 - CRECHE	Rua do Arame, S	São Bento	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001847	(1001847) PAC 2 - CRECHE	RUA SÃO PEDRO	São Mateus do M	MA	Execução	23.68%
1001848	(1001848) PAC 2 - CRECHE	Rua Benedito Mo	São Mateus do M	MA	Execução	20.29%
1001849	(1001849) PAC 2 - CRECHE	Avenida das Lara	Serrano do Mara	MA	Execução	25.64%
1001850	(1001850) CRECHE DA CEF	AVENIDA CASTEI	Vargem Grande	MA	Execução	45.67%
1001946	(1001946) CRECHE PROINI	RUA SANTA TERI	Itapecuru Mirim	MA	Inacabada	21.19%
1001947	(1001947) PAC 2 - CRECHE	Conjunto Benedi	Itapecuru Mirim	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001948	(1001948) PAC 2 - CRECHE	Rua Principal, Lo	Matões	MA	Execução	73.58%
1001949	(1001949) PAC 2 - CRECHE	Rua Projetada, V	Pio XII	MA	Obra Cancelada	0.00%
1001950	(1001950) PAC 2 - CRECHE	AVENIDA SÃO P	Raposa	MA	Obra Cancelada	0.00%
1002062	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Governador Arch	MA	Concluída	
1002064	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Presidente Jusce	MA	Concluída	
1002076	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO SAO F	Santa Helena	MA	Concluída	
1002210	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO GAME	Olinda Nova do I	MA	Concluída	

				21166641	GE GONCALVES DIAS		
				21241937	UE JOSE RODRIGUES FILHO		
				21378258	CENTRO FAMILIAR DE FORMACAO POR ALTERNANC		
				21104000	UNIDADE ESCOLAR AUGUSTO ASSIS RODRIGUES		
				21171734	UE ENOQUE FERREIRA MOTA		
				21032084	EM DR RAFAEL XAVIER		
				21273260	CRECHE ESCOLA MAE ZUBINA		
1611	454915	2013	2013			13/04/2016	13/04/2016
1611	454915	2013	2013			13/04/2016	13/04/2016
1611	454915	2013	2013				
1611	454915	2013	2013			13/02/2019	13/02/2019
1611	454915	2013	2013			15/03/2019	15/03/2019
1611	454915	2013	2013			13/04/2016	13/04/2016
1611	454915	2013	2013				
1611	454915	2013	2013				
4420	101400	2013	2013			28/10/2013	27/01/2014
				21095612	EM NOSSA SENHORA DE FATIMA		
				21324603	UE JANUARIO DIAS CARVALHO		
528	000050498X	2013	2013			29/11/2016	29/11/2016
554	758396	2013	2013			11/07/2016	11/07/2016
1087	329487	2013	2013			16/07/2019	17/07/2019
528	505013	2013	2013				
1311	504203	2013	2013				
568	298697	2013	2013			23/08/2015	23/08/2015
248	390755	2013	2013			27/06/2016	04/07/2016
248	390755	2013	2013			27/06/2016	04/07/2016
248	390755	2013	2013			27/06/2016	04/07/2016
782	264180	2013	2013			18/01/2016	18/01/2016
1119	309559	2013	2013			12/04/2016	13/04/2016
4863	160954	2013	2013			05/09/2018	13/09/2018
2409	000019705X	2013	2013			02/06/2016	02/06/2016
2419	141011	2013	2013				
566	429473	2013	2014				
		2013	2013				
5733	62375	2013	2013			03/07/2017	10/07/2017
20	831646	2013	2013				
20	831646	2013	2013				
20	831646	2013	2013				
2762	000020305X	2013	2013			03/01/2018	03/01/2018
2771	434493	2013	2013			30/03/2017	30/03/2017
2581	349216	2013	2013				
2581	349216	2013	2013				
2581	349216	2013	2013				
2607	229237	2013	2013				
2651	313637	2013	2013			20/03/2019	21/03/2019
2651	313637	2013	2013			20/03/2019	20/03/2019
1053	216283	2013	2013			05/04/2019	15/04/2019
2762	203068	2013	2013			29/10/2018	29/11/2018
562	351717	2013	2013			26/01/2016	26/01/2016
562	351717	2013	2013			26/01/2016	26/01/2016
3912	152331	2013	2013			28/09/2016	30/09/2016
2452	175986	2013	2013			03/03/2016	03/03/2016
4323	378658	2013	2013			16/12/2016	02/01/2017
				21129037	EM STO ANTONIO		
				21419205	CENTRO DE ENSINO SENADOR VITORINO FREIRE -		
				21047588	CEF MANOEL CAMPOS		
				21050384	UE PROF ANITA SANTOS		

IA MANOEL MONTEIRO							
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	221176,68
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1395600,24
Municipal	PAC2	23400005869201366		PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1395600,24
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	566662,53
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	552844,55
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SA	1617975,19
Municipal	PAC2	23400005869201366		PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400005969201	345906,97	PAC2 5125/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE PA	814426,9
Municipal	PAC2	23400006089201	270,28	PAC2 5196/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1440960,81
Municipal	PAC2	23400006090201	9820,5	PAC2 5197/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IM	382452,48
Municipal	PAC2	23400006091201	58	PAC2 5198/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE LA	1438610,06
Municipal	PAC2	23400006092201	0,31	PAC2 5199/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE LA	990190,97
Municipal	PAC2	23400006104201343		PAC2 5984/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE ACAILANDIA	
Municipal	PAC2	23400006106201	0,13	PAC2 6150/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AF	1441460,06
Municipal	PAC2	23400006108201	419344,55	PAC2 6004/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CC	681943,23
Municipal	PAC2	23400006108201	419344,55	PAC2 6004/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CC	921521,81
Municipal	PAC2	23400006108201	419344,55	PAC2 6004/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CC	809808,46
Municipal	PAC2	23400006109201	285428,73	PAC2 6009/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE JE	552820,88
Municipal	PAC2	23400006110201	291876,35	PAC2 6013/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE JC	1842912,09
Municipal	PAC2	23400006112201	339643,69	PAC2 5724/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1438588,31
Municipal	PAC2	23400006113201	75630,6	PAC2 6019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1363837,16
Municipal	PAC2	23400006115201	20164,16	PAC2 5579/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1434571,81
Municipal	PAC2	23400006117201	111939,31	PAC2 7757/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PE	1438610,06
Municipal	PAC2	23400006119201310		PAC2 6022/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE PRESIDENTE DUTR	
Municipal	PAC2	23400006120201	201,5	PAC2 6047/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TF	976692,32
Municipal	PAC2	23400006122201325		15184(Termo ori	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE URBANO SANTOS	
Municipal	PAC2	23400006122201325		15184(Termo ori	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE URBANO SANTOS	
Municipal	PAC2	23400006122201325		15184(Termo ori	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE URBANO SANTOS	
Municipal	PAC2	23400006125201	50989,48	PAC2 6058/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE VA	0
Municipal	PAC2	23400006144201	210,98	PAC2 5986/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CA	1437471,42
Municipal	PAC2	23400006157201	0	PAC2 5353/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SA	1208852,74
Municipal	PAC2	23400006157201	0	PAC2 5353/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SA	1208852,74
Municipal	PAC2	23400006157201364		PAC2 5353/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SANTA LUZIA	
Municipal	PAC2	23400006158201317		PAC2 5736/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SAO BENTO	
Municipal	PAC2	23400006159201	12698,91	PAC2 6035/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1419042,31
Municipal	PAC2	23400006159201	12698,91	PAC2 6035/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400006160201	0	PAC2 6039/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SE	1372948,14
Municipal	PAC2	23400006161201	26553,92	PAC2 6055/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE VA	868625,2
Municipal	PAC2	23400006240201	203660,16	PAC2 7094/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE IT	1474329,67
Municipal	PAC2	23400006240201	203660,16	PAC2 7094/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE IT	1441460,06
Municipal	PAC2	23400006241201	7,67	PAC2 5805/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE M	507743,16
Municipal	PAC2	23400006242201	36,27	PAC2 5725/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PI	1658620,88
Municipal	PAC2	23400006243201	293283,87	PAC2 5727/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE RA	1842912,09
ANEXO I - PRATA							

1842912,09	03/12/2019
1842912,09	26/10/2018
1842912,09	03/12/2019
1209031,22	03/12/2019
1842912,09	03/12/2019
1617975,19	
1628853,8	05/11/2018
1842912,09	01/02/2019
1209031,22	10/03/2020
1842912,09	06/01/2020
1209031,22	
1842912,09	31/08/2017
1842912,09	23/03/2020
1842912,09	23/03/2020
1842912,09	23/03/2020
1842912,09	24/03/2020
1842912,09	11/04/2018
1842912,09	07/10/2019
1842912,09	08/01/2019
1842912,09	
1842912,09	
A	
1842912,09	16/03/2020
1842912,09	08/05/2019
1842912,08	30/03/2020
1611774,1	
1611774,1	
1842912,09	19/03/2020
1842912,09	19/03/2020
1842912,09	16/03/2020
1209031,22	04/02/2020
1842912,09	22/10/2019
1842912,09	
1209031,22	25/03/2020
1842912,09	28/09/2018
1842912,09	

1002210	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO GAME	Olinda Nova do M	MA	Concluída	
1002210	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO GAME	Olinda Nova do M	MA	Concluída	
1002395	(1002395) PAC 2 - CRECHE	Rua Piauí, Vila Ze	Buriti Bravo	MA	Execução	45.78%
1002398	(1002398) BAIRRO VALEC	RUA PROJETADA	Estreito	MA	Execução	96.18%
1002399	(1002399) BAIRRO MADRE	AV 1001, MADRE	Estreito	MA	Execução	92.85%
1002400	(1002400) BAIRRO CIBRAZ	RUA DAS ORQUI	Estreito	MA	Execução	93.29%
1002606	(1002606) PAC 2 - CRECHE	Rua da Liberdade	Presidente Juscel	MA	Inacabada	9.68%
1002682	PAC 2 - COBERTURA DE QU	AVENIDA BERNAR	Campestre do M	MA	Concluída	
1002682	PAC 2 - COBERTURA DE QU	AVENIDA BERNAR	Campestre do M	MA	Concluída	
1002682	PAC 2 - COBERTURA DE QU	AVENIDA BERNAR	Campestre do M	MA	Concluída	
1002791	(1002791) CRECHE PROIN	TRAV RAIMUNDO	Itapecuru Mirim	MA	Execução	68.77%
1002809	CRAVO - SANTA HELENA -	POVOADO CRAVO	Santa Helena	MA	Concluída	
1002851	POVOADO SITIO NOVO - P	POVOADO SITIO	Pirapemas	MA	Concluída	
1002894	POVOADO BAIXA GRANDE	POVOADO BAIXA	Mirador	MA	Concluída	
1002983	BELA VISTA - ARAGUANA -	POVOADO BELA	Araguanã	MA	Concluída	
1003027	JATOBA FERRADO - BARAC	POVOADO JATOB	Barão de Grajaú	MA	Concluída	
1003192	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	São João dos Pat	MA	Concluída	
1003192	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	São João dos Pat	MA	Concluída	
1003676	(1003676) Escola Proinfânc	Rua Humberto de	Tasso Fragoso	MA	Inacabada	48.37%
1003679	(1003679) CRECHE BOM G	RUA PRINCIPAL,	Tutóia	MA	Obra Cancelada	0.00%
1003680	(1003680) CRECHE SERIEM	Rua Projetada, S	Tutóia	MA	Obra Cancelada	0.00%
1003786	(1003786) BAIRRO CENTR	AVENIDA DA BAF	Alcântara	MA	Inacabada	0.00%
1003787	(1003787) Creche - Vila Pir	Rua do Comércio	Buriticupu	MA	Execução	28.18%
1003788	(1003788) Creche 3ª Vicin	Rua da Liberdade	Buriticupu	MA	Execução	55.58%
1003789	(1003789) PAC 2 - CRECHE	AVENIDA FRANC	Gonçalves Dias	MA	Execução	83.43%
1003790	(1003790) CRECHE PROIN	Travessa José Az	Itapecuru Mirim	MA	Obra Cancelada	0.00%
1003791	(1003791) PAC 2 - CRECHE	Rua Ribeirão, Ce	Poção de Pedras	MA	Obra Cancelada	0.00%
1003792	(1003792) CRECHE ALEXAN	RUA BOA VISTA,	São Luís	MA	Execução	10.18%
1003793	(1003793) PAC 2 - CRECHE	Avenida Iliseu de	Turiacu	MA	Inacabada	20.11%
1003794	(1003794) PAC 2 - CRECHE	Rua Narcisio Fon	Turiacu	MA	Inacabada	24.63%
1003832	(1003832) PAC 2 - CRECHE	Rua Nova, Cidada	Timon	MA	Concluída	1
1003833	(1003833) PAC 2 - CRECHE	Rua 20, Bairro Jc	Timon	MA	Concluída	1
1003889	(1003889) PAC 2 - CRECHE	RUA PRES. SARN	Bela Vista do Ma	MA	Inacabada	16.36%
1003890	(1003890) PAC 2 - CRECHE	Rua Grande, Irac	Olinda Nova do M	MA	Execução	75.11%
1003891	(1003891) CRECHE VILA N	2ª TRAVESSA FÉ	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1003892	(1003892) CRECHE RESIDE	RUA DA UNIÃO,	São Luís	MA	Obra Cancelada	3.00%
1004100	(1004100) Creche Mundo N	Rua Projetada, C	Amarante do Ma	MA	Em Reformulação	23.56%
1004112	(1004112) Creche Alvoradi	Rua Projeta II, A	Amarante do Ma	MA	Paralisada	28.62%
1004286	(1004286) FREXEIRA	Av Principal, POV	Água Doce do M	MA	Inacabada	75.55%
1004327	(1004327) PROJETO 2 COM	RUA RIO BRANCO	Santo Amaro do	MA	Execução	22.18%
1004339	(1004339) PAC 2 - CRECHE	RUA DA PIÇARRÉ	Turiacu	MA	Obra Cancelada	0.00%
1004523	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DAS CANDE	Paraibano	MA	Concluída	
1004842	(1004842) PAC 2 - CRECHE	RUA PROJETADA	Anapurus	MA	Inacabada	11.46%
1004846	(1004846) PAC 2 - CRECHE	RUA 7 DE SETEM	Governador Eugé	MA	Execução	26.56%
1004848	(1004848) PAC 2 - CRECHE	AV. 01, LOTEAMI	Imperatriz	MA	Inacabada	0.00%
1004850	(1004850) PAC 2 - CRECHE	RUA, Centro, Par	Parnarama	MA	Inacabada	4.50%
1004874	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1004874	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1004874	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1004874	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1004874	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1004874	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1004875	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA SAO FRANC	Colinas	MA	Concluída	
1004948	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA VARGEM GR	Bom Jesus das S	MA	Concluída	
1004948	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA VARGEM GR	Bom Jesus das S	MA	Concluída	
1004952	POVOADO BURITI PAC 2 -	RUA PRINCIPAL,	Fernando Falcão	MA	Concluída	
1004956	(1004956) PAC 2 - CRECHE	TRAVESSA VITOI	Anajatuba	MA	Obra Cancelada	0.00%

				21241198	CENTRO DE ENSINO JOSE MARIA DE ARAUJO ANEX		
				21219923	UE PROF RAIMUNDO CASTRO NETO		
2412	159778	2013	2013			08/01/2016	08/01/2016
4813	76228	2013	2013			10/01/2017	10/01/2017
4813	76228	2013	2013			11/05/2018	14/05/2018
4813	76228	2013	2013			10/01/2017	10/01/2017
2555	384143	2013	2013			22/12/2015	22/12/2015
				21179131	UE HUMBERTO DE CAMPOS		
				21263175	ESCOLA MUNICIPALIZADA PAROQUIAL SAO RAIMUNDO		
				21179123	CENTRO EDUCACIONAL HUMBERTO DE CAMPOS		
562	350370	2013	2013			26/01/2016	26/01/2016
				21047235	CEF DOM PEDRO I		
				21496730	EM FRANCISCO MARTINS DE LIMA		
				21269807	UNIDADE DE EDUCACAO BASICA MARECHAL RONDON		
				21085390	EM BELA VISTA		
				21165602	UE ADELAIDE FERREIRA DE SOUZA		
				21172773	CRECHE PE SANTIAGO		
				21173400	UE PE SANTIAGO S PRIETO		
3627	147052	2013	2013			25/08/2017	30/08/2017
2746	280542	2013	2013				
2746	280542	2013	2013				
4729	96407	2013	2013				
3642	279277	2013	2013			25/02/2016	25/02/2016
3642	279277	2013	2013			25/02/2016	25/02/2016
2082	125407	2013	2013			15/03/2018	
562	350931	2013	2013			26/01/2016	26/01/2016
2468	131415	2013	2013				
1611	455148	2013	2013			15/03/2019	15/03/2019
1807	279196	2013	2013			09/10/2015	09/10/2015
1807	279196	2013	2013			09/10/2015	09/10/2015
4249	390119	2013	2013			08/07/2016	11/07/2016
4249	390119	2013	2013			08/07/2016	11/07/2016
613	520713	2013	2013			07/12/2015	07/12/2015
2771	365742	2013	2013			06/01/2016	15/02/2016
1611	455156	2013	2013			13/04/2016	13/04/2016
1611	455156	2013	2013				
5729	88749	2013	2013			25/01/2016	25/01/2016
5729	88730	2013	2013			25/01/2016	25/01/2016
1459	216062	2013	2013			27/07/2017	28/07/2017
20	875945	2013	2013			05/12/2016	15/12/2016
		2013	2013				
				21262080	UE PADRE DANTE GREGGIO		
1773	404128	2013	2013			10/04/2016	10/04/2016
1314	151513	2013	2013			16/09/2015	26/10/2015
554	772011	2013	2013			01/08/2016	01/08/2016
2409	197041	2013	2013			02/06/2016	02/06/2016
				21166749	UI PROFESSORA LEDA COSTA		
				21166897	UE RAIMUNDO GOMES DE SOUSA		
				21167010	UE VITORINO SOUSA		
				21167028	UE ZUILA VILA		
				21284121	CRECHE PORTAL DO SABER		
				21166811	UI MARIA HELENA SOUSA		
				21166668	UI HAYDE CHAVES		
				21222827	EM PADRE LUIS MONTOVANE		
				21276269	CE ESPECIAL MARIA NASCIMENTO DA SILVA		
				21118612	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO BASICA MARIANA		
562	352675	2013	2013				

O I - GAMELEIRA							
Municipal	PAC2	23400006954201	1135,75	PAC2 5985/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BU	1106974,93
Municipal	PAC2	23400006956201	919720,69	PAC2 6006/2013	Projeto Tipo B - I	PREF MUN DE ES	98443,01
Municipal	PAC2	23400006956201	919720,69	PAC2 6006/2013	Projeto Tipo B - I	PREF MUN DE ES	164079,76
Municipal	PAC2	23400006956201	919720,69	PAC2 6006/2013	Projeto Tipo B - I	PREF MUN DE ES	164043,32
Municipal	PAC2	23400007838201	0	PAC2 5726/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE PF	1027676,54
VDO NONATO							
Municipal	PAC2	23400008113201	8390,36	PAC2 6008/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IT	507786,54
OM							
Municipal	PAC2	23400008974201	185,37	PAC2 6043/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TA	1031962,17
Municipal	PAC2	23400008324201310		PAC2 6052/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE TUTOIA	
Municipal	PAC2	23400008324201	468441,79	PAC2 6052/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE TU	653314,5
Municipal	PAC2	23400009389201	0	PAC2 5762/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AL	1437185,06
Municipal	PAC2	23400009390201	4104,11	PAC2 5988/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE BU	930944,15
Municipal	PAC2	23400009390201	4104,11	PAC2 5988/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE BU	604441,02
Municipal	PAC2	23400009391201	314,36	PAC2 6007/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE GO	274925,37
Municipal	PAC2	23400009393201	5185,38	PAC2 7095/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE IT	1441460,06
Municipal	PAC2	23400009394201	5397,05	PAC2 6021/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PO	1438610,06
Municipal	PAC2	23400009395201	296140,16	PAC2 5806/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	809004,19
Municipal	PAC2	23400009400201	80597,95	PAC2 6049/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TU	1436566,7
Municipal	PAC2	23400009400201	80597,95	PAC2 6049/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TU	1363771,67
Municipal	PAC2	23400009399201	0	PAC2 6046/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TI	55368,46
Municipal	PAC2	23400009399201	0	15072(Termo ori	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TI	239606,38
Municipal	PAC2	23400009466201	44034,94	PAC2 6152/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE BE	992684,72
Municipal	PAC2	23400009467201	432652,01	PAC2 6014/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE OI	460814,79
Municipal	PAC2	23400009468201	1,06	PAC2 5771/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1442885,06
Municipal	PAC2	23400009468201385		PAC2 5771/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400009933201	858,84	PAC2 6145/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE AM	989834,72
Municipal	PAC2	23400009946201	211,15	PAC2 6147/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE AM	953563,78
Municipal	PAC2	23400010086201	7,22	PAC2 6143/2013	Escola de Educaç	PREF MUN DE AC	217771,5
Municipal	PAC2	23400010105201	84801,35	PAC2 6030/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	943044,35
Municipal	PAC2	23400010108201326		PAC2 6050/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE TURIACU	
Municipal	PAC2	23400010695201	3357,07	PAC2 6437/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AM	1440035,06
Municipal	PAC2	23400010696201	42545,4	PAC2 6438/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE GO	1363705,9
Municipal	PAC2	23400010697201	0	15076(Termo ori	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IM	800454,19
Municipal	PAC2	23400010195201	9706,25	PAC2 6440/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE PA	991259,72
JO FERREIRA DE SOUSA							
Municipal	PAC2	23400010774201364		PAC2 6379/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE ANAJATUBA	

[illegible]

1004957	(1004957) PAC 2 - CRECHE	Travessa Rio dos	Bom Jesus das S	MA	Inacabada	19.00%
1004958	(1004958) ESCOLA MUNICI	RUA JOÃO PESS	Olho d'Água das	MA	Inacabada	20.66%
1004959	(1004959) PAC 2 - CRECHE	Rua Principal, Co	Santa Inês	MA	Execução	45.27%
1004960	(1004960) PAC 2 - CRECHE	RUA SÃO BENED	Santa Inês	MA	Execução	34.62%
1004961	(1004961) PAC 2 - CRECHE	RUA GOIAS, Sab	Santa Inês	MA	Execução	19.42%
1004967	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Governador Arch	MA	Concluída	
1005158	(1005158) MALHADA ALTA	Rua projetada, C	Milagres do Mara	MA	Obra Cancelada	0.00%
1005159	(1005159) CRECHE NOVA C	RUA SÃO MARCC	Zé Doca	MA	Execução	25.79%
1005307	QUADRA DAGNO ROBERTO	PRACA DO TUNG	Mirinzal	MA	Concluída	
1005307	QUADRA DAGNO ROBERTO	PRACA DO TUNG	Mirinzal	MA	Concluída	
1005576	(1005576) Creche Jardim G	RUA AULIDIA GC	Açailândia	MA	Inacabada	0.00%
1005577	(1005577) Creche Vila Ildel	RUA PRINCIPAL	Açailândia	MA	Inacabada	0.00%
1005581	PAC 2 - COBERTURA DE QU	PRACA SAO JOSE	Pastos Bons	MA	Concluída	
1005581	PAC 2 - COBERTURA DE QU	PRACA SAO JOSE	Pastos Bons	MA	Concluída	
1005806	(1005806) Creche do Bairro	Rua São José, N	Carolina	MA	Execução	30.22%
1006073	(1006073) CRECHE MONSE	Rua Projetada, R	Arari	MA	Execução	92.49%
1006074	(1006074) BAIRRO JOSÉ C	RUA IRACY DIAS	Dom Pedro	MA	Execução	47.58%
1006124	(1006124) CRECHE ARCO Í	RUA NOVO ARCC	Capinzal do Norte	MA	Paralisada	3.02%
1006591	(1006591) Creche do Bairro	Avenida Principal	Paço do Lumiar	MA	Execução	16.40%
1006592	(1006592) Creche do Conju	Avenida 05., Con	Paço do Lumiar	MA	Execução	12.07%
1006663	(1006663) TERRENO POVO	POVOADO ALDEI	Balsas	MA	Concluída	1
1006663	TERRENO POVOADO ALDEI	POVOADO ALDEI	Balsas	MA	Concluída	
1006960	(1006960) Creche Tio Vanj	Rua do Egito, Ce	Senador Alexand	MA	Inacabada	4.89%
1007244	ESCOLA DE ENS. FUND. JO	POVOADO SUMA	Lagoa Grande do	MA	Concluída	
1007654	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA RAIMUNDO	Altamira do MA	MA	Concluída	
1007710	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Axixá	MA	Concluída	
1007710	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Axixá	MA	Concluída	
1007838	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA GOVER	Central do MA	MA	Concluída	
1007838	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA GOVER	Central do MA	MA	Concluída	
1007838	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA GOVER	Central do MA	MA	Concluída	
1007847	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DA COLONE	Centro Novo do I	MA	Concluída	
1007847	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DA COLONE	Centro Novo do I	MA	Concluída	
1007903	BIRRO AREIA PAC 2 - CON	RUA 01, S/N, RE	Estreito	MA	Concluída	
1007925	PAC 2 - COBERTURA DE QU	RUA URBANO RC	Governador Edisc	MA	Concluída	
1007925	PAC 2 - COBERTURA DE QU	RUA URBANO RC	Governador Edisc	MA	Concluída	
1007935	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DAS FLORES	Igarapé do Meio	MA	Concluída	
1007954	CENTRO PAC 2 - CONSTRU	AVENIDA JULIO	Jenipapo dos Vie	MA	Concluída	
1007955	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA B, 23, , CEN	João Lisboa	MA	Concluída	
1007955	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA B, 23, , CEN	João Lisboa	MA	Concluída	
1007956	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA BREJO GRAI	João Lisboa	MA	Concluída	
1007956	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA BREJO GRAI	João Lisboa	MA	Concluída	
1008111	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA CEARA, 98,	Pio XII	MA	Concluída	
1008111	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA CEARA, S/N	Pio XII	MA	Concluída	
1008128	PAC 2 - COBERTURA DE QU	RUA 15 DE NOVE	Poção de Pedras	MA	Concluída	
1008147	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Presidente Jusce	MA	Concluída	
1008233	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA JOAO SOUS	São Benedito do	MA	Concluída	
1008256	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA BENICIO GC	São João Batista	MA	Concluída	
1008314	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA PRINCI	Senador La Rocq	MA	Concluída	
1008314	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA PRINCI	Senador La Rocq	MA	Concluída	
1008341	CONSTRUCAO DE QUADRA	RUA 01, SN, , MU	Timon	MA	Concluída	
1008361	QUADRA ESCOLAR - POLIT	PRACA DO ESTU	Vargem Grande	MA	Concluída	
1008361	QUADRA ESCOLAR - POLIT	PRACA DO ESTU	Vargem Grande	MA	Concluída	
1008361	QUADRA ESCOLAR - POLIT	PRACA DO ESTU	Vargem Grande	MA	Concluída	
1009086	(1009086) NOVA SANTA LU	RUA DAS GAIVOS	Santa Luzia	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009098	(1009098) Creche professo	rua projetada, vil	Pindaré-Mirim	MA	Execução	36.24%
1009099	(1009099) PAC 2 - CRECHE	Rua E, Iguaiaba, F	Paço do Lumiar	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009104	(1009104) AVIAÇÃO	RUA COSME E DI	Godofredo Viana	MA	Obra Cancelada	0.00%

3642	280747	2013	2013			03/11/2015	01/03/2016
1316	133620	2013	2013			14/12/2015	14/12/2015
613	604070	2013	2013			18/08/2019	25/08/2019
613	604070	2013	2013			18/08/2019	25/08/2019
613	604070	2013	2013			19/08/2019	20/08/2019
				21129037	EM STO ANTONIO		
		2013	2013				
2314	501697	2013	2013			17/07/2017	25/07/2017
				21007330	UEB ONOFRINA ALMEIDA		
				21210837	UEB PROF DAGNO ROBERTO		
1311	505404	2013	2013				
1311	505404	2013	2013				
				21171076	EM DES MOACYR SIPAUBA DA ROCHA		
				21220182	JI ABC		
291	198498	2013	2013			22/07/2019	25/07/2019
20	833207	2013	2013			19/01/2016	20/01/2016
2031	164941	2013	2013			01/03/2019	01/03/2019
		2013	2013			30/11/2017	04/12/2017
4863	163422	2013	2013			10/09/2018	13/03/2019
4863	163422	2013	2013			11/09/2018	11/09/2018
895	523860	2013	2013			07/04/2016	11/04/2016
				21500533	ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL AGUIDA NASCIME		
1314	141356	2013	2013			15/03/2016	15/03/2016
				21075395	UNIDADE ESCOLAR JOAO LISBOA		
				21071853	GE RUI BARBOSA		
				21022852	UE PROFESSOR VICENTE PIRES		
				21022720	UI ARCELINO RODRIGUES TAVARES		
				21202508	UEB LUIS JOSE DE OLIVIERA		
				21007349	UEB JOAQUIM CANTANHEDE FILHO		
				21007292	UEB TANCREDO NEVES		
				21067783	CENTRO EDUCACIONAL EMILIA FERREIRO		
				21275610	CENTRO DE ENSINO MARINALVA MORAIS FRAZAO		
				21204845	EM JOANA DARC		
				21096007	CENTRO DE ENSINO VICENTE YANEZ PINZON		
				21233357	CRECHE SANTA TEREZINHA		
				21054479	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE		
				21115699	UE ANTONIO VIEIRA NEPOMUCENO		
				21097437	U I NORTE SUL		
				21197474	ESCOLA JOAQUIM GAMELEIRA V		
				21197296	ESCOLA JOAQUIM GAMELEIRA VI		
				21096589	U E OLDACY JORGE VIEIRA		
				21209952	UE SEN ALEXANDRE COSTA		
				21107890	JARDIM DE INFANCIA NOSSA SENHORA DO CARMO		
				21109117	UE MANOEL SALVIANO		
				21419205	CENTRO DE ENSINO SENADOR VITORINO FREIRE -		
				21143188	EMEM DOMINGOS MESQUITA		
				21049475	COMPLEXO ESCOLAR JOSE MARIA DE ARAUJO		
				21097216	UE DOM PEDRO II		
				21097100	UE CUMARU		
				21192634	EMEI MARIA FERNANDES DE ASSUNCAO		
				21063583	EMEF II POLITECNICA DE VARGEM GRANDE		
				21063672	CENTRO DE ENSINO PROFESSOR NEWTON NEVES		
				21220913	EMEF II PADRE CARVALHO		
2581	351466	2013	2014				
2449	000022541X	2013	2014			05/02/2019	05/02/2019
		2013	2014				
5794	155705	2013	2014			30/11/2015	26/01/2016

Municipal	PAC2	23400010775201	5709,43	PAC2 6380/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BO	1438110,81
Municipal	PAC2	23400010776201	0	15075(Termo ori	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE OL	1842912,09
Municipal	PAC2	23400010771201	479621,48	PAC2 6382/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1382167,62
Municipal	PAC2	23400010771201	479621,48	PAC2 6382/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1216321,98
Municipal	PAC2	23400010771201	479621,48	PAC2 6382/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1492758,8
Municipal	PAC2	23400010885201371		PAC2 6510/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE MILAGRES DO MAR	
Municipal	PAC2	23400010886201	130631,27	PAC2 6511/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE ZE	1382184,07
Municipal	PAC2	23400011466201	0	PAC2 6772/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AC	1432910,92
Municipal	PAC2	23400011466201356		PAC2 6772/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE ACAILANDIA	
Municipal	PAC2	23400011894201	5978,26	PAC2 6940/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CA	1289949,42
Municipal	PAC2	23400012076201	65,68	PAC2 7206/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AF	313282,04
Municipal	PAC2	23400011895201	430333,8	PAC2 7207/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE DO	1013585,2
Municipal	PAC2	23400012134201	0	PAC2 7108/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400012488201	194858,94	PAC2 7236/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1442885,06
Municipal	PAC2	23400012488201	194858,94	PAC2 7236/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1442885,06
Municipal	PAC2	23400012547201	0	PAC2 7445/2013	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE BA	0
ENTO							
Municipal	PAC2	23400012868201	297646,54	PAC2 7368/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SE	1437185,06
- ANEXO II - LIMAO							
Municipal	PAC2	23400015030201336		PAC2 9844/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SANTA LUZIA	
Municipal	PAC2	23400015029201	5042,87	PAC2 9061/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PI	1290038,46
Municipal	PAC2	23400015028201367		PAC2 9843/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PACO DO LUMIAR	
Municipal	PAC2	23400015026201	289682,05	PAC2 10719/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE GO	1842912,08

[illegible]

1009107	(1009107) RESIDENCIAL R	RUA BACURI, AR	Chapadinha	MA	Inacabada	22.16%
1009109	(1009109) CRECHE	RUA PROJETADA	Axixá	MA	Inacabada	36.04%
1009110	(1009110) PAC 2 - CRECHE	RUA PRINCIPAL,	Arame	MA	Execução	2.22%
1009138	(1009138) JARDIM EUROPA	RUA 13, JARDIM	Porto Franco	MA	Execução	98.99%
1009139	(1009139) Bairro da Baixini	Travessa da Aleg	Santa Helena	MA	Inacabada	5.57%
1009140	(1009140) Creche Tipo B d	Rua Santo Anton	Santa Luzia	MA	Execução	28.22%
1009141	(1009141) PAC 2 - CRECHE	Rua Rio Grande e	São José de Riba	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009142	(1009142) PAC 2 - CRECHE	RUA DO FIO, J. C	São José de Riba	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009143	(1009143) RESIDENCIAL C	RUA PARNARAMA	Timon	MA	Concluída	1
1009144	(1009144) CRECHE DO SOI	RUA DIDI GOMEI	Vargem Grande	MA	Execução	38.28%
1009145	(1009145) BAIRRO JOÃO D	RUA CHAPARRAL	Vitória do Mearin	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009395	SANTO ANTONIO - CAXIAS	SANTO ANTONIO	Caxias	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009424	E.M. ASSENTAMENTO SAO	RUA PRINCIPAL,	João Lisboa	MA	Concluída	
1009432	CENTRO DO JORGE - MATO	POVOADO CENT	Matões do Norte	MA	Concluída	
1009433	PACHECO - MATOES DO N	POVOADO PACHI	Matões do Norte	MA	Concluída	
1009434	CURVA II - MATOES DO N	POVOADO CURV	Matões do Norte	MA	Concluída	
1009435	POVOADO SANTA CECILIA	POVOADO SANT	Morros	MA	Concluída	
1009469	ALDEIA MAINUMY - BARRA	ALDEIA MAINUM	Barra do Corda	MA	Concluída	
1009469	ALDEIA MAINUMY - BARRA	ALDEIA MAINUM	Barra do Corda	MA	Concluída	
1009494	PONTA VERDE - SANTO AM	POVOADO PONT	Santo Amaro do	MA	Concluída	
1009664	(1009664) CRECHE POV. PI	RUA JOSÉ CARLO	Santa Rita	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009665	(1009665) CRECHE LOT. 5	RUA DA CRECHE	Santa Rita	MA	Obra Cancelada	0.00%
1009742	TERRENO ESCOLA DA PAU	POVOADO PAULI	Vargem Grande	MA	Concluída	
1010309	CACHOEIRA - JATOBA - MA	POVOADO CACHI	Jatobá	MA	Concluída	
1010564	SAO JOSE - MATOES - MA	POVOADO SANT	Matões	MA	Concluída	
1010654	(1010654) RESIDENCIAL N	RUA DJALMA DU	Zé Doca	MA	Em Reformulação	37.85%
1010723	ITAPECURU - OLINDA NOV	POVOADO ITAPE	Olinda Nova do N	MA	Concluída	
1010812	CEMAC - JATOBA - MA	RUA DO CAMPO,	Jatobá	MA	Concluída	
1011059	(1011059) PAC 2 - CRECHE	RUA PROJETADA	Alto Alegre do Pi	MA	Obra Cancelada	0.00%
1011060	(1011060) PAC 2 - CRECHE	AVENIDA DOM B	Bacabal	MA	Inacabada	18.13%
1011061	(1011061) PAC 2 - CRECHE	RUA PROJETADA	Bacabal	MA	Inacabada	8.03%
1011062	(1011062) PAC 2 - CRECHE	Rua Perimetral E	Caxias	MA	Execução	71.66%
1011063	(1011063) PAC 2 - CRECHE	Rua Projetada, C	Maracaçumé	MA	Execução	23.10%
1011064	(1011064) PAC 2 - CRECHE	Av. Carlos Augus	Paço do Lumiar	MA	Obra Cancelada	0.00%
1011065	(1011065) PAC 2 - CRECHE	Av. Eurico Gaspa	Palmeirândia	MA	Execução	40.73%
1011066	(1011066) PAC 2 - CRECHE	RUA MATO GROS	Santa Inês	MA	Obra Cancelada	1.29%
1011067	(1011067) Creche Setor Ma	Rua Alta Floresta	São João do Par	MA	Em Reformulação	22.30%
1012692	(1012692) Creche Tipo B C	Rua Regino Rodr	Anajatuba	MA	Obra Cancelada	0.00%
1012693	(1012693) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA	00	Arame	MA	Inacabada	47.78%
1012695	(1012695) CRECHE DA COI	VP 6, COHAB II,	Bacabal	MA	Execução	32.25%
1012696	(1012696) CRECHE BAIRRO	RUA PROJETADA	Bacabal	MA	Execução	28.69%
1012697	(1012697) PAC 2 - CRECHE	RUA NOVA / RUA	Barreirinhas	MA	Execução	80.23%
1012698	(1012698) PAC 2 - CRECHE	RUA DO RIBEIRÂ	Barreirinhas	MA	Obra Cancelada	0.16%
1012699	(1012699) PAC 2 - CRECHE	Entre as ruas Pri	Bequimão	MA	Inacabada	17.02%
1012700	(1012700) PAC 2 - CRECHE	RUA 06, NOVO J	Bom Jardim	MA	Execução	5.99%
1012701	(1012701) PAC 2 - CRECHE	RUA SÃO JOÃO,	Bom Jardim	MA	Execução	14.97%
1012702	(1012702) PAC 2 - CRECHE	RUA SÃO JOSE,	Caxias	MA	Em Reformulação	90.10%
1012703	(1012703) PAC 2 - CRECHE	AVENIDA PEDRE	Caxias	MA	Execução	88.44%
1012704	(1012704) PAC 2 - CRECHE	RUA SÃO PEDRO	Caxias	MA	Execução	96.07%
1012705	(1012705) PAC 2 - CRECHE	RUA DO CAJUÍ, I	Caxias	MA	Execução	71.35%
1012706	(1012706) VILA ISAMARA<	Rua Nova, Vila Is	Chapadinha	MA	Execução	40.15%

1773	406988	2013	2014			21/10/2015	26/10/2015
2555	387584	2013	2014			05/01/2016	05/01/2016
568	300055	2013	2014			22/01/2020	03/02/2020
3625	257648	2013	2013			28/03/2016	28/03/2016
1807	000028114X	2013	2013			29/02/2016	29/02/2016
2581	351458	2013	2013			13/03/2017	13/03/2017
2645	360171	2013	2013				
2645	360171	2013	2013				
4249	000039355X	2013	2013			08/07/2016	11/07/2016
2762	230006	2013	2013			17/08/2017	21/08/2017
		2013	2013				
				21157375	EM SAO JOAO BATISTA		
				21097615	UE TIRADENTES		
				21096430	U E GONCALVES DIAS		
				21096457	U I JOSE CLAUMIR LIMA CALIXTO		
				21097402	U I NSA SRA DE NAZARE		
				21097585	UNIDADE ESCOLAR MANOEL SIRIQUEIRA		
				21097356	U E MARANHAO NOVO		
				21256527	U E EUGENIO BARROS		
				21325006	EM CENTRO DO JORGE		
				21056609	EM PACHECO		
				21056293	EM DUQUE DE CAXIAS		
				21025061	EM STA CECILIA		
				21304807	UNIDADE INTEGRADA DE EDUCACAO ESCOLAR IND		
				21276811	UI BENJAMIM TAVARES DA SILVA - ALDEIA MAINUN		
				21032238	EM HUMBERTO DE CAMPOS		
5731	103446	2013	2014			16/02/2016	17/02/2016
5731	103446	2013	2014			22/02/2016	22/02/2016
				21062242	EMEB ZENOBIA BARROSO OLIVEIRA		
				21166471	GE FRANCISCA ABRANTE		
				21160899	EM SAO JOSE		
2314	501689	2013	2013			17/07/2017	25/07/2017
				21202524	UE ITAPECURU		
				21283990	CENTRO DE ENSINO JOSE FILGUEIRA LIMA		
2581	352462	2013	2014				
528	511250	2013	2014			02/03/2016	02/03/2016
528	511250	2013	2014			29/11/2016	29/11/2016
124	580805	2013	2014			27/05/2016	30/06/2016
2314	453889	2013	2014			11/04/2016	11/04/2016
		2013	2014				
2607	233285	2013	2014			02/01/2018	02/04/2018
613	000052834X	2013	2014			12/05/2016	12/05/2016
3625	287822	2013	2014			26/10/2015	26/10/2015
		2014	2014				
568	321443	2014	2014			07/07/2017	10/07/2017
528	518727	2014	2014			16/06/2016	16/06/2016
528	518727	2014	2014			04/03/2016	04/03/2016
1027	278483	2014	2014			03/05/2016	03/05/2016
1027	278483	2014	2014			03/05/2016	10/05/2016
566	504793	2014	2014			13/05/2016	13/05/2016
1651	263001	2014	2014			17/09/2018	17/09/2018
1651	263001	2014	2014			18/06/2018	18/06/2018
124	565393	2014	2016			27/05/2016	30/06/2016
124	565393	2014	2016			27/05/2016	30/06/2016
124	565393	2014	2016			27/05/2016	15/06/2016
124	565393	2014	2016			06/05/2016	06/05/2016
1773	415618	2014	2014			21/05/2019	30/05/2019

Municipal	PAC2	23400015024201	162979,93	15172(Termo ori	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CH	1290038,45
Municipal	PAC2	23400015023201	0	PAC2 9331/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE A	749599,36
Municipal	PAC2	23400015022201	900,48	PAC2 9327/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE AF	1088128,1
Municipal	PAC2	23400015038201	13681,34	PAC2 7545/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PO	644945
Municipal	PAC2	23400015039201	4140,67	PAC2 7546/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1566475,28
Municipal	PAC2	23400015040201	59,1	PAC2 7548/2013	Escola Infantil - T	PREF MUN DE SA	1152077,83
Municipal	PAC2	23400015041201	0	PAC2 7549/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SA	644764,5
Municipal	PAC2	23400015041201	0	PAC2 7549/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SA	644764,5
Municipal	PAC2	23400015042201	0	PAC2 7550/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TI	92290,19
Municipal	PAC2	23400015043201	20374,14	PAC2 7551/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE VA	1142605,5
Municipal	PAC2	23400015044201350		PAC2 7552/2013	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE VITORIA DO MEARI	
IGENA UWANOG							
4Y							
Municipal	PAC2	23400015596201	561185,02	PAC2 9840/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	906773,42
Municipal	PAC2	23400015596201	561185,02	PAC2 9840/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1382184,07
Municipal	PAC2	23400019328201	27132,13	PAC2 7718/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE ZE	1161034,62
Municipal	PAC2	23400020115201336		PAC2 9334/2014	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE ALTO ALEGRE DO P	
Municipal	PAC2	23400020116201	7532,71	PAC2 9839/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE BA	955117,23
Municipal	PAC2	23400020116201	7532,71	PAC2 9839/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400020117201	191082,8	PAC2 9847/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CA	552873,63
Municipal	PAC2	23400020118201	78261,76	PAC2 9846/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE MA	1437185,06
Municipal	PAC2	23400020119201	0	PAC2 9841/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400020120201	397,24	PAC2 9842/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PA	1382216,94
Municipal	PAC2	23400020121201	1704,41	PAC2 8704/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1440035,06
Municipal	PAC2	23400020122201	6240,25	PAC2 8992/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1842912,08
Municipal	PAC2	23400003162201404		PAC2 8783/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE ANAJATUBA	
Municipal	PAC2	23400003163201	2528,97	PAC2 8784/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE AF	749599,36
Municipal	PAC2	23400003164201	193058,21	PAC2 8785/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE BA	870511,59
Municipal	PAC2	23400003164201	193058,21	PAC2 8785/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1382184,07
Municipal	PAC2	23400003165201	575494,6	PAC2 8786/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	516010,88
Municipal	PAC2	23400003165201	575494,6	PAC2 8786/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003166201	20033,1	PAC2 8787/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BE	1566475,27
Municipal	PAC2	23400003172201	192068,02	PAC2 8817/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BO	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003172201	192068,02	PAC2 8817/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BO	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003175201	101657,3	PAC2 13462/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CA	184379,35
Municipal	PAC2	23400003175201	101657,3	PAC2 13462/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CA	681964,36

1012707	(1012707) PAC 2 - CRECHE	Rua Piauí, Reside	Chapadinha	MA	Execução	31.32%
1012708	(1012708) PAC 2 - CRECHE	Rua Projetada, R	Chapadinha	MA	Execução	32.75%
1012709	(1012709) CRECHE JOANA	RUA PROJETADA	Grajaú	MA	Execução	46.64%
1012710	(1012710) Proinfancia Tipo	Rui Vital Brasil c	Imperatriz	MA	Execução	21.23%
1012711	(1012711) Res. Canto da S	Avenida do Come	Imperatriz	MA	Obra Cancelada	0.00%
1012712	(1012712) Res. Canto da S	Avenida Principal	Imperatriz	MA	Obra Cancelada	0.00%
1012713	(1012713) Res. Sebastião F	Avenida Principal	Imperatriz	MA	Execução	21.11%
1012715	(1012715) PAC 2 - CRECHE	RUA DA MANGUE	Matões	MA	Concluída	1
1012715	PAC 2 - CRECHE/PRE-ESCC	RUA DA MANGUE	Matões	MA	Concluída	
1012716	(1012716) BAIRRO MATAD	RUA EDGAR BRO	Matões	MA	Concluída	97.85%
1012717	(1012717) PAC 2 - CRECHE	AV. PREFEITO A	Mirinzal	MA	Execução	43.89%
1012718	(1012718) Jacare - Penalva	Rua do Comercio	Penalva	MA	Obra Cancelada	0.00%
1012719	(1012719) RUA DA RECICL	RUA DA RECICLA	Pirapemas	MA	Inacabada	5.83%
1012720	(1012720) PAC 2 - CRECHE	Rua da Paz, Port	Raposa	MA	Execução	46.58%
1012721	(1012721) PAC 2 - CRECHE	Rua Osvaldo Cru	Santa Inês	MA	Inacabada	20.63%
1012722	(1012722) CRECHE UFMA<	AVENIDA DOS P	São Luís	MA	Execução	3.00%
1012723	(1012723) Creche Vila Bac	Avenida dos Port	São Luís	MA	Execução	6.49%
1012724	(1012724) E.M.E.I.C. SEDE	RUA PROJETADA	São Roberto	MA	Execução	10.45%
1012725	(1012725) Creche do Bairr	Avenida 03, Rua	Viana	MA	Obra Cancelada	0.14%
1012726	(1012726) Creche do Bairr	Rua da AABB, Vir	Viana	MA	Obra Cancelada	0.00%
1012727	(1012727) Creche do Bairr	Rua da Faixa, Piç	Viana	MA	Obra Cancelada	0.00%
1012938	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Rosário	MA	Concluída	
1012938	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Rosário	MA	Concluída	
1012938	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Rosário	MA	Concluída	
1012938	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Rosário	MA	Concluída	
1012938	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Rosário	MA	Concluída	
1012938	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Rosário	MA	Concluída	
1012940	QUADRA ESCOLAR - U.I. C	POVOADO FORM	São Bernardo	MA	Concluída	
1013289	(1013289) CRECHE POVOA	RUA DO MARIAN	Centro Novo do	MA	Execução	19.54%
1013290	(1013290) Creche Comecin	Rua Dom Marceli	Davinópolis	MA	Obra Cancelada	0.00%
1013291	(1013291) ESCOLA EDUCAV	AVENIDA LINDEI	Marajá do Sena	MA	Obra Cancelada	0.00%
1013292	(1013292) Clara Machado<	Rua Projetada , (Santana do Mara	MA	Obra Cancelada	0.00%
1013293	(1013293) Creche do Bairr	Rua Bom Futuro,	Viana	MA	Obra Cancelada	0.00%
1013687	UI LILI MOREIRA LIMA - C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013687	UI LILI MOREIRA LIMA - C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013687	UI LILI MOREIRA LIMA - C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013687	UI LILI MOREIRA LIMA - C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013687	UI LILI MOREIRA LIMA - C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013687	UI LILI MOREIRA LIMA - C	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013688	UE LENIR COSTA PORTO -	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013688	UE LENIR COSTA PORTO -	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013688	UE LENIR COSTA PORTO -	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013688	UE LENIR COSTA PORTO -	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013688	UE LENIR COSTA PORTO -	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1013688	UE LENIR COSTA PORTO -	RUA PRINCIPAL,	Colinas	MA	Concluída	
1014305	(1014305) Creche Santa He	ESTRADA DO QU	São Luís	MA	Execução	7.27%
1014306	(1014306) Creche COHAB I	Rua 13, Cohab IV	São Luís	MA	Execução	4.03%
1014307	(1014307) Vila Romário</a	Rua Betel, Vila R	São Luís	MA	Licitação	3.00%
1014308	(1014308) Creche CARACU	Rua Epitácio Caf	São Luís	MA	Execução	3.00%
1014309	(1014309) CRECHE ARRAIA	ESTRADA PARA (São Luís	MA	Execução	3.00%
1014310	(1014310) Creche CAJUPAF	Rua São Raimun	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1014311	(1014311) Itapera	Rua da Paz, Itap	São Luís	MA	Licitação	3.00%
1014312	(1014312) CRECHE LUIZ B	RUA ANGÉLICA F	São Luís	MA	Obra Cancelada	3.00%
1014313	(1014313) Creche - Ribeira	RUA SEM DENOM	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1014649	(1014649) Creche Boa Vist	Avenida Roseana	Boa Vista do Gur	MA	Inacabada	1.66%
1014650	(1014650) PAC 2 - CRECHE	RUA PROJETADA	Bom Jardim	MA	Inacabada	0.00%
1014651	(1014651) PAC 2 - CRECHE	Rua Gonçalves D	Brejo	MA	Obra Cancelada	0.00%

1773	415618	2014	2014			21/05/2019	30/05/2019
1773	415618	2014	2014			21/05/2019	30/05/2019
568	319546	2014	2014			01/12/2015	03/12/2015
554	908525	2014	2014			24/03/2017	24/03/2017
554	908525	2014	2014				
554	908525	2014	2014				
554	908525	2014	2014			27/03/2017	27/03/2017
3912	154814	2014	2014			10/02/2016	16/02/2016
				21284032	CRECHE TIA EUNICE PORTELA BARROS		
3912	154814	2014	2014			10/02/2016	10/02/2016
4407	173894	2014	2014			16/10/2015	16/10/2015
		2014	2014				
1734	205303	2014	2014			16/02/2016	16/02/2016
4323	000037864X	2014	2014			29/07/2019	05/08/2019
613	604089	2014	2014			12/05/2016	12/05/2016
3846	82503	2014	2014			13/02/2019	13/02/2019
3846	82503	2014	2014			15/03/2019	15/03/2019
1313	787329	2014	2014			26/09/2019	26/09/2019
2771	406287	2014	2014			22/05/2017	09/06/2017
2771	406287	2014	2014				
2771	406287	2014	2014				
				21026270	UE SIRIDIAO LIMA VASCONCELOS		
				21027188	UE SAO MIGUEL ARCANJO		
				21027293	UE PROF FERNANDO CARDOSO		
				21243441	CE RAIMUNDO JOAO SALDANHA ANEXO SAO SIMAC		
				21026629	UNIDADE INTEGRADA MANOEL SILVA CANTANHED		
				21272751	CENTRO DE ENSINO RAIMUNDO JOAO SALDANHA -		
				21135932	UI PRES CASTELO BRANCO		
2314	501662	2014	2014			17/10/2019	17/10/2019
		2014	2014				
		2014	2014				
		2014	2014				
		2014	2014				
				21166749	UI PROFESSORA LEDA COSTA		
				21166897	UE RAIMUNDO GOMES DE SOUSA		
				21167010	UE VITORINO SOUSA		
				21167028	UE ZUILA VILA		
				21284121	CRECHE PORTAL DO SABER		
				21166811	UI MARIA HELENA SOUSA		
				21166749	UI PROFESSORA LEDA COSTA		
				21166897	UE RAIMUNDO GOMES DE SOUSA		
				21167010	UE VITORINO SOUSA		
				21167028	UE ZUILA VILA		
				21284121	CRECHE PORTAL DO SABER		
				21166811	UI MARIA HELENA SOUSA		
3846	82481	2014	2014			15/03/2019	15/03/2019
3846	82481	2014	2014			15/03/2019	15/03/2019
3846	82481	2014	2014				
3846	82481	2014	2014			15/03/2019	15/03/2019
3846	82481	2014	2014			15/03/2019	15/03/2019
3846	82481	2014	2014				
3846	82481	2014	2014				
3846	000008249X	2014	2014				
3846	000008249X	2014	2014			13/04/2016	13/04/2016
1735	368350	2014	2014			03/12/2015	04/01/2016
		2014	2014			12/06/2018	12/06/2018
		2014	2014				

Municipal	PAC2	23400003181201	6174,69	PAC2 8819/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CH	1253180,22
Municipal	PAC2	23400003181201	6174,69	PAC2 8819/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CH	1290038,45
Municipal	PAC2	23400003185201	67290,43	PAC2 8791/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE GR	1105747,26
Municipal	PAC2	23400003188201	10701,67	PAC2 8792/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IM	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003188201444		PAC2 8792/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE IMPERATRIZ	
Municipal	PAC2	23400003188201444		PAC2 8792/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IMPERATRIZ	
Municipal	PAC2	23400003188201	10701,67	PAC2 8792/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE IM	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003193201	34958,59	PAC2 8793/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE M	0
Municipal	PAC2	23400003193201	34958,59	PAC2 8793/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE M	0
Municipal	PAC2	23400003205201	8699,3	PAC2 8794/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE M	1216321,98
Municipal	PAC2	23400003209201	0	PAC2 8795/2014	MI - Escola de E	PREF MUN DE PE	865739,4
Municipal	PAC2	23400003212201	16923,12	PAC2 8796/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PI	1842912,08
Municipal	PAC2	23400003215201	18877,27	PAC2 8797/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE RA	1197892,86
Municipal	PAC2	23400003216201	0	PAC2 8798/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003217201	319964,95	PAC2 8799/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003217201	319964,95	PAC2 8799/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003218201	4952,07	PAC2 8800/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003221201	386,77	PAC2 8820/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE VI	1559616,36
Municipal	PAC2	23400003221201436		PAC2 8820/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE VIANA	
Municipal	PAC2	23400003221201436		PAC2 8820/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE VIANA	
) ANEXO I - SAO MIGUEL							
Municipal	PAC2	23400003501201	1401,21	PAC2 9820/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE CE	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003502201	0	PAC2 9818/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE DI	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003503201433		PAC2 9821/2014	MI - Escola de E	PREF MUN DE MARAJA DO SENA	
Municipal	PAC2	23400003504201488		PAC2 9819/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SANTANA DO MARA	
Municipal	PAC2	23400003505201422		PAC2 9822/2014	MI - Escola de E	PREF MUN DE VIANA	
Municipal	PAC2	23400003839201	1008026,5	PAC2 9303/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003839201	1008026,5	PAC2 9303/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003839201404		PAC2 9303/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400003839201	1008026,5	PAC2 9303/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003839201	1008026,5	PAC2 9303/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400003839201	1008026,5	PAC2 9303/2014	MI - Escola de E	PREF MUN DE SA	859686
Municipal	PAC2	23400003839201404		PAC2 9303/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400003840201421		PAC2 9302/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400003840201	163070,85	PAC2 9302/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003961201	6167,09	PAC2 10889/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BC	1566475,28
Municipal	PAC2	23400003962201	0	PAC2 9816/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BC	1842912,09
Municipal	PAC2	23400003963201461		PAC2 9815/2014	MI - Escola de E	PREF MUN DE BREJO	

1842912,08	31/03/2020
1842912,08	31/03/2020
1842912,08	30/03/2020
1209031,22	10/03/2020
1842912,09	10/03/2020
1842912,09	29/05/2018
1842912,09	06/03/2018
1842912,09	16/03/2020
865739,4	
1842912,08	13/06/2019
1842912,09	18/02/2020
1842912,09	17/01/2019
1842912,09	03/12/2019
1209031,22	03/12/2019
1209031,22	08/03/2020
1842912,09	18/09/2018
1209031,22	03/03/2020
1842912,09	
NHAO	
1209031,22	03/12/2019
1209031,22	03/12/2019
1209031,22	03/12/2019
1209031,22	03/12/2019
859686	
1842912,09	08/05/2018
1842912,09	27/03/2019
1842912,09	

1014652	(1014652) Creche Tipo C</td>	Av Professora Ro	Cedral	MA	Execução	32.47%
1014653	(1014653) Res. Recanto Ur	Rua 05, Recanto	Imperatriz	MA	Execução	38.53%
1014654	(1014654) S. SIMÃO	RUA HELACTOMI	Rosário	MA	Execução	64.65%
1014961	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	AVENIDA B, S/N,	Bacabal	MA	Concluída	
1014969	QUADRA ESCOLA CUMBIQU	RUA SOUSA VALI	Paço do Lumiar	MA	Concluída	
1014977	U.E. BENEDITO SILVESTRE	RUA 04, SN, , BC	Timon	MA	Concluída	
1014979	QUADRA ESCOLAR - JOAO	RUA 14, 430, , P	Timon	MA	Concluída	
1014979	QUADRA ESCOLAR - JOAO	RUA 14, SN, , PA	Timon	MA	Concluída	
1014979	QUADRA ESCOLAR - JOAO	RUA 14, SN, , PA	Timon	MA	Concluída	
1015255	POVOADO ANAPURUS - BA	RUA ISAAC MAR	Barra do Corda	MA	Concluída	
1015257	BARREIRO	POVOADO BARRI	Barão de Grajaú	MA	Concluída	
1015258	GAMELEIRA - BARAO DE G	POVOADO GAME	Barão de Grajaú	MA	Concluída	
1015408	GOIABAL - SANTA HELENA	POVOADO GOIAI	Santa Helena	MA	Concluída	
1015467	G.E. JOAO CABOCLO - TRI	POVOADO MORR	Trizidela do Vale	MA	Concluída	
1015470	AREA DA ESCOLA MUNICIF	POVOADO BELA	Vargem Grande	MA	Concluída	
1015492	AREA DA ESCOLA SAO BAR	POVOADO RAMP	Vargem Grande	MA	Concluída	
1015657	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA SANTA CRU	Caxias	MA	Concluída	
1015658	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA DA MARIINI	Caxias	MA	Concluída	
1015660	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Caxias	MA	Concluída	
1015661	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA PRINCIPAL,	Caxias	MA	Concluída	
1015675	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	PRACA CENTRAL	Feira Nova do M	MA	Concluída	
1015714	(1015714) RESIDENCIAL S	RUA G, RESIDEN	São Luís	MA	Execução	5.74%
1015719	(1015719) BAIRRO COUTIN	RUA 03, BAIRRO	São Pedro dos Cr	MA	Obra Cancelada	0.00%
1015725	(1015725) Creche Centro<	rua mirador e rua	Sucupira do Riad	MA	Inacabada	9.47%
1015732	(1015732) PAC 2 - CRECHE	Rua da Usina, Vil	Turilândia	MA	Execução	77.28%
1016500	(1016500) TREZIDELA </a	RUA SÃO RAIMU	Barra do Corda	MA	Inacabada	25.31%
1016501	(1016501) CERAMICA	Rua Rio Juruá, C	Barra do Corda	MA	Inacabada	0.00%
1016502	(1016502) VILA MARIANO<	RUA PROJETADA	Barra do Corda	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016564	(1016564) BAIRRO TRIZID	RUA GOV. JOÃO	Afonso Cunha	MA	Execução	48.53%
1016565	(1016565) CRECHE/PRÉ-ES	Rua Padre Anton	Aldeias Altas	MA	Execução	43.93%
1016566	(1016566) CENTRO DE EDI	AV NAMBU, NAM	Apicum-Açu	MA	Paralisada	40.80%
1016567	(1016567) PAC 2 - CRECHE	TRAVESSA DO AI	Barreirinhas	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016568	(1016568) PAC 2 - CRECHE	RUA DA QUADRA	Barreirinhas	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016569	(1016569) CRECHE PARAIS	Travessa Tiraden	Governador Arch	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016570	(1016570) Creche Igarapé	Rua Projetada, C	Igarapé Grande	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016571	(1016571) PAC 2 - CRECHE	Rua da Campina,	Maracaçumé	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016572	(1016572) RESIDENCIAL M	BAIRRO RESIDEI	Santo Antônio de	MA	Obra Cancelada	0.00%
1016883	(1016883) PAC 2 - CRECHE	Rua do Colégio S	Barra do Corda	MA	Obra Cancelada	0.00%
1017017	(1017017) PAC 2 - CRECHE	RUA DA EXPOEM	Barreirinhas	MA	Execução	36.83%
1017018	(1017018) SANTA TEREZA	AVENIDA SANTA	São Domingos de	MA	Execução	74.12%
1017077	(1017077) CRECHE VILA BI	RUA DO SITIO, \	São Luís	MA	Obra Cancelada	0.00%
1017160	(1017160) GÁVEA	Praça da Matriz,1	Nova Iorque	MA	Execução	83.93%
1017339	(1017339) POVOADO DE R	RUA SANTA BÁRI	Porto Rico do Ma	MA	Inacabada	25.61%
1017433	ARREBENTA - SAO JOAO B	POVOADO ARREI	São João Batista	MA	Concluída	
1017665	SANTA ROSA - OLINDA NO	POVOADO SANT	Olinda Nova do M	MA	Concluída	
1017750	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA NOVA, 210,	Trizidela do Vale	MA	Concluída	
1017750	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	RUA NOVA, 711,	Trizidela do Vale	MA	Concluída	
1017751	PAC 2 - CONSTRUCAO DE C	POVOADO MORR	Trizidela do Vale	MA	Concluída	
1024745	(1024745) creche municipa	Rua Minelvina Al	Lajeado Novo	MA	Concluída	1
1024745	CRECHE MUNICIPAL	RUA MINELVINA	Lajeado Novo	MA	Concluída	
1024747	(1024747) PAC 2 - CRECHE	RUA- ANSELMO (Feira Nova do M	MA	Concluída	1
1080316	(1080316) PAC 2 - CRECHE	Rua Castelo Bran	Senador La Rocq	MA	Execução	65.01%
1080834	(1080834) Creche centro -	Rua Praça Elizab	Pinheiro	MA	Obra Cancelada	0.00%
1081121	(1081121) CRECHE RECAN	RUA DA FLORES	São Luís	MA	Execução	13.35%
1081136	(1081136) CRECHE SÃO RA	RUA 03, SÃO RA	São Luís	MA	Licitação	27.15%
1081266	(1081266) PAC 2 - CRECHE	Rua São Lucas, N	Carolina	MA	Inacabada	35.02%
1085409	(1085409) CHAPADINHA</	RUA PRESIDENT	Chapadinha	MA	Execução	96.73%

4407	153621	2014	2014			24/11/2015	30/11/2015
554	811912	2014	2014			13/06/2016	13/06/2016
2555	396702	2014	2014			30/08/2017	30/08/2017
				21099715	UEF FRANCISCO VIEIRA LINS		
				21261008	UEB CUMBIQUE		
				21163952	EMEF BENEDITO SILVESTRE		
				21271607	EMEF JERICO		
				21164150	EMEF TIA MARICA		
				21233110	EMEF ANTONIA DIVA RODRIGUES DOS SANTOS		
				21118523	UI FREDERICO FIGUEIRA		
				21165548	UE PEDRO PINTO DE OLIVEIRA		
				21165459	UI JOSE FERNANDES LIMA		
				21047480	CEF JOSE SARNEY		
				21258430	CENTRO DE ENSINO NEWTON BELLO - ANEXO I - M		
				21063176	EMEB SOUSA LOBO		
				21063974	UNIDADE ESCOLAR SAO BARTOLOMEU		
				21217165	UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL RUY FRAZAO SOARI		
				21217157	UNIDADE INTEGRADA MUNICIPAL PAULO FREIRE		
				21198750	UEM SAO JOSE		
				21198750	UEM SAO JOSE		
				21232130	JI LUIS COELHO DE MATOS		
3846	82511	2014	2014			15/03/2019	15/03/2019
		2014	2014				
603	264946	2014	2014			24/12/2015	18/01/2016
1807	290882	2014	2014			31/12/2015	06/01/2016
782	311898	2014	2014			07/12/2016	07/12/2016
782	311898	2014	2014			07/12/2016	15/12/2016
782	311898	2014	2014				
1045	269557	2014	2014			28/08/2017	28/08/2017
1259	142239	2014	2014			11/06/2018	11/06/2018
1485	140333	2014	2014			30/03/2016	30/03/2016
1027	278475	2014	2014				
1027	278475	2014	2014			03/05/2016	10/05/2016
		2014	2014				
		2014	2014				
		2014	2014				
		2014	2014				
		2014	2014				
1027	279773	2014	2014			03/05/2016	01/06/2016
603	275182	2014	2014			01/08/2016	10/08/2016
		2014	2014			11/05/2016	11/05/2016
603	274313	2014	2014			17/11/2015	02/01/2016
4407	155667	2014	2014			17/02/2016	17/02/2016
				21282480	ESCOLA MUNICIPAL ARREBENTA		
				21051615	UE SANTA ROSA		
				21107076	U DE ENS SAO VICENTE DE PAULO		
				21107238	UE STO ANTONIO DE PADUA		
				21258430	CENTRO DE ENSINO NEWTON BELLO - ANEXO I - M		
3625	270709	2014	2014			14/03/2016	14/03/2016
				21327602	EDUCANDARIO PEQUENO PRINCIPE		
4408	139319	2014	2014			16/08/2016	16/08/2016
2787	000022992X	2012	2012			14/09/2017	15/09/2017
		2017	2018				
1611	454915	2013	2013			13/02/2019	13/02/2019
3846	77453	2013	2014				
291	000017971X	2012	2012				
1773	293172	2011	2011			14/06/2018	24/06/2018

Municipal	PAC2	23400003964201	92,24	PAC2 9813/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE CE	870477,5
Municipal	PAC2	23400003965201	44507,62	PAC2 9814/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IM	945995,42
Municipal	PAC2	23400003966201	68051,85	PAC2 9912/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE RO	302295,57
IORRO DOS CABOCLOS							
ES							
Municipal	PAC2	23400005028201	152418,81	PAC2 9913/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400005029201484		PAC2 9914/2014	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SAO PEDRO DOS CF	
Municipal	PAC2	23400005030201	0	15033(Termo ori	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SU	1088128,1
Municipal	PAC2	23400005032201	4233,19	PAC2 9916/2014	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE TU	626508,16
Municipal	PAC2	23400006265201	18384,47	PAC2 10086/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400006265201	18384,47	PAC2 10086/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400006265201418		PAC2 10086/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BARRA DO CORDA	
Municipal	PAC2	23400006491201	639,06	PAC2 10097/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE AF	785870,3
Municipal	PAC2	23400006495201	395,62	PAC2 10098/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AL	1341984,9
Municipal	PAC2	23400006496201	92632,7	PAC2 10099/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE AF	1105694,51
Municipal	PAC2	23400006498201411		PAC2 10100/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BARREIRINHAS	
Municipal	PAC2	23400006498201	299717,9	PAC2 10100/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1842912,09
Municipal	PAC2	23400006501201	0	PAC2 10101/201	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE GO	868236
Municipal	PAC2	23400006503201	0	PAC2 10133/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE IG	1209031,22
Municipal	PAC2	23400006504201430		PAC2 10103/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE MARACACUME	
Municipal	PAC2	23400006508201418		PAC2 10104/201	MI - Escola de Ec	PREF MUN DE SANTO ANTONIO D	
Municipal	PAC2	23400007762201433		PAC2 10693/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BARRA DO CORDA	
Municipal	PAC2	23400007823201	181190,61	PAC2 10716/201	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE BA	1179463,74
Municipal	PAC2	23400007824201	260,14	PAC2 10717/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	362762,68
Municipal	PAC2	23400008051201	0	PAC2 10796/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SA	1209031,22
Municipal	PAC2	23400008126201	1342,47	PAC2 10765/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE NO	217574,83
Municipal	PAC2	23400008599201	4084,5	PAC2 10865/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE PO	943044,35
IORRO DOS CABOCLOS							
Municipal	PAC2	23400011362201	2464,37	PAC2 11778/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE LA	1,72
Municipal	PAC2	23400011363201	3540,16	PAC2 11780/201	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE FE	205524,75
Municipal	PAC2	23400001291201	0	PAC2 2668/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE SE	363174,24
Municipal	TD	23400003042201741		201801872	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE PINHEIRO	
Municipal	PAC2	23400005869201	2883499,65	PAC2 5019/2013	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE SA	1395600,25
Municipal	PAC2	23400015031201381		PAC2 9059/2014	Projeto 2 Conver	PREF MUN DE SAO LUIS	
Municipal	PAC2	23400001373201232		PAC2 2686/2012	Escola de Educaç	PREF MUN DE CAROLINA	
Municipal	PAC2	23400000292201	0	PAC2 1054/2011	Escola de Educaç	PREF MUN DE CH	181341,45

1209031,22	26/09/2019
1209031,22	10/03/2020
1209031,22	17/03/2020
1209031,22	03/12/2019
RENTES	
1209031,22	13/02/2019
1842912,08	17/03/2020
1842912,09	07/02/2019
1842912,09	03/06/2019
1209031,22	04/03/2020
2236641,5	04/03/2020
1842912,09	02/03/2020
1842912,09	18/10/2018
868236	
1209031,22	
SOS LOPES	
1842912,09	10/03/2020
1209031,22	09/03/2020
1209031,22	
1209031,22	25/03/2020
1209031,22	11/04/2017
1209031,22	04/07/2019
1209031,22	14/11/2019
1452696,66	16/03/2020
1842912,09	02/03/2020
1208942,92	10/03/2020

1097675	(1097675) CRECHE DO BAI RUA NOVA, SÃO	Centro do Guilhe	MA	Planejamento pe	0.00%
---------	---------------------------------------	------------------	----	-----------------	-------

		2018	2019				
--	--	------	------	--	--	--	--

Municipal	TD	23400004739201811	201901481	Projeto 1 Conver	PREF MUN DE CENTRO DO GUILHI
-----------	----	-------------------	-----------	------------------	------------------------------

ERME	
------	--



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

OFC 155/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
(Direitos Sociais e Atos Administrativos em Geral)

Ofício nº 155/2020/1ª CCR/MPF

Brasília, 4 de junho de 2020

A Sua Excelência o Senhor

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Procurador-Geral de Justiça no Estado do Maranhão

Ministério Público do Estado do Maranhão

São Luis – MA


gabinetepgj@mpma.mp.br

Assunto: Grupo de Trabalho Interinstitucional -Proinfância

Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça,

Considerando o trabalho conjunto que vem sendo desenvolvido entre Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público dos Estados - MPes, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância, integrado por representantes do MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do MP dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, representando todos os Ministérios Públicos dos demais Estados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e cobrar do poder público a conclusão das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), enviamos (anexo) para o devido encaminhamento:

a) **NOVA PLANILHA** de obras, constando apenas aquelas financiadas pelo

	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	Saf Sul Quadra 04 Conj. C, Asa Sul - Cep 70050900 - Brasília-DF Telefone: (61)31055100 Email: 1ccr@mpf.mp.br
---	---------------------------------------	---

PROGRAMA PROINFÂNCIA no estado do Maranhão, acrescida da informação sobre o código INEP de cada escola que já tenha recebido o registro;

b) **MODELO de Portaria** de instauração de ICP, sugerindo as diligências iniciais necessárias a dar andamento aos trabalhos, conforme modelo elaborado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ.

Cordialmente,

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 1ª CCR

MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 5ª CCR

MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO

Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro

Coordenadora do GTI-Proinfância



PROCURADORIA
GERAL DA
REPÚBLICA

Saf Sul Quadra 04 Conj. C, Asa Sul - Cep 70050900 -
Brasília-DF

Telefone: (61)31055100

Email: 1ccr@mpf.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00210282/2020 OFÍCIO nº 155-2020**

.....
Signatário(a): **MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO**

Data e Hora: **08/06/2020 15:34:11**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI**

Data e Hora: **12/06/2020 18:51:18**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CELIA REGINA SOUZA DELGADO**

Data e Hora: **08/06/2020 15:18:48**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 86E67314.9F769C3D.457A9F70.9939B686



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 7808/2020

ENC OFC 155/2020



Gabinete Procurador Geral de Justiça <gabinetepgj@mpma.mp.br>

Ofício nº 155/2020/1ª CCR/MPF (com anexos)

1 mensagem

1ccr-1ª Câmara <1ccr@mpf.mp.br>
Para: gabinetepgj@mpma.mp.br
Cc: 1ccr-1ª Câmara <1ccr@mpf.mp.br>

15 de junho de 2020 12:39

Excelentíssimo Senhor

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça no Estado do Maranhão

A pedido da Coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a Subprocuradora-Geral da República Doutora Célia Regina Souza Delgado, encaminho o Ofício nº 155/2020/1ªCCR/MPF (PGR-00210282/2020), e anexos, relativo ao Grupo de Trabalho Interinstitucional - Proinfância.

Respeitosamente,

Fabricio Barbosa
Assessoria Administrativa

1ª Câmara de Coordenação e Revisão
(Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral)
Procuradoria Geral da República
Ministério Público Federal
Telefone: (61) 31056045

Attachment (**MODELO PORTARIA MPE.docx**) has been reconstructed.

3 anexos

 **OF 155 - PROINFANCIA PGJMA PGR-00210282.2020.pdf**
88K

 **Obras_Proinfancia_MA.xls**
312K

 **MODELO PORTARIA MPE.docx**
136K